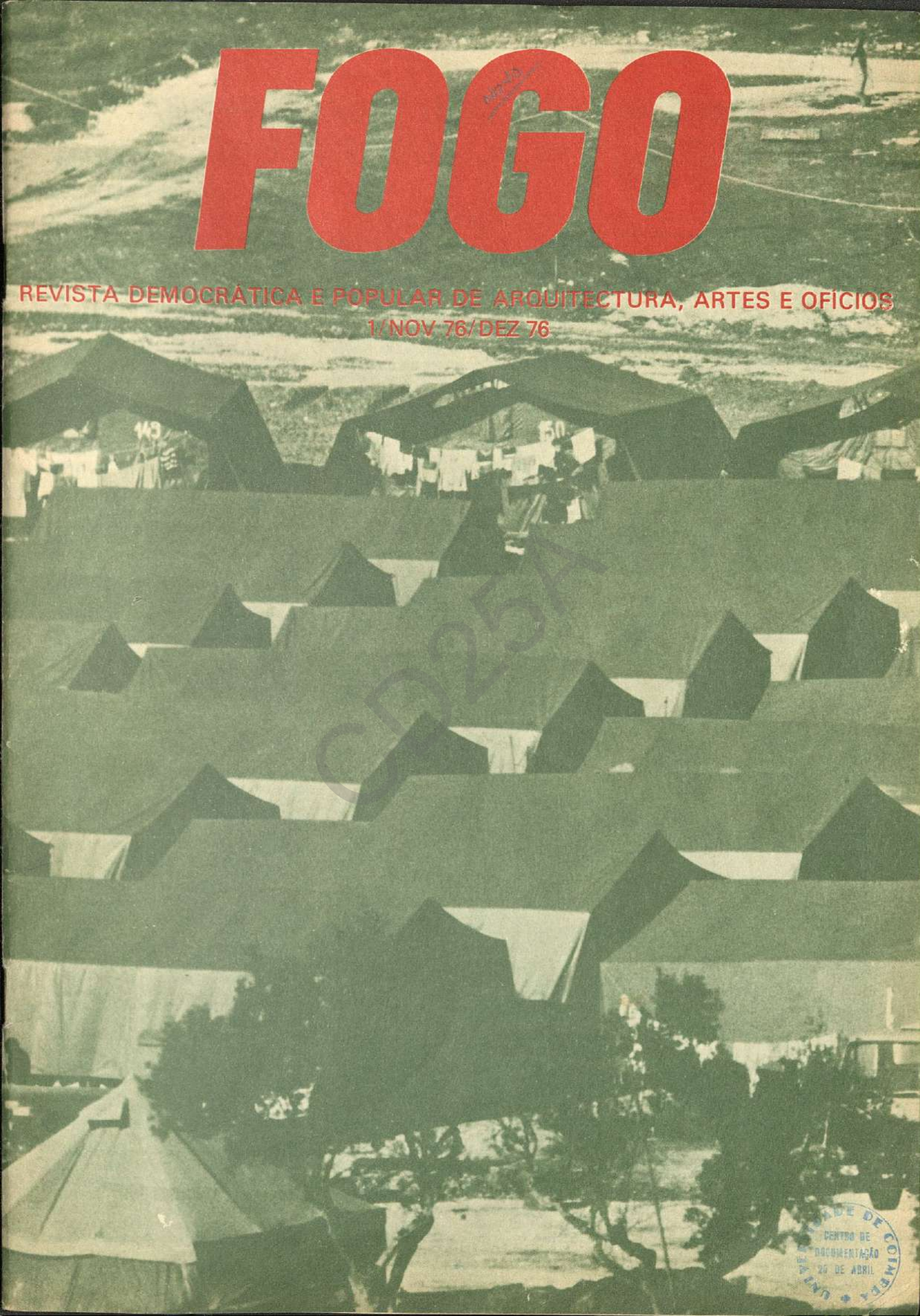


# FOGO

REVISTA DEMOCRÁTICA E POPULAR DE ARQUITECTURA, ARTES E OFÍCIOS  
1/NOV 76/DEZ 76



UNIVERSIDADE DE COIMBRA  
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO  
20 DE ABRIL

# FOGO

NUMERO 1/NOV DEZ 76

DIRECTOR E PROPRIETÁRIO  
António Lima

ELABORARAM ESTE NÚMERO

Alvaro Costa, Ana Figueiredo, António Lima, António Rodrigues, Fernando Mendes, Filomena Moura, Jesus Noivo, João Couceiro, J. Carrilho da Graça, José Bação, Lopes Alves, Manuel Queirós, Rosário Félix e Virginia Gomes

REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO  
Praça da Ilha do Faial, 13 cv, Lisboa

COMPOSIÇÃO E IMPRESSÃO  
Filtro-Estudios Gráficos, Lisboa

PREÇO AVULSO  
30.00

ASSINATURAS  
Portugal/6 números 170.00  
Estrangeiro/6 números 300.00  
Apoio/6 números 340.00

PERIODICIDADE  
Bimestral

## SUMÁRIO

Não deixar pedra sobre pedra	2
Honra ao camarada Mao	5
ARQUITECTURA	
FFH: o significado de uma demissão na tática golpista do PCP	7
Casas para retornados — muita para e pouca uva	11
Grandella: uma "colónia florescente"	20
Viva a luta das massas pela habitação	24
O Vasco inventa... Soares intenta	26
ARTES E OFÍCIOS	
Escola Aberta de Desenho	28
A cultura nas mãos do povo	30
Olhar a realidade e criticá-la para a transformar/Sobre uma exposição de Noronha da Costa	32
Exposição sobre a "juventude" soviética	36
O Brinquinho ou Bailinho	38
DOCUMENTO	
A arquitectura e o urbanismo da China socialista	40
CONTRACAPA	
Portugal, An II	44

## NÃO DEIXAR PEDRA SOBRE PEDRA...

### AS MASSAS TOMAM EM MÃOS A "QUESTÃO DO ALOJAMENTO"

A envergadura e as peripécias que tomaram nos últimos dois anos a luta das massas pela habitação e a luta dos trabalhadores da construção civil e ainda a posição perante isso assumida pelos técnicos e pelos sucessivos governos da burguesia, são um espelho esclarecedor quer da situação actual no campo da arquitectura, quer da raiz e características eminentemente políticas destes problemas, quer ainda da natureza de classe do actual poder.

### A FALÊNCIA DA GERÊNCIA COLONIAL FASCISTA

A amplitude nacional que tomou o movimento de ocupação de casas iniciado pelo povo do bairro pobre da Boavista logo em 30 de Abril de 1974 veio demonstrar a falência da política de habitação social tão propagandeada pelos fascistas nos seus Planos de Fomento, nos discursos dos seus Presidentes dos Municípios e nos planos dos gabinetes técnicos especializados. As escassas "habitações económicas" do defuncto regime destinaram-se efectivamente aos torcionários-sustentáculo do fascismo (Fundação Salazar) ou a alguns sectores da pequena-burguesia urbana, na mira de não perder o seu apoio político (Olivais, Chelas).

A crise vertical que atingiu a construção civil nos meses imediatamente a seguir a Abril de 74 e que arrastou consigo o descalabro ou o encerramento de numerosas empresas e ateliers de desenho, é a outra face desta escandalosamente "próspera" indústria, afinal com os dias contados. Os 80 a 90 mil desempregados atingidos então neste sector e as empresas falidas eram a consequência necessária do seu crescimento artificial. Os fabulosos lucros de 30% e mais auferiam-se num sistema baseado na especulação fundiária e na corrupção e em que o grosso da actividade era a promoção de imóveis comerciais, hotéis, restaurantes, equipamentos vários de turismo ou habitações de luxo — sectores chamados compensadores para a iniciativa privada que dominava 92% deste ramo da produção.

A euforia é de tal forma, que as polémicas e as lutas dos arquitectos e técnicos anti-fascistas que desde o Congresso de 1948 se centravam sobre as questões da habitação social, da arquitectura popular e do movimento sindical, são substituídos pelo concorrência individual e pelas preocupações formalistas a que a indústria assim estruturada obriga para justificar os gastos e os lucros a auferir dessas obras de "qualidade" (Castil, Franjinhas, Hotel do Mar, etc.). Os ateliers dessa vanguarda do capital entram numa corrida delirante de "criação" que na maior parte dos casos tem até de ficar na gaveta.

Isto eram alguns sintomas e aspectos específicos da crise profunda que abalou

todo o sistema de exploração capitalista em Portugal. O 25 de Abril foi apenas a primeira explosão dessa crise necessária e geral, reflexo entre nós da crise do sistema imperialista e social-imperialista mundial. Foi o reconhecimento pela grande burguesia da falência da gerência colonial-fascista de Salazar e Marcelo e o reconhecimento de que tinha de mudar de tática para não perder o poder.

### A NOVA DEMAGOGIA

As ilusões dos que pensavam que o grande mal estava resolvido depararam no entanto com os factos, mas depararam sobretudo com uma nova demagogia.

O justo movimento de ocupação de casas encontrou pela frente ou os Chaimites do "revolucionário" COPCON ou o paleativo desmobilizador de que "é preciso dar tempo ao governo para tomar medidas". As reivindicações e iniciativas das comissões de moradores encontraram a burocracia das Câmaras Municipais agora apinhadas de presidentes "progressistas" e aparecendo sob a pulverização de múltiplos gabinetes técnicos especializados". As massas em luta foram no entanto desmascarando e rejeitando as medidas adiantadas, ao compreender o seu verdadeiro significado e alcance. Assim aconteceu às propostas de auto-construção, às listas de espera das casas devolutas, às leis sobre o congelamento das rendas, ao processo SAAL, etc., e a toda a enchurrada de decretos que se foram sucedendo e substituindo. Eles eram a expressão simultânea da incapacidade de resolver o problema e da tática de desmobilizar as massas prometendo para amanhã.

O projecto cuidado que apareceu então para enfrentar a catástrofe da construção civil vinha das mesmas mãos e com o mesmo objectivo: conter as reivindicações das massas e resolver a crise à custa dos trabalhadores. A "racionalização" então proposta consistia em transformar esta indústria num amplo sector público altamente rentável para o Estado e isto através do estratagema de a subtrair à iniciativa privada, que estreitamente ligada aos diferentes grupos bancários, dantes a disputavam por completo. Tal projecto era demagogicamente apresentado como a "única" forma de resolver a crise ocultando o facto de que este milagre se lá conseguir à custa do esmagamento das pequenas e médias empresas (80% do sector) e da exploração desenfreada dos trabalhadores. Se ele não conseguiu nunca passar dos papéis é porque de um lado se lhe opôs o grande capital monopolista privado, que via fugir-lhe mais um campo de intervenção e por outro, mas por motivos opostos, a massa dos trabalhadores que viam dia a dia agravar-se a sua situação ou ficar no desemprego. Que nem a antiga "solução" nem a nova interessava às massas ficou provado nas grandes lutas dos operários da construção civil. Ficou provado de início quando por rejeitarem as condições do milagre foram acusados de "fazer o jogo da reacção". Ficou provado depois quando em



NA CAPA:  
ACAMPAMENTO  
DE RETORNADOS  
NO JAMOR/  
CRUZ QUEBRADA

Outubro de 75 rejeitaram ser cavalgados em nome do mesmo milagre que para eles continuava a significar a fome e a miséria.

Explorando ainda a ausência de encomendas e o desemprego que se estendeu assim aos ateliers, os arquitectos, desenhadores e estudantes eram chamados a colaborar na edificação da já referida máquina de Estado, que passava pela reestruturação das câmaras municipais, pela formação de dezenas de gabinetes e departamentos especializados ou pelas brigadas SAAL. Mas cedo também o sector democrático de entre aqueles profissionais se foi apercebendo e denunciando o papel de tropa de choque junto das massas que os novos planos lhes reservavam. As questões sindicais mobilizaram os arquitectos nos primeiros tempos do pós Abril mas essa actividade esmoreceu precisamente no período em que poderia ter vindo a desempenhar um papel decisivo na organização e união do sector.

As escolas de arquitectura, espécie de barómetro avariado da situação, eram deixadas à deriva, sintoma claro de que tudo ainda estava por resolver e de que a crise se aprofundava.

Esta nova demagogia com que o Estado do grande capital pretendeu entretanto conter as massas e a revolução é da autoria dos revisionistas do PCP. A grande burguesia a braços com a crise, teve de os chamar em seu auxílio, reconhecendo-lhes os "méritos" já comprovados no passado de bem saber enganar o povo. Mas isso significou também o início da partilha e disputa do poder pelos próprios revisionistas, o início da partilha e disputa da exploração do nosso povo pelo social-imperialismo russo de que eles são os peões na nossa pátria. Os projectos e medidas que atrás referimos eram parte integrante da política anti-operária e anti-popular então por eles prosseguida com vista a erguer a base económica e social do regime de exploração que pretendem implantar no nosso país — uma feroz ditadura social-fascista do grande capital monopolista de estado, baseada no sector da economia nacionalizado, apoiada na burocracia de estado e contando com o controlo sobre os sindicatos. O desenvolvimento desta política reaccionária levou ao isolamento dos social-fascistas, abandonados pelas massas na sua aventura golpista de 25 de Novembro.

### A "SOLUÇÃO" DA PEQUENA-BURGUESIA

No entanto a crise mantém-se e os problemas persistem por resolver. A pequena-burguesia assustada pela violência que tomaram os combates de classe e perante a iminência do "crack" vem à liça julgando que tudo se resolve com "meias medidas" que tudo se resolve pela conciliação.

Pensando contentar a contra-revolução nos seus desejos de impedir os "excessos" populares, a pequena-burguesia tenta aplicar o sinistro decreto do "companheiro" Vasco que proíbe as ocupações, ordenando despejos de casas ocupadas ou ainda atacando a legalidade das comissões de moradores; pensando contentar a revolução garante "na Consti-

tuição" o pleno direito do povo à habitação digna e garante "no programa do Governo" ouvir e respeitar os interesses do povo em todas as iniciativas que possam interferir com as suas condições de alojamento; pensando contentar os imperialistas promete à iniciativa privada um papel compensador na construção civil; pensando contentar os social-imperialistas mantém no essencial os planos dos social-fascistas para o aparelho burocrático e o seu esquema geral para o sector público da construção.

Esta política específica é uma parcela do que se passa nos outros sectores da economia e da sociedade. Este programa é uma mistura de todos os programas, é uma tentativa de conciliação de todos os interesses em disputa. Por isso mesmo ele também não é solução para a crise, mas apenas um compasso de espera. Esta indefinição é bem o reflexo do equilíbrio relativo e instável em que se encontram a revolução e a contra-revolução desde o 25 de Novembro. O fim deste equilíbrio aproxima-se pelo desenvolvimento das contradições em que assenta. O governo da pequena-burguesia começa a ser contestado pelo grande capital que não vê os seus interesses defendidos até ao fim e começa a ser contestado pela classe operária que se virou contra ele quando este decretou desesperadamente as chamadas "medidas de austeridade".

O planeamento e urbanismo, expressão acabada da estratégia de ocupação, utilização e rentabilização do espaço urbano por uma classe e a sua política é outro sintoma significativo do que se passa entre nós e um bom complemento ao que vimos dizendo.

O desrespeito por qualquer dos planos que a burguesia confeccionou antes do 25 de Abril é bem esclarecedor sobre a ausência de controlo que o próprio estado do capital tinha sobre um processo que estava inteiramente nas mãos da disputa selvagem dos interesses privados.

Depois dessa data, nem se ouve sequer falar em "Plano", significativo que isso é de que a burguesia não consegue governar, de que aquela crise se aprofunda, estando as suas preocupações centradas em tentar neutralizar os problemas pontuais que a luta das massas levantam.

### A VERDADEIRA NOVIDADE SAO OS MURAI REVOLUCIONÁRIOS

Se é toda a sociedade que está em questão, que formas tomou a crise da dominação burguesa no campo das artes plásticas? Como se exprimiu a revolução? Qual o conteúdo da luta aberta que se desencadeou também entre os artistas?

O primeiro reflexo da crise geral é a crise do sistema de mercado de obras de arte, sistema organizado e controlado pelo grande capital desde os fins dos anos 60. É a inactividade crescente das galerias, centro privilegiado deste novo negócio e o desaparecimento das revistas e colunas críticas que regulavam esse mercado.

Pôs-se por outro lado aos artistas democratas a questão que se punha aliás a toda a revolução, que fazer?

Um amplo e justo movimento de denúncia, repúdio e crítica às instituições e

repressão cultural fascistas, está na base das suas primeiras manifestações públicas. Cresce o interesse pela acção colectiva, pela actividade associativa e combatem as posições individualistas e reaccionárias. Falam em democratizar a arte e em politizar a arte. Falam em proteger e conhecer a arte popular espontânea. Falam em incentivar a iniciativa local. Propõem a reconversão democrática dos museus e das galerias. Estudam reformas para as escolas de arte e alternativas para alargar os circuitos de distribuição e os sistemas de exposições. Pedem protecção para os artistas e para as artes plásticas.

Todo este movimento reivindicativo de conteúdo democrático, expresso em formas de luta inconsequentes, assentava no equívoco acalentado quanto à natureza de classe do novo Estado. Esta expectativa ilusória face à generosidade dos governos da burguesia advinha também da existência de ideias erradas sobre o que é revolucionário e o que não é revolucionário e das concepções pequeno-burguesas dominantes sobre a arte e a sua função social. Concepções essas que antes do 25 de Abril permitiram ao grande capital a "adoção" de muito "modernismo", que apenas por não entrar pela porta do SNI passava afinal equivocadamente por obra de resistência anti-fascista. Concepções essas, que vão ser campo fértil agora, para os revisionistas "modernos" poderem dirigir e cavalgar não só politicamente mas também ideologicamente a massa dos artistas democráticos. A expressão acabada disso é o processo que levou ao painel sobre os 48 anos de resistência ao fascismo e que abriu as portas para em nome do MFA, tentarem levar os artistas a ser tropa de choque das campanhas de dinamização cultural da 5.ª Divisão social-fascista.

Os revisionistas, ao mesmo tempo que iam engordando os seus apaniguados com as encomendas para a propaganda oficial e em especial para a já falada 5.ª Divisão, prosseguiam o assalto ao aparelho de Estado à semelhança aliás do que faziam em toda a sociedade com os objectivos já atrás denunciados. A reestruturação do CCAP (Concelho Consultivo para as Artes Plásticas), ocorrida em Junho de 1975 foi o ponto máximo dessa escalada que consistiu em expulsar do seu seio as organizações que não controlavam (AICA, SNBA e GRAYURA). Ficavam assim as artes oficiais e não só, inteiramente nas mãos da APAP, do INATEL e da 5.ª DIVISÃO, cada um mais insuspeito que o outro na sua isenção partidária e na sua prática democrática. A máscara das "amplas liberdades" caía entretanto quando o marujo-crítico de artes Ramiro Correia mandou cancelar a exposição de Paris. Desde aí o isolamento dos social-fascistas foi crescendo, o que ficou bem patente quando este ano ao quererem no dia 10 de Junho repetir o "êxito" de há dois anos, no mesmo local num super-festival de arte para o povo, tiveram de fechar a porta mais cedo, por falta de artistas... e de povo.

Entretanto "o índice de produção artística aumenta, realizam-se trabalhos em público e colectivamente, usam-se formas de expressão de mais fácil difusão e mais acessíveis, os jovens artistas vêem mais possibilidades de expôr, cresce o número de exposições colectivas, etc..." Apesar

disto alguns críticos começam a carpir-se de que afinal a atenção dispensada às artes pelas "autoridades" é a mesma coisa que no tempo do fascismo e a imprensa até liga menos a essas coisas. Na verdade a burguesia nunca deixou de dar atenção à arte como se afirma. O Estado dos monopólios privados já vimos que tinha diferentes formas de "proteger" a arte que de uma ou outra maneira defendia os seus interesses, antes de 25 de Abril. E agora eles apenas apalpm o terreno para ver como apoiar e divulgar os "seus" artistas. Efectivamente, não morreram nem emigraram todos os artistas que entre nós defendem em arte a ideologia do grande capital ligado a Washington. Do abstraccionismo ao conceptualismo ele dispõe de toda a espécie de ismos para controlar e adormecer os operários e as camadas da pequena-burguesia a que se destinam. Eles dominam ainda as exposições e as galerias. Eles estavam também na escolha para a Exposição de Paris. Os revisionistas que em tempos apareciam mais subtilmente, para engano das massas, à volta do neo-realismo choramingas, hoje pulverizam-se sintomaticamente por toda a espécie daqueles ismos importados das ideologias imperialistas para a arte. Estes como vimos, "não perderam tempo", nem estiveram desatentos na "protecção" às artes.

A grande maioria, os artistas democratas, não ousou romper as concepções burguesas dominantes de que "a revolução da arte" é outra e não quis ligar-se às massas em luta. O que está em causa é a Revolução Portuguesa e o Povo Português e não a Liberdade ou o Homem. A grande maioria ousou desmascarar a "arte para o povo" dos social-fascistas mas não soube conquistar o povo para si e fazer-se seu aliado, trabalhando para eles, sujeitando-se às suas críticas, exprimindo as suas lutas, fazendo da arte uma arma contra o inimigo comum sair de facto do isolamento a que a burguesia quer votar a arte de massas, essa sim reprimida.

A verdadeira novidade, são os painéis murais revolucionários, que falam na linguagem das massas, das suas lutas e das suas conquistas que obtiveram o seu apoio e carinho e que o povo se dispõe a defender como coisa sua. A força e vida desses trabalhos começa a ser reconhecida como atesta a presença de slides sobre murais revolucionários no Salão de Verão 76 na SNBA. Ainda que timidamente como o prova o facto significativo de terem sido relegados para as salas da cave.

O retomar do realismo e dos temas sociais, característico de uma parte importante da jovem pintura é um bom sintoma, um sintoma de que se abandona a metafísica e a fuga à realidade abstraccionistas, se rejeita o primado da subjectividade, se dá maior atenção aos acontecimentos e à reflexão sobre eles, se quer falar disso para os outros. Mas é também verdade, que essa aragem saudável que desde os fins dos anos 60 vem abanando a pintura portuguesa está já minada por um perigo real que é o desvio operado nos objectivos a atingir com essa nova consciência do valor de intervenção da arte. É o perigo da Neo-Figuração. É o perigo da paralisia criticista da pequena burguesia face às realidades da chamada sociedade de consumo, é o perigo das ideias revisionistas

de escamotear a luta de classes. É o perigo das revoltas em abstracto. É o perigo de analisar sem querer transformar. É o perigo de comunicar por comunicar. É de novo o perigo de substituir a "consciência do artista" à consciência de classe. A ideologia da Nova-Figuração é um reflexo da crise mundial do sistema de dominação imperialista e social-imperialista. É uma miscelânea temática e formal das ideias de uns e outros contra as concepções de arte materialistas e revolucionárias que vêm nela um elemento da superestrutura, componente necessária da máquina da revolução concreta de cada país ao serviço das massas populares e feita por elas. Que os revisionistas ou seus amigos, jovens ou ex-Neo-Realistas modernizados sejam hoje seus acérrimos defensores e praticantes não é portanto de admirar. Monteiro Gil, Man, Júlio Pomar, Rocha de Sousa, Sérgio Pombo, David Eavens, Carlos Carreiro, etc. estão aí para o provar. Só que esta é hoje talvez entre nós a forma mais subtil de os revisionistas "organizar" os artistas democratas.

## AS TAREFAS QUE A REVOLUÇÃO EXIGE

É este o terreno onde assentamos os pés.

Imperialistas e social-imperialistas partilham o poder em crise, disputam a nossa pátria, dominam a arquitectura e as artes. A libertação do nosso povo, a resolução dos problemas da habitação, do planeamento, gestão e utilização do espaço e equipamentos implicam o esmagamento e a expulsão desses inimigos. Implicam levar até ao fim a Revolução Democrática e Popular em marcha que dará o poder aos operários e seus aliados, os camponeses, a pequena-burguesia e a burguesia nacional, o único poder capaz e interessado em os resolver.

Aos artistas e profissionais de arquitectura, democratas e patriotas cabem tarefas específicas no caudal desta revolução. A nossa revista é-lhes dirigida e deverá transformar-se na tribuna dos seus problemas e na bandeira das suas lutas.

A Arquitectura Democrática e Popular tem já o seu embrião na forma como o povo dos bairros resolveu a partir dos órgãos da vontade popular, os seus problemas de habitação, construção e organização do espaço.

A Arte Democrática e Popular tem já o seu embrião nos murais revolucionários que numa linguagem de massas falam da Revolução Portuguesa, dos seus objectivos, dos seus caminhos, dos seus inimigos e aliados.

Mil outras questões se porão à medida que a revolução se desenvolve e é tarefa da nossa revista unir os profissionais de arquitectura e os artistas para as resolver, para as debater, para adiantar soluções.

FOGO será uma tribuna das lutas das massas pela habitação, da solução proletária para a crise da construção civil — o controlo operário — das lutas políticas e sindicais dos profissionais de arquitectura e dos artistas. Será um propagandista da arte revolucionária de massas.

FOGO defenderá o património cultural do nosso povo, buscará na arquitectura e arte

populares, na arquitectura e arte portuguesas as bases para o conteúdo patriótico das nova arquitectura e arte.

FOGO defenderá a ligação dialéctica das soluções arquitectónicas às características de cada momento da revolução, defenderá a adequação da expressão artística a cada momento particular da luta de classes. Defenderá a correcta assimilação do estrangeiro e do antigo. Defenderá a justa articulação entre o conteúdo e a forma.

As nossas páginas terão para isso de fazer FOGO cerrado sobre a arquitectura e arte imperialistas e social-imperialistas e ao seu serviço, não devendo deixar pedra sobre pedra... nem tela sobre tela dessa pacotilha reaccionária.

## HONRA AO CAMARADA MAO TSE-TUNG

No passado dia 9 de Setembro, morreu o camarada Mao Tsé-Tung, o maior chefe da classe operária, o maior dirigente revolucionário, o maior amigo dos povos oprimidos do nosso tempo.

O apoio e simpatia que o povo chinês e todos os povos têm pelo camarada Mao Tsé-Tung, estava bem patente nas imagens que a TV transmitiu aquando das suas exéquias e na imensa onda de dor que o seu desaparecimento despertou em todo o mundo.

Isto é assim, porque o camarada Mao Tsé-Tung foi o guia incontestado e persistente que por entre lutas e guerras duras e prolongadas, levou o povo da China, levou os operários, os camponeses e os trabalhadores da China ao poder, expulsando os imperialistas estrangeiros e esmagando o sistema de exploração feudal e capitalista em 1949. Esta primeira vitória, seria apenas a base em que assentou a edificação do Estado socialista que é hoje a República Popular da China, sempre guiada pelos ensinamentos e o espírito de independência e de trabalho árduo apontados pelo camarada Mao Tsé-Tung.

Isto é assim, porque da força e da base invencível em que se transformou a China moderna, soube o camarada Mao Tsé-Tung fazer o bastião aliado dos proletários de todo o mundo em luta contra a exploração capitalista, de todos os povos oprimidos em luta contra o colonialismo, o imperialismo e o hegemonismo das duas super-potências.

A nossa revista quis deixar esta pequena homenagem ao camarada Mao Tsé-Tung, relembRANDO em especial os seus escritos sobre literatura e arte, consciente de que toda a obra do camarada Mao Tsé-Tung deve constituir para os artistas e arquitectos portugueses uma fonte permanente de estudo e um guia para a acção.

Partindo do princípio marxista de que "no mundo de hoje toda a cultura, toda a literatura e toda a arte pertencem às classes determinadas e estão subordinadas a linhas políticas determinadas", de que "na realidade não existe arte pela arte, nem arte que esteja acima das classes, arte que se desenvolva fora da política ou independentemente desta", o camarada Mao Tsé-Tung preocupou-se desde sempre em definir qual a linha, a orientação e os meios que permitem fazer da arte uma arma do povo e da revolução já que para ele "o movimento revolucionário não pode progredir, nem triunfar, sem literatura nem arte, sejam estas das mais simples, das mais elementares".

Dirigindo-se em Yenan no ano de 1942 aos artistas e intelectuais que tinham acorrido às bases vermelhas da Guerra de Resistência contra o Japão, o camarada Mao Tsé-Tung fez o balanço do movimento cultural e artístico chinês desde que o proletariado o dirigia (desde o "Movimento de 4 de Maio" de 1919) e criticou e analisou em pormenor os erros e as deficiências fundamentais do trabalho já desenvolvido nas zonas libertadas, na frente da cultura. Nas "Intervenções nos colóquios de Yenan sobre literatura e arte", elaborou também a linha completa para a literatura e arte revolucionárias definindo a quem devem servir e como fazê-lo, definindo quais as relações correctas entre o trabalho político e o trabalho cultural e ainda quais as relações correctas entre o Partido e a massa



O camarada Mao Tsé-Tung assistindo aos "Colóquios sobre Literatura e Arte" em Yenan, 1942

dos artistas não comunistas. Para o camarada Mao Tsé-Tung a arte revolucionária dirige-se às amplas massas que fazem a revolução concreta de cada país, e deve servi-las e aos seus interesses e às suas lutas. Os artistas revolucionários devem saber ligar-se às massas e fazer da experiência de vida e luta comum com elas e das ideias e objectivos gerais de cada etapa da revolução a matéria-prima das obras revolucionárias. Analisando as insuficiências ideológicas e os reflexos na arte da posição de classe pequeno-burguesa da maioria dos artistas de então o camarada Mao Tsé-Tung adiantou que a crítica e a valoração das obras de arte devem ser feitas combinando o critério político com o critério artístico e que a arte revolucionária deve materializar uma unidade entre um "conteúdo político revolucionário com uma forma artística tão perfeita quanto possível". Foi seguindo esta orientação geral que numerosos artistas deixaram então Yenan, a capital vermelha da revolução chinesa e se integraram na vida dos operários, camponeses e soldados das várias regiões libertadas e o movimento cultural revolucionário conheceu um período alto e renovado.

Com a libertação em 1949 a revolução chinesa passou da etapa democrática anti-imperialista e anti-feudal, à etapa socialista. Mas enquanto o proletariado detinha o poder político e procedia às

alterações socialistas na infraestrutura, os revisionistas, dirigidos por Liu Chao-Chi controlavam a literatura e arte e opunham-se à linha do camarada Mao Tsé-Tung. Combatendo a linha da arte e literatura ao serviço dos operários, camponeses e soldados, ao serviço das classes revolucionárias, defendiam a "arte e literatura para todo o povo", teoria com que pretendiam negar a existência da luta de classes durante o período de edificação do socialismo. Persistiam em vincar o passado, o exótico e as classes reaccionárias ainda que dizendo crítica-las, mas recusavam-se a celebrar e exaltar a nova sociedade socialista, as transformações da China e a nova classe no poder. Mais dissimuladamente defendendo as teorias de "escrever a verdade", da "larga via do realismo", do "aprofundamento do realismo", do "personagem indeciso", negavam o carácter de classe de toda a literatura e arte, tentando assim substituir a arte do proletariado pela arte revisionista e burguesa. Impedindo o acesso das massas aos círculos da cultura e arte, controlando as escolas e esses círculos através de indivíduos da sua confiança dominavam todo o aparelho da cultura e propaganda, donde difundiam estas ideias impregnadas de feudalismo, capitalismo e revisionismo, preparando assim o terreno para a restauração do capitalismo na China.

Desta situação, concluiu o camarada

Mao Tsé-Tung da inevitabilidade de uma reforma na superestrutura, desencadeando pessoalmente uma série de contra-ataques à linha revisionista em matéria de literatura e arte. Concretamente em 1963 e 1964 em duas "Instruções sobre literatura e arte" deu o sinal de alarme que iniciou uma revolução nas artes e letras, que começou por produzir profundas alterações na ópera de Pequim — praça forte das ideias revisionistas para a cultura. Esta revolução literária e artística seria aliás o prelúdio da Grande Revolução Cultural Proletária, revolução política dirigida pelo proletariado no quadro do socialismo e que permitiu esmagar as cliques burguesas de Liu Chao-Chi, Lin Piao e Teng Siao-Ping e as suas tentativas de usurpar o poder ao proletariado. Foi perseverando e aplicando ainda os ensinamentos das "Intervenções" do camarada Mao Tsé-Tung em Yen-an que as massas desenvolveram a revolução nas artes e letras participando no movimento de crítica aos responsáveis defensores da linha revisionista, que trouxe profundas transformações na orientação e na linha a seguir, nos conceitos de criação, nas formas artísticas e na formação dos artistas. A revolução na ópera de Pequim, caracterizada pelo aparecimento das "peças modelo com tema revolucionário" que sintetizam todas essas alterações, foi um incentivo e a bandeira para a revolução nas outras artes.

A revolução literária e artística reafirmou de acordo com a linha de Yen-an a necessidade de a arte servir as classes

revolucionárias, colocou-se decididamente do lado da edificação socialista, criticando o revisionismo e dando o primeiro lugar às lutas e à vida dos operários, camponeses e soldados nos temas a tratar, pôs fim à dominação dos intelectuais burgueses nos meios literários e artísticos. Este amplo movimento de crítica multiplicou a actividade artística, diversificou os estilos, levou para os campos e para as fábricas muitos artistas que assim se reeducaram e fez aparecer milhares de artistas e escritores proletários que vieram rejuvenescer os meios da cultura. As 12800 obras de arte já expostas nos últimos quatro anos e visitadas por oito milhões de pessoas foram em grande parte executadas por artistas amadores operários, camponeses e soldados e são apenas um aspecto da vitória da linha do camarada Mao Tsé-Tung para a literatura e arte.

A solução dos problemas da arquitectura e urbanismo na China prende-se em geral com a política económica do Estado Socialista que o camarada Mao Tsé-Tung dirigiu assente nos seus princípios de construir o socialismo no espírito de independência e 'contar' com as próprias forças, do trabalho duro e espírito de economia. Problemas como a questão da habitação, a contradição cidade-campo, os transportes, a poluição, etc. que "afligem" as grandes metrópoles capitalistas foram e estão a ser resolvidos na China pela aplicação da linha do camarada Mao Tsé-Tung de "partir em tudo do interesse

do povo" combinando a planificação com a mobilização da energia criadora das massas. Aplicando a linha do camarada Mao Tsé-Tung de colocar no posto de comando a política do proletariado, na China dá-se prioridade às investigações sobre soluções práticas e económicas em prejuízo das investigações formais dominantes inevitavelmente na arquitectura e urbanismo das sociedades capitalistas. O ensino da arquitectura transformou-se como todo o ensino durante a Grande Revolução Cultural Proletária dirigida pessoalmente pelo camarada Mao Tsé-Tung combinando o estudo teórico e o desenho com o trabalho na construção. As faculdades de arquitectura — construção permitem encorajar a reeducação ideológica dos professores, a formação de técnicos com consciência socialista, e operários com conhecimentos de concepção arquitectónica e técnica. Permitem fundir a teoria com a prática e fazer uma ampla ligação entre os estudantes, os técnicos e as outras camadas das massas, elaborando muitas vezes projectos em comum.

As transformações e as vitórias da arte, arquitectura e urbanismo chineses operadas com a Grande Revolução Cultural Proletária são vitórias da aplicação do pensamento do camarada Mao Tsé-Tung. São vitórias do pensamento que diz "nunca esquecer a luta de classes" e que considera a luta de classes como a chave de todos os problemas que surgem no domínio ideológico.



# FFH: O SIGNIFICADO DE UMA DEMISSÃO NA TÁCTICA GOLPISTA DO PCP

*Sendo este artigo referente a acontecimentos que tiveram lugar entre fins de Maio e meados de Junho, o que o faz perder já um pouco da sua actualidade, decidi no entanto a redacção da nossa revista manter a sua publicação, mesmo tendo em conta também que alguns factos importantes ocorreram entretanto no nosso país, directa ou indirectamente ligados à demissão da C.D. do F.F.H. que nele já não podem ser abordados, como por exemplo a nomeação da C.D. provisória (?) ou a clarificação da posição do Ministro da Habitação e Urbanismo então um pouco nebulosa, já para não falar da entrada em funcionamento do 1º Governo Constitucional, cujo programa é objecto de análise noutro artigo (ver pág. 26).*

*Tal decisão tem por base o facto de o aspecto principal do artigo ser a análise da política seguida desde o 25 de Abril pelos diversos governos da burguesia no campo da habitação e da construção civil sob a batuta do PCP, e não os acontecimentos de que parte, que funcionam aqui mais como motivação concreta que levou a uma tal análise, do que como objecto em si do artigo, tal como de resto se infere do respectivo subtítulo.*

## 1. OS FACTOS

Acusando publicamente o Ministro da Habitação, Urbanismo e Construção de querer "revalorizar o sector privado" através da "criação de condições que levarão a novas perspectivas de lucros para os emparelhados" e "à exploração de quem não tem casa" (1), demitiu-se recentemente a Comissão Directiva do Fundo de Fomento da Habitação (F.F.H.), constituída por quatro oficiais do Estado Maior do Exército que ali cumpriam tais funções desde Novembro de 1975, à excepção do Tenente-Coronel Águas Varela que tinha feito parte das anteriores Comissões Directivas. No entanto as razões invocadas para o consumo interno, isto é dos trabalhadores do F.F.H. e do próprio Ministro são contraditórias com estas, vindas a lume na imprensa diária, dizendo a C.D. na sua carta de demissão ter-se demitido porque a reestruturação do F.F.H. pretendida pelo Ministro não garantia "as situações dos funcionários do F.F.H. a cujo esforço se devem todas as realizações deste organismo", e "não conduzirá na prática a melhoria do rendimento dos serviços, admitindo mesmo que terá grandes dificuldades de funcionamento". Eis as duas faces duma mesma política.

Deixando adivinhar a acesa disputa entre os diversos sectores da burguesia quanto ao controlo do aparelho de estado, e em particular sobre um sector que se reveste da maior importância no que diz respeito ao controlo da construção civil como é o M.H.U.C. e os seus diversos departamentos, e apesar de tal demissão se ter verificado já em fins de Maio, têm-se sucedido desde então na imprensa várias tomadas de posição das diversas forças em jogo.

Depois das notícias a que já aludimos, mais ou menos surgidas pela mão do partido dito comunista, como se pode constatar pela versão dos factos que pretendo fornecer, o seu órgão oficioso "O Diário" da manhã veio tomar posição, primeiro indirectamente, através de "um leitor de Lisboa devidamente identificado", ao que se seguiu um artigo de fundo subordinado ao título "O Ministério da Habitação promove especulação imobiliária", sendo que tanto num como noutro se defende a posição da Comissão Directiva,

"único obstáculo que se opunha à sua pretensão (do Ministro-N.R.) de transformar o F.F.H. num órgão dependente do seu gabinete, a fim de manejar verbas à vontade e "promover a especulação imobiliária".

Não se faria esperar porém a resposta do titular da pasta, Eng.º Ribeiro Pereira, que através de uma nota oficiosa veio tomar publicamente posição sobre a carta e artigo de "O Diário", pondo fortemente em causa a actuação da C.D. do F.F.H. e dos social-fascistas que por lá ainda se acoitam, em particular os do S.C.D.C. (Serviços de Coordenação do Desenvolvimento da Construção) "cuja actuação, aliás sujeita a inquérito futuro se mostrou desastrosa e "golpista" para o sector da construção civil" (2).

Independentemente das repercussões internas e mesmo externas que tal acontecimento ainda possa vir a ter (como é o caso da ex-Direcção Geral dos Serviços de Urbanização (DGSU) cujo sub-director, Arq. Vasco Lobo, tido como afecto ao PCP, também foi afastado) pareceu-nos importante prescrever as causas profundas de tal demissão, uma vez que não se trata apenas, como à primeira vista podia parecer, de uma mera substituição na chefia de um organismo de estado, mas de um confronto aberto entre duas facções da burguesia, acerca de qual a política a seguir em relação a um importante sector do aparelho de Estado. É pois objectivo deste artigo procurar compreender a política e os planos da burguesia para a habitação e para a construção civil, e quais os objectivos que em última análise prossegue, a partir do deslindar da complexa teia que envolve a demissão da C.D. do F.F.H., de acordo com os elementos que nos foi possível recolher, e que não são tantos nem tão objectivos como desejaríamos, o que não sendo da nossa responsabilidade, concerteza se reflectirá no próprio artigo.

## 2. O QUE É O F.F.H.

OU A INCAPACIDADE DA BURGUESIA PARA RESOLVER UM ÚNICO DOS PROBLEMAS DO POVO

Tendo sido criado em Maio de 1969 com o objectivo central, segundo o decreto que o instituiu, de "solucionar a crise habitacional nas diferentes regiões do país, adquirindo terrenos, urbanizando-os e construindo-os em conformidade com um plano nacional de habitação que proporcionasse um desenvolvimento equilibrado do território" (como se vê a panaceia é a mesma), o FFH viu as suas atribuições sucessivamente alargadas "à construção de casas de habitação e edifícios de interesse público" (1971) e às atribuições até aí cometidas à Direcção Geral da Previdência e Habitações Económicas (1972), cujos serviços de habitação económica foram extintos, transitando em parte para o F.F.H. o que implicou a sua reestruturação.

Este sucessivo alargamento de atribuições não deixa aliás de reflectir a crise da habitação que já então se fazia sentir, e a incapacidade da camarilha marcelista para lhe fazer face, fingindo procurar resolvê-la tal como agora acontece com os novos senhores do poder, através de sucessivas reestruturações do aparelho de estado, ao mesmo tempo que a um ritmo vertiginoso se desenvolvia sob a sua alçada a especulação fundiária e imobiliária, bases materiais dessa mesma crise. Como dizia Engels "...a indústria da construção encontra na edificação de apartamentos de renda elevada um campo de especulação infinitamente mais favorável e não construirá senão excepcionalmente alojamentos para operários" (3).

Com as alterações sobrevindas na situação política do nosso país por força do golpe de Estado militar do 25 de Abril, e aproveitando-se do derrube da camarilha marcelista até então no poder, os social-fascistas do PCP foram progressivamente tomando de assalto grande parte do aparelho de estado herdado do fascismo, em particular após o 11 de Março, que, com ligeiras alterações destinadas a manter o essencial, puseram ao seu serviço e da superpotência da qual são os agentes na nossa Pátria — A URSS.

A tática utilizada correspondia em linhas gerais, ao colocar dos seus homens de mão nos lugares chave dos diversos sectores do aparelho de estado desalojando para isso os fascistas que lá se acoitavam, ao mesmo tempo que se opunham frontalmente ao saneamento dos restantes serventuários do regime deposto, que, sendo essenciais ao funcionamento de toda aquela máquina burocrática, deveriam apenas mudar de padrão passando a estar ao serviço dos novos amos. Ao mesmo tempo criavam quer a nível da administração central quer a nível das autarquias locais organismos paralelos para onde eram recrutados toda a casta de social-fascistas com ou sem habilitações para os respectivos cargos, os quais funcionavam como uma espécie de cavalo de tróia do aparelho de estado tradicional, curto — circuitando os percursos entre os diversos centros de decisão, de modo a

concentrarem em si todo o poder.

O Fundo de Fomento da Habitação não fugiu à regra, e ao mesmo tempo que, sobretudo após o 11 de Março, os social-fascistas se assenhoravam da sua direcção, criaram em correspondência com a necessidade de controlar esse sector vital da nossa economia que é a construção civil, dois organismos paralelos, apenas em teoria dependentes do FFH: eram eles o SCDC (Serviço de Coordenação do Desenvolvimento da Construção) e o SAAL (Serviço de Apoio Ambulatório Local).

Quanto ao primeiro, tendo à frente homens da confiança do PCP como o Eng.º Fonseca Ferreira (membro do GIS) não sendo regulamentado por qualquer despacho governamental teria como principal função a coordenação do estabelecimento dos chamados Contratos de Desenvolvimento (C.D.) instituídos por decreto em 1974 "para que a iniciativa privada se sinta interessada na habitação social" (4).

Quanto ao segundo, inspirada criação do senhor arq. Nuno Portas, enquanto secretário de Estado da Habitação e Urbanismo (SEHU) hoje também destacado membro do GIS, e tendo à sua frente, para além de um dos digníssimos oficiais do E-ME da ex-CD Major Batista Alves, uma série de "revolucionários" do MES e da UDP entre os quais avultavam ultimamente o sr. arq. Botelho e o sr. Dr. Mário Brochado Coelho, à mistura com alguns suspeitos desempregados da política originários da Bolívia, México, etc., tinha segundo despacho que o criou por objectivo "apoiar através das câmaras municipais as iniciativas das populações mal alojadas no sentido de colaborarem na transformação dos próprios bairros, investindo os próprios recursos latentes e eventualmente monetários".

Mas por detrás dos astuciosos planos da burguesia, tendo como principal obreiro o partido dito comunista que, servindo-se das justas aspirações das massas procurava cavalgar o seu impetuoso movimento para o poder usar como tropa de choque para impôr a sua feroz ditadura sobre o povo, está a realidade nua e crua da completa incapacidade da burguesia para governar, por melhores planos que os seus lacaios elaborem. A prová-lo está a actividade desenvolvida pelo FFH nestes dois últimos anos sob a gerência das suas diversas Comissões Directivas, em particular a última, bastando compará-la com os ambiciosos planos que lhe presidiam para constatar-mos até que ponto essa incapacidade é um facto real, que a própria vida não cessa de demonstrar.

### 3. A ACTIVIDADE DO F.F.H. PROMETER CASAS PARA PROMOVER O GOLPE

Em Abril de 1975, em plena euforia das nacionalizações decretadas pelos social-fascistas após o 11 de Março, foi aprovado pelo IV Governo Provisório do "companheiro Vasco" e largamente propagandeado, o chamado Programa de Política Habitacional da autoria do VI G.P., Ministro dos Transportes e Comunicações, Cor. J. Augusto Fernandes (então Ministro do Equipamento Social e Ambiente) e

curiosamente do actual Ministro da Habitação Urbanismo e Construção (então SEHU).

Tal programa, correspondendo inteiramente ao plano social-fascista de superação da crise da habitação e da construção civil à custa das próprias massas e em seu (deles) exclusivo proveito, constituía, a par das nacionalizações então decretadas, uma manobra demagógica de largo alcance tendente a prestigiar os já tão desacreditados governos provisórios, perante o constante agravamento das condições de vida das massas populares. Essa manobra consistia em fazer crer ao povo que se os governos anteriores tinham sido maus nada lhe trazendo de bom, pois bem este, agora que se tinha esmagado a reacção (11 de Março) ia ser bom, progressista e revolucionário "rumo ao socialismo" já e para o provar, os bancos, os seguros, os transportes e tudo quanto tinha sido nacionalizado passavam a estar "ao serviço do povo". Sendo a questão da habitação um dos problemas por ele mais sentidos, lógico seria que também se promettesse resolvê-la de vez, nem que para tal fossem precisos vinte anos, que era quanto se previa no citado programa. Isto num momento em que por todo o lado se levantava um amplo movimento popular pela ocupação de casas devolutas (Musgueira, Bairro 2 de Maio, Casalinho da Ajuda, Chelas, Alfama, etc.) como forma das massas porem termo à situação de miséria em que eram obrigadas a viver, deixando petrificada toda a burguesia representada pelos seus governos provisórios, sem meios para, de momento, se lhe poder opor. É portanto sob a pressão deste impetuoso movimento que a burguesia, através dos seus lacaios social-fascistas se vê obrigada a destilar o tal programa, sem

ter a menor intenção de o cumprir como veremos, no intuito de ganhar tempo desmobilizando as massas com falsas promessas, enquanto preparava o terreno para passar à repressão maciça contra as ocupações para o que já forjara a respectiva base legal, a famigerada lei das "ocupações selvagens" de Abril de 1975 (Dec. lei n.º 198A/75). Ainda estão por certo frescos na memória dos nossos leitores os inúmeros casos de tentativas de desocupação (como no Laranjeiro, Campo de Ourique, etc.) algumas com sucesso, levadas a cabo por essa "revolucionária" instituição que deu pelo nome de COPCON de má memória sob as ordens do então General Otelo, já para não falar das destruições de casas levadas a cabo, por exemplo, na Cova do Vapor.

Mas vamos ao Programa: deitando contas à vida chegam os seus autores à conclusão de que o número de alojamentos em falta no nosso país em Dezembro de 1974 era de cerca de 531000 fogos, ao que se deveria juntar mais 30000 por ano para as novas famílias, mais 1000 para substituir os que envelheceram. Isto sem contar com os retornados pobres que segundo o MHUC alteraram aquele número inicial para 650000 fogos (5). Além disso haveria ainda segundo o mesmo programa, 1 milhão e meio de fogos deficientemente equipados.

Para resolver tão ingente problema (a magna questão da habitação) feitas as contas a vinte anos, porque menos a economia do "país" não poderia suportar, seria necessário uma média de construção anual de 76000 fogos, sendo que para o período de 75/76 em vez dos 152000 da ordem, ficavam-se na cifra apesar de tudo mais modesta de 100000 fogos distribuídos da maneira que segue:

#### QUADRO I

PROGRAMA DE POLÍTICA HABITACIONAL (ABRIL DE 1975) MESA

Nº DE FOGOS	ENTIDADE	VALOR TOTAL (CONTOS)	1º TRIM	3º E 4º T.	1º SEM.	2º SEM.
50 000	FFH (vários)	11 250 000	1 500 000	3 500 000	3 300 000	2 950 000
20 000 A 30 000	FFH (CD)	8 000 000 A 12 500 000	1 000 000	3 500 000	2 000 000 A 4 000 000	1 500 000 A 4 000 000
8 500	SAAL	1 000 000	150 000	330 000	320 000	200 000
6 000	COOPERAT	3 000 000	50 000	400 000	1 000 000	1 500 000
5 500 A 15 500	INIC. PRIV.	6 500 000 A 19 350 000	1 500 000	3 000 000 A 5 000 000	1 000 000 A 6 100 000	1 000 000 A 6 750 000
100 000	-	42 600 000 A 47 400 000	3 700 000	10 800 000 A 12 800 000	12 720 000 A 15 300 000	12 900 000 A 15 600 000

Como se pode ver por este quadro, só a seu cargo directo o FFH teria a construção de 50000 fogos no valor de 11 milhões e 25 mil cc. e indirecto, através dos chamados Contratos de Desenvolvimento e do SAAL, 20 a 30 mil fogos no valor de 8 a 12 milhões e meio de cc. e 8500 fogos no valor de 1 milhão de cc. respectivamente, agravando substancialmente as responsabilidades daquele organismo cujo Plano de actividades de 1975 previa somente o dispêndio de 4 milhões e 560 mil cc. o que ao mesmo custo por fogo, corresponde a cerca de 20267 fogos, contra os 42100

previstos no ano anterior, dos quais foram construídos apenas 2841 (6,7%) (16)

Pena é que a ex-CD não demonstre em relação ao povo a mesma vontade em ver reconhecidos os seus méritos que demonstrou em relação ao Ministro, não tendo publicado durante a sua gerência o relatório de actividade de 1975, como seria seu dever, pelo que não é possível obter quaisquer dados concretos sobre o assunto. A única referência que existe é da própria ex-CD, portanto muito suspeita, tanto mais suspeita quanto não é comprovada. Trata-se da citada notícia do



Primeiro de Janeiro onde se refere que teriam sido construídos 27000 fogo em 1975 contra 3000 do ano anterior.

Ao mesmo tempo que escamoteia os resultados do trabalho de 1975, em relação a 1976 a ex-CD elabora o seu Plano de Actividades que, se tivermos em conta o agravamento da crise económica e uma maior dose de "realismo" por parte dos social-fascistas (leia-se menor demagogia) após o seu golpe contra-revolucionário de 25 de Novembro, é apesar de tudo arrojado (ver quadro II) colocando-se pouco abaixo dos índices previstos no P.P.H. (ver quadro I) — sobretudo se tivermos em conta, que embora estejam previstos 8935 fogos para os C.D.s, existem propostas de intenção no valor de 35000 fogos(7)

Mas mais uma vez entre os planos e a prática vai uma longa distância conforme é possível apurar através dos dados que nos foi possível recolher.

Em relação aos contratos de desenvolvimento, que como diz o próprio ministro na sua nota oficiosa é "o de maior efeito no sector empresarial da construção civil", "apurou-se que até 30/4/76 se encontravam em situação de obra empreendimentos que correspondiam apenas a 8797 fogos quando a meta a atingir era de 30000 fogos a lançar no biénio de 75/76".

Mas a realidade ainda é mais crua do que a pinta o sr. ministro. Analisando o quadro publicado no P.A. de 1976 relativo a 31/12/75 do mesmo ano, constataremos que das 24 operações em curso apenas em 9 foram utilizadas até aquela data parte das verbas disponíveis, num valor correspondente a 850 fogos, correspondendo a cerca de 10% do volume de fogos que se diz estarem em obra e a 2,8% em relação aos 30000 previstos! Quererá o sr. Ministro fazer-nos crer que os restantes 8000 fogos entraram em obra de 31/12 a 30/4?

Se analisarmos ainda a localização geográfica das operações em curso constataremos que das 24 apenas 6 (25%) ficam fora dos distritos de Lisboa e Setúbal, correspondendo a 2,4% do valor total de fogos a construir, o que mostra bem que interesses presidem à elaboração destes contratos, sabendo-se como se sabe, quem controla a maioria das empresas de construção civil nestes distritos, isto é os social-fascistas.

Está neste momento (princípios de Julho) a decorrer um inquérito instaurado ao SCDC pelo actual ministro, organismo que como já referimos deveria ter como função coordenar o estabelecimento dos CDs, tendo sido suspenso preventivamente o seu principal responsável, o tal eng. Fonseca Feireira, que sendo funcionário do LNEC tinha sido destacado para o FFH para dirigir aquele serviço. Desse inquérito nada ainda transpirou, sabendo-se apenas que tendo sido nomeada a respectiva comissão esta tem participado em reuniões com a presença do ministro, entre os diversos intervenientes nos CDs onde entre outras coisas, tem sido discutido o "desbloqueamento" da situação (42 contratos por assinar)(8) No entanto com a experiência que já existe deste tipo de comissões de inquérito, que mais encobrem do que inquirir, pouco haverá, por certo, a esperar. O que é facto é que, com o

## QUADRO II

## PLANO DE ACTIVIDADES DE 1976 (FFH)

PROGRAMAS	Nº DE FOGOS A CONSTRUIR	VERBAS ATRIBUÍDAS
Promoção directa da Habitação	40 773	2 311 000 *
Apoio Técnico e Financeiro:		
SAAL	3 370	1 000 000
Obras Participadas	5 146	700 000
Contratos de Desenvolvimento	8 935	400 000
EMPRÉSTIMOS A C. Municipais	1 185	400 000
Renovação Urbana	?	300 000
Outros Programas	?	189 000
<b>TOTAL</b>	<b>59 409</b>	<b>5 300 000</b>

\* (incluídos 481 007 cc. financiados pelos E.U.A.)

## QUADRO III

CONTRATOS DE DESENVOLVIMENTO (SCDC) 31/12/75  
IN "PLANO DE ACTIVIDADES PARA 1976 (F.F.H.)"

EMPRESA	LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO	Nº DE FOGOS	FINANCIAMENTO PREVISTO	FINANCIAMENTO UTILIZADO	VALOR DE VENDA
ICESA	V.F. Xira	652	200 000	34 500	263 522
TETRA	Setúbal	579	252 816	187 500	252 816
COESTE	Caldas	29	13 702	11 000	13 702
ESTIL	Loures	1 753	616 000	53 500	701 772
Soares da Costa/P. Marvão	Setúbal	156	53 000	—	66 534
Comitur	Moita	782	265 205	6 200	331 164
Turcopol	Setúbal	208	68 110	15 900	85 137
A.P. Santos	Barreiro	52	15 200	—	23 085
C. Ribeiro & F.	Guimarães	54	18 000	—	22 793
Grão-Pará	Loures	812	98 347	4 105	127 435
Prohorizontal	Caldas	16	2 400	—	4 740
Proconstrói	Seixal	336	11 700	8 880	146 805
J. Pimenta	Sacavém-Loures	1 626	560 000	—	700 000
Grancor	Moita	257	92 000	—	119 403
C. Abrantina					
M.N. Tiago, Realimo	Seixal	550	176 300	—	220 681
Gorgulho e Edgar	Lagos	5	19 200	—	24 011
A. Correia Garcia	Sintra	22	7 200	—	9 014
Joaquim Damas	Aveiro	20	7 200	—	8 980
Urbisado	Setúbal	30	10 000	7 000	12 500
Habisul	Setúbal	76	24 000	—	30 400
A. J. Reis Neto	Silves	32	8 000	—	14 350
Opercal	Sintra	384	122 000	—	156 557
Socopol	Seixal	520	164 500	—	205 655

beneplácito da ex-CD, que precisamente aquando da sua demissão pretendeu fazer aprovar a golpe uma lista de contratação de tarefeiros pelos trabalhadores, à cabeça da qual se encontrava este e outros social-fascistas encartados, este organismo tem servido por inteiro o plano do P.C.P. em relação à habitação e à construção civil, através de toda a espécie de favoritismos em relação a certas empresas que controlam em desfavor de outras. Tal plano tem como objectivo a curto prazo, acelerar o processo de concentração monopolista no sector da construção civil, o qual está relativamente atrasado — em 1973, 92,6% das empresas tinham menos de 20 trabalhadores e só 2,3% tinham mais de 50 — a partir das grandes empresas com intervenção do Estado, processo no qual têm especial relevo certas estruturas inter-empresas como o famigerado Secretariado Provisório Pró-Conselho Nacional dos Trabalhadores da Construção Civil e outras que o antecederam, que distribuem as principais fatias do bolo entre si, deixando as pequenas e médias empresas e outras que não controlam condenadas à ruína, de modo a criar as condições necessárias à nacionalização do sector, velho sonho que os social-fascistas só não realizaram quando o podiam ter feito pelas razões que referimos.

Se atentarmos ainda na importância do sector da construção civil em relação ao número de trabalhadores que emprega (cerca de 700000) 20% da população activa, dos quais 300000 directamente e 400000 em actividades afins, e ao número de trabalhadores desempregados (50000 em Set. de 1975) quer quanto ao seu peso no conjunto da economia (Produto Nacional Bruto de 16 milhões, 222mil cc. em 1973, apenas excedido pelo sector do vestuário e calçado e produtos metálicos, 19 milhões e 596 mil, e 25 milhões e 284 mil cc. respectivamente,<sup>(10)</sup> e ainda o facto de cerca de 95% dos materiais e equipamentos empregues serem de fabrico nacional, compreenderemos claramente a importância que tem o controle do sector da construção civil na estratégia golpista do partido social-fascista, como meio de manter e consolidar a base material e social da feroz ditadura a soldo do social-imperialismo revisionista soviético que, através de novo golpe que preparam, não desistem de querer instaurar na nossa pátria.

Quanto ao SAAL a situação não será mais brilhante, pois das 123 operações em curso relativas à construção de 30000 fogos, apenas 28 entraram em fase de obra (?), envolvendo a construção de 3370, das quais 19 estão bloqueados por causas diversas,<sup>(11)</sup> além de algumas casas estarem a escorregar pelo terreno... (B. da Liberdade em Setúbal). Em conformidade com, esta situação, consta que de 1 milhão de contos atribuídos a este programa o ministro teria retirado 800000 contos, desconhecendo-se as razões que presidiram a tal atitude.<sup>(12)</sup>

Do programa de Promoção Directa da Habitação nada se sabe, mas a julgar pelo que já vimos e pelos "boicotes" referidos pela CD em relação ao ano anterior — "um dos Planos Integrados de 1040 fogos a construir em Aveiro não arrancara... por os expropriados não permitirem a entrada no

terreno (?) — não nos surpreenderá que o panorama seja o mesmo ou ainda pior.

Quanto às chamadas Cooperativas de Habitação embora figurassem no PPH com 6000 fogos (ver quadro I) já tal não acontece no plano de actividades de 1976 o que se justifica pois segundo o MHUC a maioria nem sequer tem estatutos aprovados.<sup>(13)</sup>

#### 4. CONCLUSÕES

Posto isto, que pensar afinal da demissão da "nossa" Comissão Directiva composta de "homens desde a primeira hora identificados com o espírito dos "capitães do 25 de Abril" 14 e da sua arrogância ao recusarem aceitar qualquer responsabilidade pelo "atraso existente", atribuindo as culpas ora aos trabalhadores do Fundo pelo "baixo rendimento do trabalho produzido", ora ao ministro pela falta de "decisões e orientações solicitadas superiormente ou pela não aprovação do P.A. de 7615 (embora este tivesse sido aprovado pelo SEHU em 20 de Março entidade de quem o FFH é directamente dependente)?

Os trabalhadores deste sector do aparelho de Estado e dos ramos de actividade a ele ligado, a quem se dirige especialmente este artigo, devem reflectir maduramente sobre as causas profundas deste caso, recusando-se a servir de tropa de choque quer a um quer a outro dos sectores da burguesia em confronto. Mas mais do que isso, devem procurar conhecer a fundo a actividade dos organismos onde vendem a sua força de trabalho, não permitindo que nada lhes escape da vista tendo neste processo as CTs livremente eleitas um papel determinante, de modo a poderem denunciar a cada instante todos os crimes que diariamente nestes organismos são cometidos contra as massas, que são em última análise quem lhes sofre as mais pesadas consequências.

Poder-se-á argumentar que os trabalhadores não estão à altura de poder controlar todos os "complexos mecanismos" de funcionamento de um organismo como o FFH, porque há aspectos que apenas meia dúzia de chefes de serviço conhecem. Nós pensamos que a questão determinante não é a técnica mas a política que preside a esse controlo, e se essa política for correcta, virada para os interesses do povo e para o reforço da sua ligação com ele e com os órgãos embrionários do seu poder (os órgãos da vontade popular) os trabalhadores conseguirão vencer todas essas dificuldades, que, se virmos bem, são muito menores do que à primeira vista parecem, não fosse a política da burguesia precisamente aumentá-las artificialmente para evitar o controlo dos trabalhadores.

Se este nosso artigo tiver contribuído, mesmo que modestamente, para que tais objectivos sejam atingidos, dar-nos-emos por satisfeitos.

- 1 — in "O Primeiro de Janeiro" de 10/6/76
- 2 — Nota Oficiosa do M.H.U.C. in "O Diário" de 6/7/76
- 3 — in "A Questão do Alojamento" de F. Engels,
- 4 — in "O Problema da Habitação", ed. M.H.U.C.,
- 5 — idem
- 6 — conforme o "Relatório de Actividade de 1974" Ed. F.F.H.

- 7 — in "O P. da Hab."
- 8 — conforme "folha informativa" n.º 15 da CT do FFH
- 9 — conforme "O P. da Hab."
- 10 — in "Nota Oficiosa"
- 11 — num próximo número tencionamos analisar mais profundamente o "processo SAAL"
- 12 — conforme "O P. da Hab."
- 13 — segundo "O P. da Hab." das existentes em fins de 1975, 17 tinham estatutos aprovados e 34 possuíam terreno para construção!
- 14 — notícia referida em (1)
- 15 — in "carta de demissão" da ex-CD do F.F.H., enviada ao M.H.U.C.

#### SOBRE UMA ENTREVISTA COM A CT DO FFH

Era nossa intenção poder publicar juntamente com este artigo uma entrevista realizada à Comissão de Trabalhadores do F.F.H. no rescaldo dos acontecimentos (6 de Julho), correspondente de resto a uma posição de princípio de que a nossa revista não abdica — dar sempre que possível a palavra às massas sobre os diversos assuntos abordados em cada número, quer individualmente, quer através dos seus órgãos de vontade popular.

Tal publicação não foi no entanto possível, uma vez que nos foi comunicado por um elemento da referida CT já após a realização da entrevista, que esta não considerava oportuna a respectiva publicação, sob o pretexto de que não correspondia inteiramente aos pontos de vista da CT, para além de acontecimentos, havidos entretanto, terem mesmo alterado a sua posição.

Pensamos que as razões invocadas não podem justificar a posição assumida, uma vez que os elementos da redacção que fizeram a entrevista foram instados a apresentar previamente as questões que nela queriam por, permitindo à CT que tomasse posição sobre elas com antecedência, para além de a entrevista ser datada, correspondendo a uma situação bem determinado no tempo.

Como deixámos bem claro na altura junto do referido elemento da CT, não pudemos deixar de interpretar a posição assumida como uma manifestação clara e objectiva de conciliação e capitulação face ao que se considera ser o perigo principal que ameaça o nosso povo, ou seja o social-fascismo, materializada na recusa em publicar uma entrevista em que é feita uma denúncia viva da actuação golpista do PCP e dos seus lacaios dos GDUPS/UDps, aquando dos acontecimentos referentes à demissão da CD do FFH.

Pensamos que os trabalhadores do FFH devem pedir contas à sua CT por esta atitude, diametralmente oposta à por eles assumida durante os referidos acontecimentos, mostrando que os trabalhadores do FFH já não embarcam em manobras daquele tipo.

# CASAS PARA RETORNADOS

## MUITA PARRA E POUCA UVA

*Desde o Verão de 1975 que milhares e milhares de elementos do povo na sua esmagadora maioria operários, camponeses e trabalhadores dos serviços, à parte uma pequena minoria de colonialistas e roceiros para quem, cá como lá, não existem dificuldades, têm estado a regressar continuamente ao nosso país vindos das ex-colónias, particularmente de Angola, somando neste momento cerca de 700000 desalojados, vítimas da política de saque e de rapina de imperialistas e sobretudo de social-imperialistas tendo como alvo aqueles territórios africanos, e como via de penetração a chamada política de descolonização dos sucessivos governos provisórios cujo principal obreiro e responsável é o PCP, e cuja mais trágica consequência é, sem dúvida, a sangrenta guerra civil angolana, através da qual o social-imperialismo revisionista soviético logrou assentar arraiais naquela ex-colónia, actual ponta de lança da sua política expansionista em África.*

*Não contente com os resultados da sua política, a burguesia através dos seus diversos sectores, dos fascistas aos social-fascistas, procura servir-se dos retornados pobres como instrumento de disputa entre esses dois centros da contra-revolução no nosso país, como as "soluções" por eles preconizadas para a questão dos retornados amplamente demonstram, em particular na questão da habitação.*

*Eis porque, embora parte integrante da luta mais geral do nosso povo pela melhoria das suas condições de habitação e de vida, a luta dos retornados pobres contra a sua situação de fome, miséria e desemprego justifica, pelos aspectos e incidências particulares que assume, o seu tratamento em separado, sem contudo perder de vista o conjunto dos problemas que afectam o nosso povo, nomeadamente a questão da habitação.*

*Assim durante cerca de dois meses de exaustivo trabalho procurámos recolher e analisar todos os dados que pudemos obter sobre o assunto, não só junto das entidades governamentais responsáveis, como e principalmente junto dos próprios retornados nos locais onde já se encontram a habitar (ou em vias disso) as tão faladas "casas" pré-fabricadas, principal porta-estandarte da demagogia governamental no tocante a esta questão, comparando a realidade das "soluções" que a burguesia propõe com aquilo que incessantemente apregoa, para que o leitor tire daí as necessárias e devidas conclusões!)*

*Queremos ainda agradecer a todos os elementos do povo que com o seu apoio, nomeadamente através dos meios que nos facilitaram, contribuíram para tornar o nosso trabalho possível.*

### 1. DIVIDIR PARA REINAR

Considera o Ministério da Habitação, Urbanismo e Construção que em Dezembro de 1974 o número de alojamentos em falta no nosso país seria de 531 mil, dado já utilizado pelos social-fascistas enquanto dominaram este sector do aparelho de estado, e obtido a partir de um relatório elaborado para o III Plano de Fomento em 1966 sob as instruções da camarilha salazarista que o mesmo Ministério considera pouco seguro<sup>2)</sup> mas que continua a utilizar, não se preocupando em saber, através de um inquérito rigoroso, quais são de facto as carências do nosso povo nesta matéria, no que segue inteiramente as pisadas dos seus antecessores.

Com a vinda de cerca de 700000 retornados das ex-colónias (segundo o Director do IARN mas também não confirmado por nenhum inquérito), ao que se devem juntar os que ainda estão a regressar de Moçambique (cerca de 200 a 300 por mês segundo a mesma fonte), aquele número aumentou substancialmente, referindo o Ministro Eduardo Pereira na sua alocação na TV em 19 de Abril que seria nessa altura de 650000 fogos. Mas se fizermos as contas utilizando o índice de 4 habitantes por fogo obteremos o valor de 175000 fogos, número que somado aos 531000 já em falta dará um total de 706000, ou seja, mais 56000 do que referiu o sr. Ministro na sua alocação.

Mas para quem, para "resolver" a questão do alojamento de 175000 famílias

de retornados planeja construir ao todo 8355 fogos (5000 através da C.A.R., 1355 oferecidos pela Holanda e Noruega, e 2000 financiados por este último país segundo acordo ainda por assinar), ou seja 4,7% das necessidades, dos quais 6 meses após aprovação do respectivo programa apenas 800 estarão prontos a habitar (500 em Bragança e 300 em Vila Real), está certo, 56000 fogos a mais ou a menos tanto faz; para quem faz parte de governos que gastaram já pelo menos 10 milhões de contos com os retornados<sup>3)</sup> sem terem resolvido um único dos seus problemas; que pagam por mês aos hotéis entre 30 a 90 contos por casal (200000 contos por mês no total<sup>4)</sup> sem criar um único posto de trabalho; que dão (quando dão) um subsídio de desemprego (e de fome) de 2600 por família; que recebem toneladas de farinha, leite em pó e outros produtos alimentares que em grande parte não distribuem ou fazem-no deficientemente, permitindo toda a espécie de falcaturas quando milhares de retornados se encontram com fome; que pedem empréstimos para a importação de casas do estrangeiro ou aceitam "ofertas" com a respectiva contra partida quando no nosso país a construção civil se encontra em grande parte paralisada e os próprios retornados no desemprego, está certo, diremos mesmo mais, está certíssimo.

E quem tiver ilusões que será o novo governo socialista que vai resolver alguns dos problemas que afectam este ou qualquer outro sector do povo, pode começar a perdê-las. O partido maioritário

no Governo é o mesmo que no anterior; o Ministro é o mesmo, apesar de o seu nome ter sido vetado na primeira reunião do Secretariado Nacional do PS para a formação do governo; a política é a mesma, como se pode ver pela "evolução na continuidade" que registam os seus programas; a tática seguida em relação aos retornados pobres continua a ser a mesma, mau grado as declarações do Primeiro Ministro em contrário, resumindo-se em duas palavras: dividir para reinar. Basta ver as duas "soluções", os dois programas apontados para a resolução da questão do alojamento dos retornados pobres, já de si tratada sempre como uma questão à parte da questão do alojamento do resto do povo quando dela é parte integrante: para os 20 mil retornados alojados nos hotéis, depois das inúmeras tentativas sem qualquer sucesso para os desalojar à força, o governo da burguesia acena-lhes com 5000 casas com condições de habitabilidade aceitáveis<sup>5)</sup> para os restantes 680000, que são a imensa maioria, espalhados pelos diversos distritos da província, a montagem de 1355 barracas pré-fabricadas sem as mínimas condições de habitabilidade como adiante se verá<sup>6)</sup> isto é, 0,19% das necessidades existentes.

Por este processo procura-se virar um sector dos retornados contra o outro, para além de procurar virar a grande maioria do nosso povo contra os retornados, no que o PCP como bom batedor dos interesses do Capital se mostra especialista, através das organizações e sectores do aparelho de estado que ainda controla<sup>7)</sup>

A esta tática de divisão saberão por certo os retornados pobres opôr a sua cada vez mais firme unidade na luta, como o demonstra o desenvolvimento recente da sua organização, hoje já centralizada a nível nacional com a formação da I.O.R. (Inter Organização de Refugiados), que segundo os seus promotores é resultante da fusão de 27 comissões de todo o país<sup>8)</sup> mostrando que também os retornados pobres se preparam para em conjunto com os resto do povo, travar novos e decididos combates com vista a resolverem os seus problemas.

Passaremos de seguida a analisar cada um dos programas atrás referidos, começando pelo lado "bom", isto é, o programa de alojamento dos retornados dos hotéis.

### 2. 5000 FOGOS PARA LISBOA E SETÚBAL:

#### DESALOJAR OS RETORNADOS DOS HOTÉIS A QUALQUER PREÇO

Confrontado perante a necessidade de relançar o turismo como forma de obter divisas que lhe permitissem adiar por mais algum tempo a bancarrota económica,

resolveu o VI Governo no início deste ano nomear uma comissão para estudar o alojamento dos retornados dos hotéis de 3 a 5 estrelas, a C.A.R. (Comissão para o Alojamento de Refugiados), e propor "soluções". Esta Comissão, dependente do MHUC e do MAS, viu aprovada uma proposta sua pelo Conselho de Ministros em 19 de Março, que propunha "o aproveitamento dos recursos imediatamente disponíveis, tais como a aquisição de fogos no mercado de habitação, a utilização temporária de edifícios existentes (tais como instalações militares, conventos, seminários e casas de recolhimento), instalações hoteleiras decadentes, colónias de férias estatais e privadas, internatos de colégios (em Agosto e Setembro - etc.), a aquisição de "roulotes" (tipo caravana) e até a ocupação de navios imobilizados.

Simultaneamente, prevêem-se soluções menos provisórias, através da construção de habitações: até Junho cerca de 2000 fogos, e até Outubro mais de 2 mil a 3 mil habitações... "Admite-se que a construção de 5000 fogos até Outubro seja incompatível com os métodos tradicionais de construção, pelo que se prevê o recurso à préfabricação pesada e definitiva e com menor probabilidade, à préfabricação ligeira fixa e desmontável, sem sacrifício das qualidades regulares de habitabilidade" (10).

"O custo dessas acções é estimado em um milhão de contos para a primeira fase (até Junho) e entre um milhão e meio de contos para a segunda fase (até Outubro)"; isto é cerca de 500 contos por fogo em média, quando por exemplo se previa um custo máximo correspondente a metade para o SAAL.

Com base neste programa foram estabelecidas 23 operações localizadas nos distritos de Lisboa e Setúbal "por não se dispôr ainda de elementos concretos acerca das capacidades profissionais dos refugiados alojados nos hotéis", e que numa 1ª fase totalizavam 2170 fogos. Mas mau grado este programa demonstrar, segundo o comunicado do CM que vimos a citar, "a decisão com que o VI Governo encara os problemas dos retornados, a começar pelo da sua instalação", e o tom decidido posto nas declarações então efectuadas pelos diversos Ministros sobre a rapidez com que lá se executado o citado programa, o que é certo é que desta 1ª fase que devia ter estado concluída em Junho, no início do mês de Setembro, das 23 operações programadas apenas 5 estão em obra, das quais apenas 2 em fase de acabamentos num total de 200 fogos (Qta. da Vinha - Amora e Brejos de Azeitão), uma a dar início à montagem das habitações (Aguálva - Cacém), outra em terraplanagens (Pendão - Queluz) e a terceira a concluir a montagem das infraestruturas (B. Encarnação). Em relação às restantes, apenas pudemos saber "que existem grandes dificuldades" quer em relação aos terrenos quer em relação ao cumprimento dos prazos para entregas por parte das empresas a que estão adjudicadas as obras.

A primeira destas questões é aliás o pretexto clássico para justificar o sistemático não cumprimento dos diversos programas que a burguesia através dos seus governos se tem proposto realizar. A

pala das próprias leis que se encarrega de forjar para proteger os seus interesses e do aparelho de estado que criou para manter e intensificar a exploração sobre o povo, a burguesia, ao mesmo tempo que se esforça por manter a todo o custo esses dois preciosos sustentáculos do seu domínio de classe, pois quanto a isso todas as suas facções estão de acordo, exclama hipocritamente aos quatro ventos: "não há terrenos", "com estas leis não se consegue expropriar", "existem boicotes a todos os níveis", etc. Tudo isto ao mesmo tempo que evita utilizar terrenos já na posse do seu Estado, tendo em vista chorudos negócios especulativos a realizar quando surgir para tal oportunidade, tanto mais que os considera mal empregues para aquilo a que chama "habitação social". E mesmo quando forçada a fazê-lo, alimenta sempre a esperança de vir a utilizar tais habitações para fins diferentes e mais lucrativos que aqueles para que foram concebidas. Não é concerteza por acaso, que a distribuição destas casas pelos retornados será feita não através da CAR, mas através do IARN, entidade mais que conhecida pelas inúmeras fraudes que à sua sombra têm sido cometidas. (11) Será pois lícito perguntar: quem nos garante que essas casas, a serem construídas serão realmente para os retornados? E para que retornados? Apenas os próprios retornados, através das suas organizações democraticamente eleitas e da sua exclusiva confiança, podem dar uma resposta satisfatória a esta questão, impondo ao governo da burguesia o controlo da distribuição das casas, assegurando-se assim da aplicação de um critério justo em todo o processo.

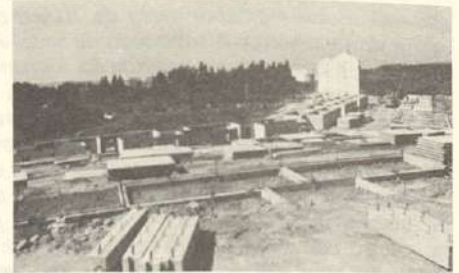
Quanto à segunda questão, a capacidade das empresas de préfabricação para darem resposta às solicitações da CAR, não é segredo para ninguém o atraso em que se encontra a nossa indústria de préfabricação quer leve quer pesada, à parte uma ou outra empresa, pelo que o lançamento em grande escala de uma série de operações em préfabricação com prazos extremamente apertados só se pode explicar ou por ingenuidade dos responsáveis (o que não acreditamos), ou porque estes pretendiam encher o olho aos menos avisados, com processos à primeira vista muito rápidos e modernos, mas que não correspondendo ao grau de desenvolvimento das forças produtivas no nosso país, acabam por se tornar muito mais lentos e dispendiosos que os processos de construção tradicional. Para além de que exigem muito menos mão-de-obra do que esta, em nada contribuindo para diminuir o desemprego no sector que é de longe o mais afectado na nossa indústria.



1



2



3



4



5

- 1 - Quinta da Vinha - Amora: em fase de acabamentos
- 2 - Brejos de Azeitão: em fase de acabamentos
- 3 - Aguálva-Cacém: em fase de montagem
- 4 - Pendão-Queluz: em terraplanagens
- 5 - Bairro da Encarnação: no início da fase de montagem

## "BOICOTES A TODOS OS NÍVEIS" OU ESPECULAÇÃO FUNDIÁRIA ESTATIZADA?

Das operações até agora programadas, a sua maioria está prevista para a margem Sul do Tejo, distrito de Setúbal, apenas nos tendo sido possível localizar 5 no distrito de Lisboa, das quais apenas uma nos limites do concelho. Havendo terrenos disponíveis em toda a periferia de Lisboa, não terá sido decerto por acaso nem por questões puramente técnicas que foi aquela a zona escolhida, como também não é por mero acaso que das muitas operações previstas para essa zona, apenas duas estão em andamento, precisamente aquelas que estão situadas em terrenos de uma empresa imobiliária com intervenção estatal (A.X. Lima). Por outro lado há conhecimento de pelo menos uma que se encontra suspensa, no concelho do Seixal (Qta. do Castelo -

Corroios), em virtude de no terreno em questão habitarem diversas famílias que teriam que ser desalojadas (?), questão agitada amplamente quer pelo proprietário em plena construção de infra-estruturas para um loteamento clandestino, e que obviamente não tinha qualquer interesse em ser expropriado, quer pelos social-fascistas da Comissão "Democrática" Administrativa da Câmara do Seixal que não querem por certo ver desperdiçados tais terrenos com "reaccionários" e "fascistas" das ex-colónias, conforme se deduz de um seu comunicado de 16/6, em que no entanto procuram sacudir a água do capote para cima do urbanista do concelho e do CAR. Outro caso que não deixa de ser curioso citar, é o de uma das operações já prestes a estar concluída (em Brejos de Azeitão) cuja implantação, feita em terrenos da empresa X. Lima, ocupa apenas uma pequena parte desses terrenos de forma maciça e na sua parte mais desfavorável, isto é no fundo, a cerca de 1 Km da estrada, deixando desocupada uma enorme área, certamente à espera de ocupação mais rentável.

Através destes exemplos não é difícil perceber a manobra: escolher terrenos que ou por estarem afectos a outra futura utilização ou por obrigarem a desalojar pessoas que já aí habitavam, vão prejudicar a população residente, o que sendo um bom pretexto para virar esta contra os retornados, permitirá às entidades responsáveis virem a terreiro dizer que eles bem queriam fazer as casas para os retornados, o povo é que não deixa. Tanto mais que esses terrenos foram escolhidos precisamente no distrito onde a ideologia revisionista ainda exerce uma influência considerável, terreno fértil para "teorias" como as de que os retornados são "fascistas" e "reaccionários", conforme nós mesmos pudemos constatar, em conversa com um grupo de operários junto de uma das operações em curso (Qta. da Vinha — Amora).

Há inclusivé uma operação já em curso, no Bairro da Encarnação, onde o terreno escolhido se encontrava reservado para equipamento comercial do bairro, sendo entretanto utilizado para cultivo hortícola por parte de alguns elementos do povo. Fontes afectas ao CAR justificam a escolha



Integração visual: "vincar bem, também a este nível, as diferenças" e a divisão social que se pretende impôr (Quinta da Vinha e Encarnação)



6



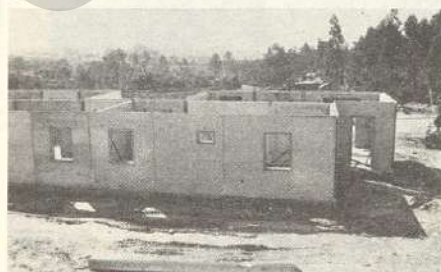
7



8



9



10



11

6 — Brejos de Azeitão: o bairro ocupa apenas uma pequena parte do terreno disponível

7, 8, 9 — aspectos parciais do mesmo bairro

10 — Agualva-Cacém: um conjunto de 4 fogos em montagem

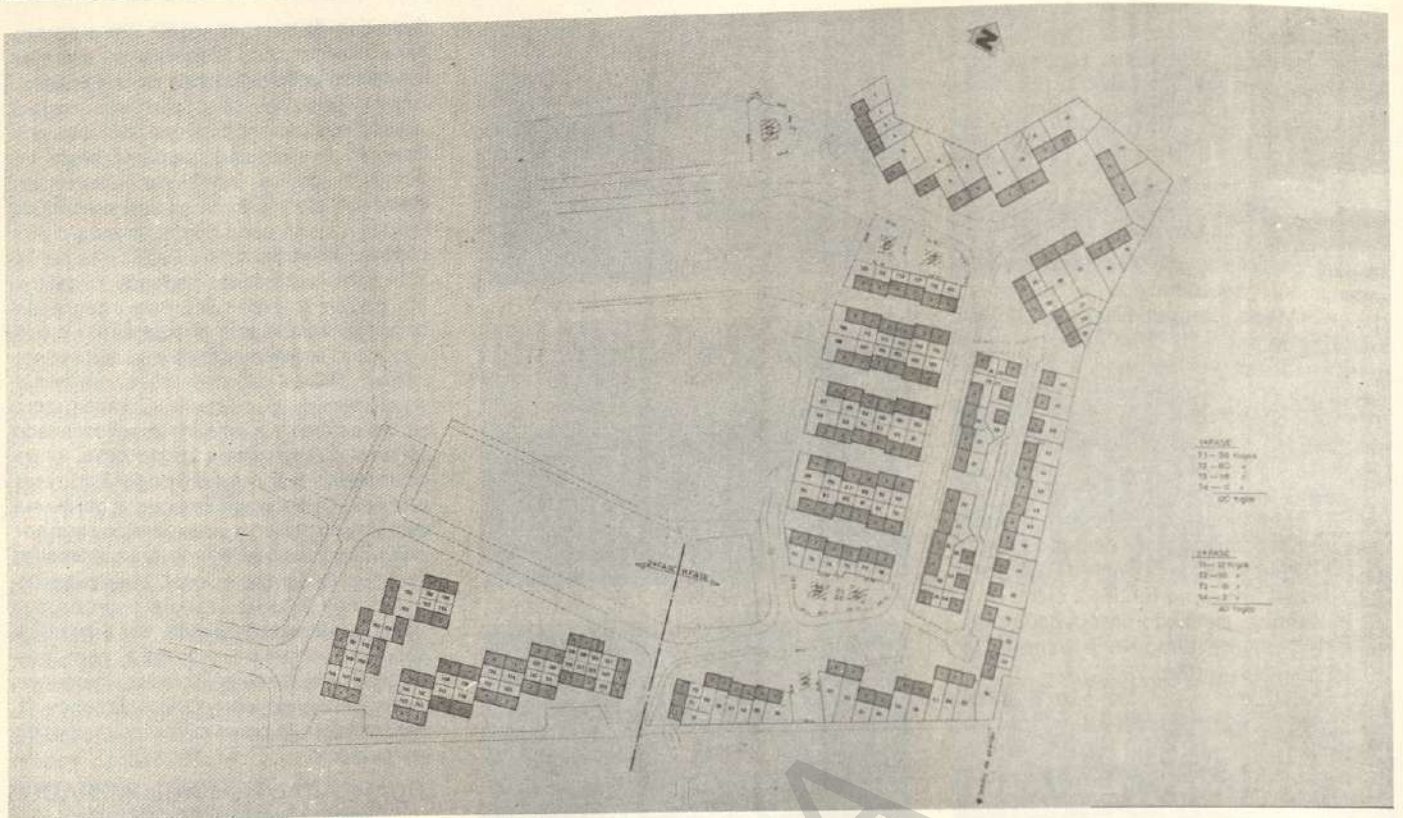
11 — Quinta da Vinha: um fogo no "tosco"

deste tipo de terrenos, como um processo para obrigar as Câmaras a arranjar habitação definitiva para os retornados, uma vez que tais terrenos sejam necessários para os fins que lhes estavam reservados. Independentemente desta intenção e do seu conteúdo, aliás muito discutível, o que é facto é que a escolha de tais terrenos só pode contribuir para dividir o povo, virando a população residente contra os retornados, podendo constituir um poderoso entrave à sua integração social, uma vez que a população do bairro em vez do equipamento de que certamente precisa, passa a ter mais umas centenas a servirem-se do já existente. Também aqui só um esforço da unidade e solidariedade entre as diversas camadas do povo, entre as quais os retornados, poderá superar este tipo de contradições que a burguesia semeia entre o povo para o melhor espezinhar, quer utilizando o equipamento existente de forma racional, quer exigindo à burguesia terrenos para a sua ampliação. Aliás quanto a esta questão, das operações que se encontram em obra, nem nas situadas em terrenos isolados, nem nas que se integram em núcleos urbanos já existentes, está previsto qualquer tipo de equipamento.

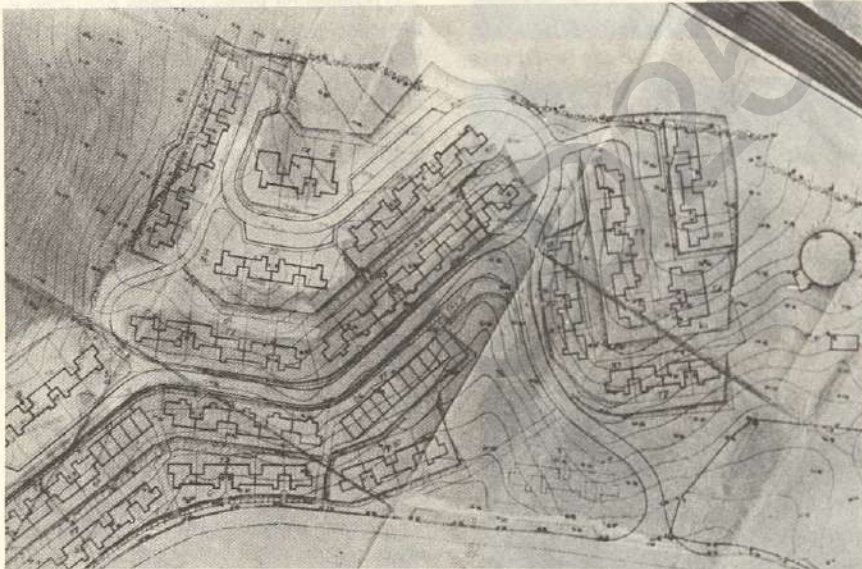
#### LOCALIZAÇÃO DOS AGLOMERADOS QUE CRITÉRIO SEGUIR?

O número de fogos de cada operação é bastante variável, não ultrapassando contudo os 150, número suficientemente pequeno para não permitir uma certa autonomia no que diz respeito à vida própria de um tal aglomerado, e suficientemente grande para agravar sensivelmente as já grandes carências existentes em matéria de equipamento na generalidade das localidades do nosso país, em particular no distrito de Setúbal, pelo crescimento desenfreado e anárquico dos seus núcleos urbanos, sujeito exclusivamente à ganância dos diversos especuladores que aí fizeram fortuna.

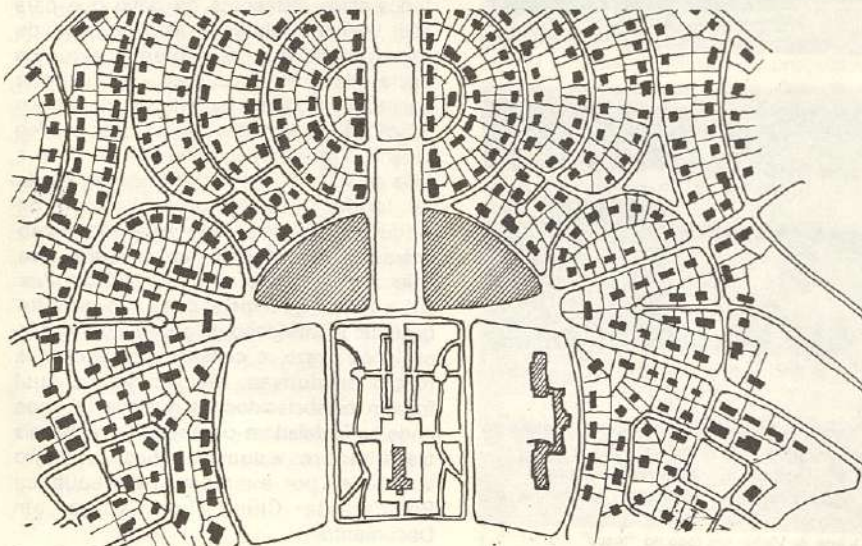
Resta acrescentar que, tal como em relação aos aglomerados de "casas" pré-fabricadas nos distritos nortenhos, analisados mais à frente, a localização dos diversos aglomerados não presidiu qualquer critério relacionado com as forças produtivas existentes e o seu futuro desenvolvimento(?), sob a perspectiva da criação de novos postos de trabalho para todos estes elementos do povo que para aqui venham habitar — isto partindo do princípio de que pelo menos algumas operações serão concluídas — critério que quanto a nós deve ser determinante em relação à localização de qualquer núcleo urbano. É evidente que tal não se deve à falta de visão dos técnicos encarregues de tal tarefa, mas ao próprio modo de produção capitalista, cujo desenvolvimento anárquico dependendo em exclusivo dos objectivos de lucro dos monopólios quer estatizados quer privados, não permite qualquer planificação da produção a médio ou longo prazo, e consequentemente das forças produtivas, em função da qual fossem estabelecidos os núcleos urbanos onde se instalariam os operários e demais trabalhadores e suas famílias, tal como acontece, por exemplo, na República Popular da China (ver artigo em Documentos).



12  
13



14

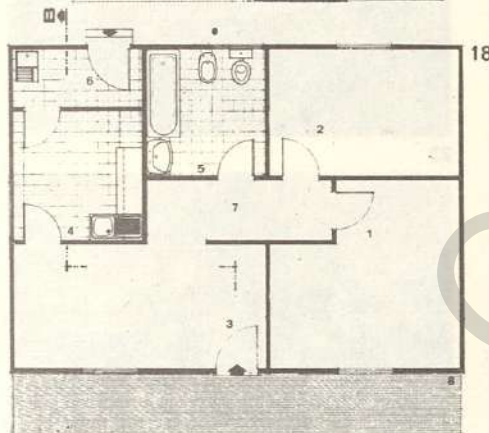
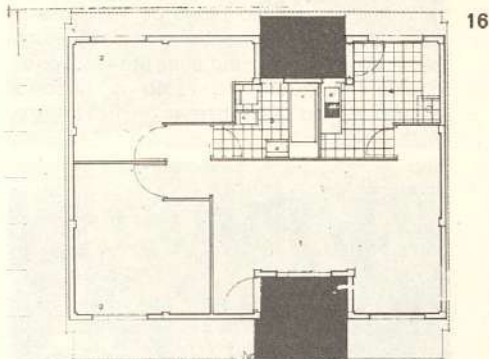
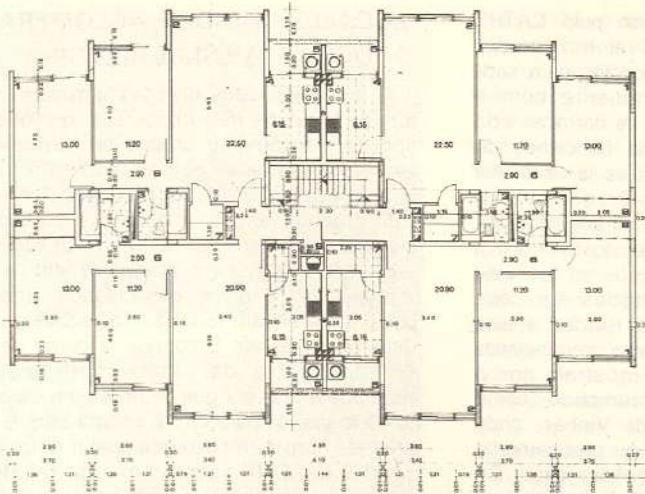


14

14

- 12 13 - Brejos de Azeitão e Agualva-Cacém:  
 14 - Planta do Bairro da Encarnação, com a zona de localização do novo bairro a tracejado  
 15 - Planta tipo com 4 fogos T2, dos blocos de 4 pisos da Turcopol, em painéis pré-fabricados de betão. Área útil: p/fogo 63 m<sup>2</sup>  
 16 - um fogo T2 das moradias em banda de um piso da Novobra (Brejos de Azeitão)  
 17 - um fogo T2 da Icesa, painéis de betão  
 18 - um fogo T2 da J.M. (Encarnação), painéis de madeira. Área útil p/fogo: 60 m<sup>2</sup>  
 19 - um fogo T2 da Casvel em painéis sandwich. Área útil: 54 m<sup>2</sup>

15



## CASAS PARA "TODAS" AS BOLSAS

Quanto às habitações propriamente ditas, são de qualidade e quantidade muito variáveis, desde modelos de pré-fabricação pesada em painéis resistentes de betão possibilitando em certos casos a construção em altura de boa qualidade, (Turcopol) até aos modelos de pré-fabricação ligeira em madeira ou em painéis sandwich de qualidade pouco superior aos noruegueses que a seguir analisamos. Esta variedade tão grande na qualidade das habitações, as quais são em princípio para famílias na mesma situação de miséria por terem perdido todos os seus haveres, pelo menos na sua maioria, já nos dá uma ideia da divisão que também aí a burguesia pretende semear, destinando as de melhor qualidade àqueles que poderão pagar rendas mais altas, e as outras aos restantes.

Em relação às áreas de que dispõem, se bem que com variantes, todas respeitam o RGEU, como os elementos do CAR com quem falámos fizeram questão de salientar, situando-se mesmo alguns modelos bas-

tante acima. Quanto à distribuição do espaço interior, existem também grandes diferenças nos modelos que nos foi dado obter, havendo normalmente entrada directa para a sala à excepção de um ou outro caso, servindo esta como hall de distribuição nuns casos (Casvel p. ex.), ou estando ligada a um corredor para qual se abrem os diversos compartimentos, noutros casos. Sob o ponto de vista da durabilidade das habitações também isso varia, muito, havendo certos modelos cuja durabilidade se pode considerar a mesma da construção convencional, e outros com carácter muito mais precário, no entanto sempre superior às norueguesas que a seguir analisamos. Um aspecto há ainda a salientar: a difícil integração mesmo a nível visual entre estas casas, na sua quase totalidade vivendas em banda ou isoladas, e as construções já existentes nas imediações, nos caso vistos blocos em altura, e o pouco cuidado posto na sua correcta resolução, como que a querer vincar bem, também a este nível, as diferenças e a divisão social que se pretende impôr.

### 3. A EUROPA CONNOSCO OU AS "OFERTAS DESINTERESSADAS" DA SOCIALDEMOCRACIA EUROPEIA

Desde o início deste ano que diversos países, em especial da Europa nos têm brindado com os seus "inúmeros apoios internacionais" para a resolução da questão dos retornados, quer com a oferta de roupas e produtos alimentares (Inglaterra, Dinamarca, Suécia, Canadá, Alemanha, etc., e até a URSS), casas pré-fabricadas (Noruega e Holanda) e mesmo donativos monetários de certa importância (principalmente Estados Unidos<sup>(12)</sup>).

Assiste-se assim a uma tentativa principalmente por parte do imperialismo ianque e europeu, para arremeter para o seu lado esse enorme contingente do exército de mão-de-obra de reserva que são os retornados pobres, se bem que o social-imperialismo não lhes queira ficar atrás, tendo ultimamente também mandado umas "ajudas", já que a sua tática mudou, e os retornados pobres, de "fascistas" e "agentes da CIA" foram promovidos a possíveis úteis escravos às ordens do novo soba Agostinho Neto, na sua neo-colónia de Angola.

Estas tentativas estão aliás em perfeita consonância com as forças políticas que no nosso país de uma maneira ou de outra defendem os interesses dos diversos imperialismos, as quais se têm contradições entre si quanto à política a seguir nesta e noutras questões — apostando o CDS na tentativa de transformar uma parte dos retornados em tropa de choque fura-greves contra o movimento operário e popular através das diversas organizações fantoches que controla, (no que não tem tido grande sucesso) prosseguindo o P.S. a sua política de defesa da "Independência Nacional" através da diversificação das dependências face aos diversos imperialismos em especial o europeu, e de que estas ofertas são um dos resultados; procurando o PCP ganhar algum crédito entre os retornados, para em colaboração com a DISA (nova pide angolana) criar condições ao regresso de pelo menos uma boa parte deles a Angola — todos porém estão de acordo quanto a impedirem a todo o custo que os retornados pobres se unam ao resto do povo, como forma de avançarem realmente para a resolução dos seus inúmeros problemas.

#### OS RETORNADOS DEVEM CONTROLAR A APLICAÇÃO DOS SEUS DINHEIROS

É evidente que tais ofertas nada podem resolver, antes contribuindo para agravar ainda mais a situação de crise profunda em que se encontra o sistema capitalista no nosso país, uma vez que tais ofertas têm seguramente uma contrapartida (como já se pode ver no caso da Noruega), levando forçosamente ao nosso endividamento crescente face a esses países e à consequente maior dependência económica e política da nossa pátria face aos seus credores. Elas podem quando muito minorar um pouco se bem que temporaria-

mente, a situação de miséria intolerável em que a maioria dos retornados se encontra, **sobretudo se forem eles próprios a controlar a sua aplicação através de órgãos por si livremente eleitos e revogáveis a todo o momento como eles próprios de resto têm insistentemente reivindicado.** Senão, como evitar que tais donativos sejam desviados dos seus fins, como por exemplo nos foi referido em Bragança a propósito de um carregamento de géneros alimentícios que ao fim de 4 semanas ainda não tinham sido distribuídos, ou ainda de um donativo em dinheiro vindo da Áustria que também ainda não tinha sido atribuído, e tantos outros casos semelhantes?

Ora é precisamente neste quadro que se deve inserir a "oferta" de "casas" pré-fabricadas pela Noruega (e em menor número pela Holanda), cuja política de "ajuda desinteressada" ao nosso país tem vindo a adquirir um certo lugar de destaque nos últimos tempos, quer pela sua importância quantitativa(13) quer pelo relevo inusitado que a imprensa lhe deu, numa tentativa clara para propagar junto do povo, e em particular junto dos próprios retornados, a ideia peregrina de que agora com a "institucionalização da democracia" já não precisam de se preocupar mais com a sua situação, pois tudo se vai resolver com a ajuda dos países "amigos", porque "a Europa está Connosco".

Não é por acaso aliás, que toda esta intensa colaboração luso-norueguesa começou precisamente com a oferta de tais casinhas... as quais passaremos de seguida a analisar.

### OS "BAIRROS DE LATA" PRÉ-FABRICADOS

Com efeito, a referida "oferta" resumiu-se a 1355 barracas pré-fabricadas, das quais 600 foram enviadas pelo governo norueguês tendo sido distribuídas 300 pelo distrito de Vila Real, com 80000 retornados (0,15% das necessidades), e 300 pelo distrito de Viseu, 500 foram enviadas pela Confederação das Igrejas Evangélicas da Noruega e distribuídas pelo distrito de Bragança, com cerca de 50000 retornados (0,4% das necessidades), e as restantes 225 enviadas pelo governo holandês e atribuídas ao distrito da Guarda, com cerca de 35000 retornados (0,7% das necessidades). Tendo chegado ao nosso país sensivelmente durante o mês de Junho, as que foram atribuídas aos distritos de Bragança e Vila Real já se encontram montadas na sua quase totalidade, trabalho não remunerado efectuado pelos próprios retornados a quem foram atribuídas as barracas(14) sob orientação de técnicos noruegueses que para o efeito se deslocaram ao nosso país. Quanto às atribuídas ao distrito da Guarda ainda nenhuma se encontra montada por razão que desconhecemos, havendo no entanto 10 habitações pré-fabricadas em dois pisos completamente prontas mas vazias, iniciativa do governo civil da Guarda, ao que consta. Não nos foi possível conhecer a situação relativa a Viseu.

O critério de atribuição das barracas variou de distrito para distrito(15) assim, enquanto em Vila Real todo o processo

parece ter sido controlado pelo CATRU (organização que se reivindica dos retornados de Trás-os-Montes, com sede em Vila Real) conjuntamente com a Câmara Municipal, tendo as barracas sido distribuídas pelos diversos concelhos do distrito, e sorteadas entre as famílias que delas necessitavam, em Bragança foi o IARN e os elementos da Confederação das Igrejas da Noruega que executaram a tarefa, atribuindo-as aos que se provasse serem os mais necessitados em cada concelho do distrito. Em relação a este distrito foram, no entanto, denunciadas algumas situações que mostram que o critério nem sempre foi cumprido, como por exemplo na aldeia de Vinhas, onde foram atribuídas duas casas precisamente a duas famílias que já tinham casa. De resto parece que a partir de certa altura as barracas eram fornecidas a quem as reclamasse junto dos padres noruegueses, que se queriam era ver livres depressa da mercadoria, pois iriam partir de seguida para um país africano fazer o mesmo.

### LOCALIZAÇÃO DOS AGLOMERADOS: A MESMA HISTÓRIA

A localização dos diversos agrupamentos de barracas não obedece a qualquer tipo de planeamento urbano ou territorial assente em critérios de equilíbrio entre os locais de trabalho, a habitação e o equipamento, entre a cidade e o campo, mas tão só da existência de terrenos vagos e de fácil utilização, o que geralmente só acontece na periferia das cidades, onde por sinal se situam todas as operações que visitámos: três em Bragança, a cerca de 2 Km do centro da cidade num local chamado a Mãe d'Água — uma com cerca de 40 fogos, outra com 12 e outra com 6 — situadas num terreno descampado entre o quartel da GNR local, um quartel do exército e o hospital, e uma em Vila Real num lugar chamado Fraga da Amotolia a cerca de 4 Km do centro da cidade, com cerca de 40 fogos, também próximo dum quartel, a quem de resto o terreno pertence, e duas fábricas. No primeiro



20



21



22



23



24



25

20 — unidade de 5 fogos (3T1 e 2T2) modelo "Governo Norueguês" (V. Real) (ver planta correspondente, fig. 36)

21 — um fogo T1 modelo "C. Igrejas da Noruega" (Bragança)

22 — Guarda: nenhuma barraca montada - 10 fogos de pré-fabricação nacional prontos mas vazios, uma iniciativa do Governo Civil

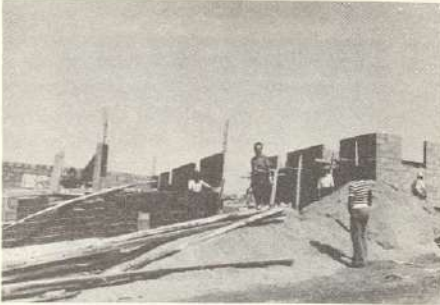
23 e 24 — Bragança (Mãe d'Água): vista de conjunto de duas operações

25 — V. Real: vista de conjunto da operação da Fraga da Amotolia





26



27



28



29



30

caso, aliás, o terreno foi expropriado ou está em vias de o ser, estando em parte a ser aproveitado por outros retornados a quem não foram atribuídas barracas, para aí construirem um tecto sob que se abrigarem com material emprestado por familiares ou amigos, procurando muito justamente resolver o problema pelos seus meios, já que a burguesia nada providenciou em relação a eles. Em ambos os casos não existe qualquer equipamento nas redondezas (à excepção de um "lugar" na operação de Vila Real) pelo que os elementos do povo que aí irão habitar terão de percorrer grandes distâncias para se poderem abastecer de géneros alimentícios, se para tal chegarem os magros subsídios que recebem, passando-se o mesmo em relação às crianças que irão frequentar a escola. Em Bragança existe ainda uma antiga cavaleriça onde se encontram alojadas actualmente sete famílias (já chegaram a estar treze) vivendo na pior das misérias, como as fotografias eloquentemente documentam. Esta é a outra face dos inúmeros programas de "resolução" da crise da habitação que a burguesia através dos seus ministros não se cansa de vomitar, e que, como não são para se cumprir, visam precisamente escamotear a realidade das condições de vida em que a maioria do nosso povo é obrigada a viver. Mesmo assim, segundo nos disseram alguns dos elementos do povo que fazem dessas cavaleriças o seu lar, existem mais de 20 famílias á espera que vague ali algum lugar pois ainda estão em situação pior.

Os aglomerados de barracas não ultrapassam as 40, número que apenas se vê nos concelhos que são sedes de distrito, portanto junto das cidades mais importantes como é o caso das operações que visitámos. Quanto aos outros casos o

número é bastante variável, sendo mais comuns os pequenos aglomerados de 2 ou 3 habitações, e chegando a ver-se mesmo um número considerável de barracas isoladas. Procura-se assim criar a dispersão evitando os grandes aglomerados, sempre na tentativa de dividir os retornados, impedindo que estes desenvolvam a sua consciência colectiva e se organizem para a luta.

Claro que nada está previsto em relação à criação de novos postos de trabalho para as centenas de elementos do povo que vão aqui habitar, a exemplo do que se passa em relação às "urbanizações" analisadas no capítulo anterior, ficando estes assim entregues à sua sorte, na melhor das hipóteses um trabalho eventual na construção civil ou no campo quando há falta de mão-de-obra, pagos com salários de fome, sem quaisquer regalias, e muitas vezes a várias dezenas de quilómetros de distância feitos todos os dias a pé. É o caso da J.A.E. em Bragança, onde estavam a trabalhar alguns retornados de uma das operações visitadas, numa estrada a cerca de 20 Km, pagos a 143\$00 o dia.

### AS BARRACAS QUE OS "NOSSOS AMIGOS" DÃO...

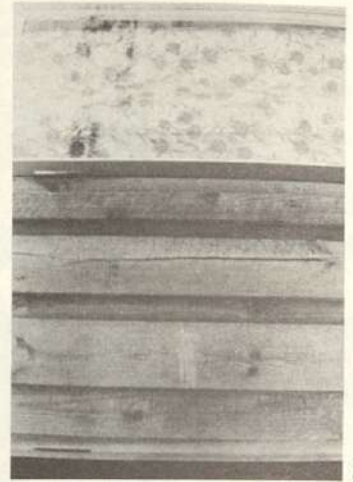
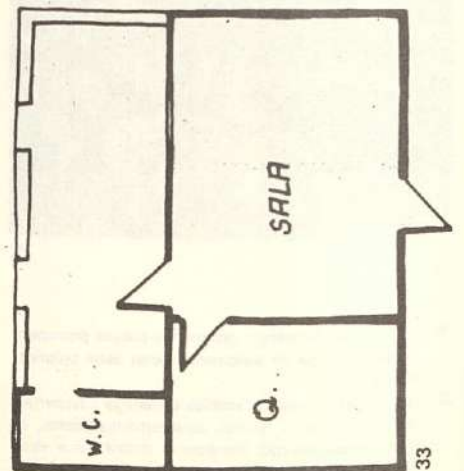
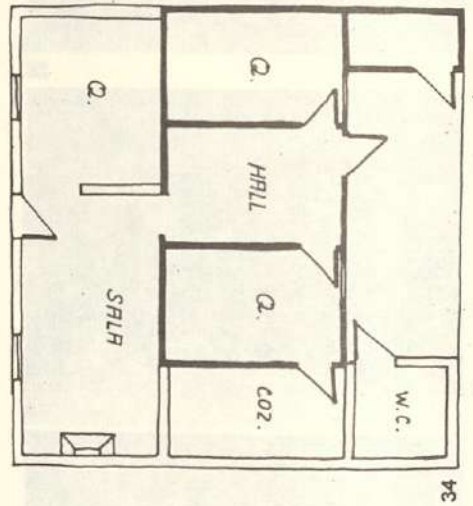
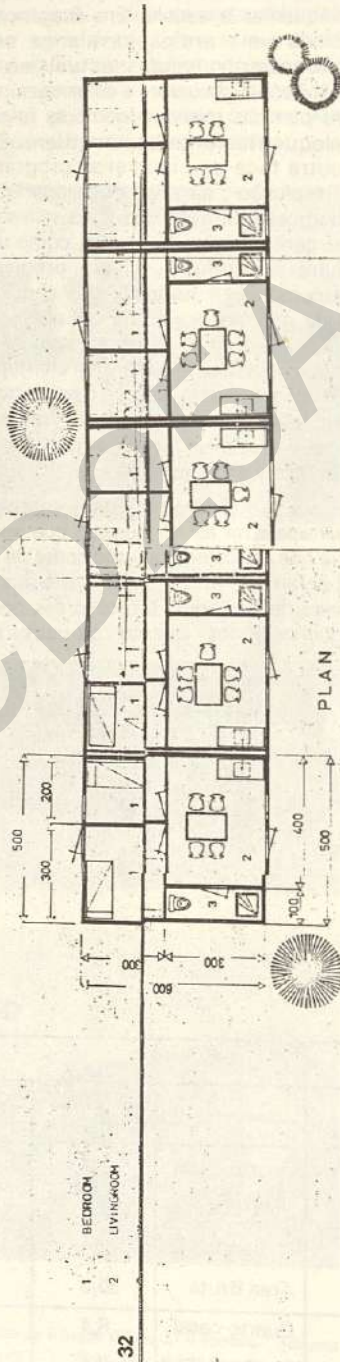
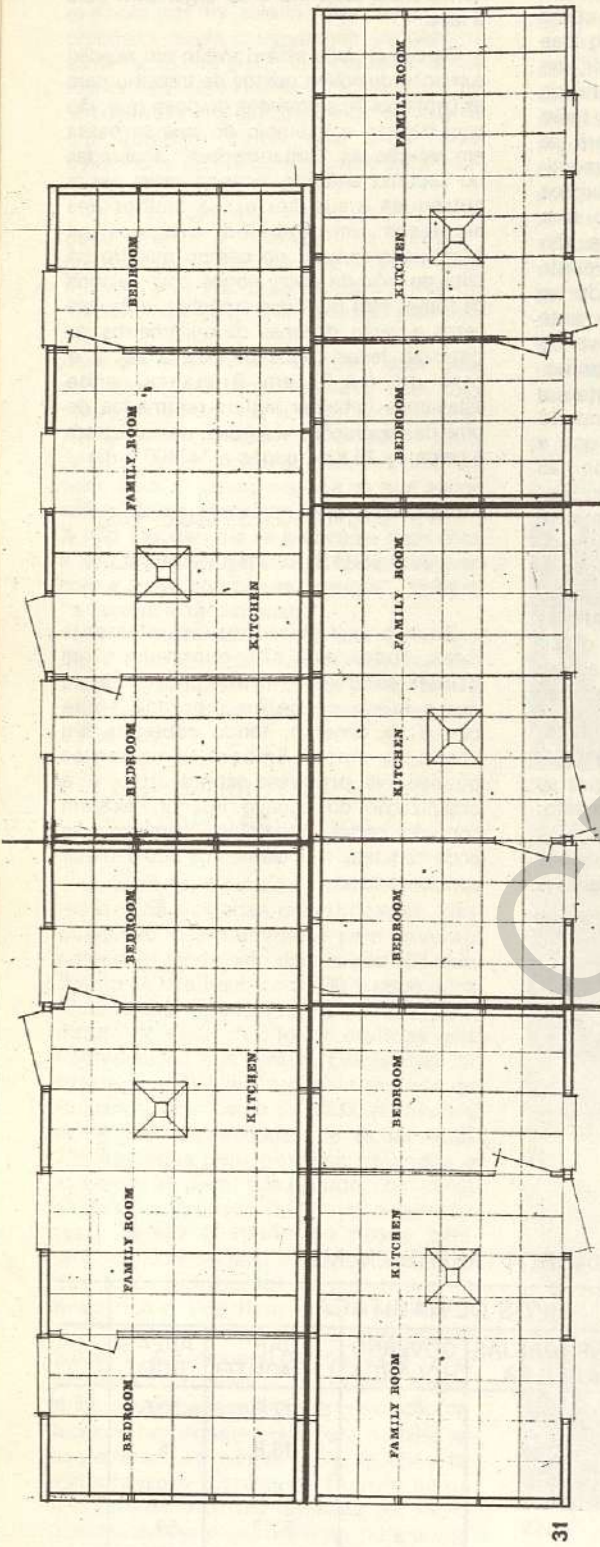
Quanto às habitações propriamente ditas, todas elas são construídas em painéis sandwich de madeira assentes numa lajeta de betão montada sobre blocos de cimento, tendo cobertura em chapa de zinco. Embora semelhantes quanto ao processo construtivo e à organização do espaço interior, existem contudo certas diferenças, conforme se pode constatar nos elementos que a seguir apresentamos:

QUADRO I (ÁREAS EM M2)

	DIVISÕES	TIPOS DE HABITAÇÃO				ÁREAS RGEU
		GOVERNO NORUEGA	CONF. IGREJÁS NORUEGA	GOVERNO HOLANDA	CAR (J. MONTE)	
T1	Quarto casal	8,4	6	—	12,8	10,5
	Sala/Cozinha	17,4	12	—	18,8	16
	C. Banho	1,4	2	—	6	3,5
	Área Bruta	30,8	20	—	51,7	52
T2	Quarto casal	8,4	—	9	11,8	10,5
	Quarto duplo	8,4	—	6	9	9
	Sala/Cozinha	17,4	—	12	19	18
	C. Banho	1,4	—	3	6	3,5
	Área bruta	40,4	—	30	60,2	72

26 e 27 — Em Bragança: retornados pobres procuram resolver a falta de alojamento pelos seus próprios meios  
 28, 29 e 30 — vista da entrada da antiga cavaleriça, actual "lar" de 7 famílias de retornados pobres, e dois aspectos do interior: a outra face dos programas de "resolução" da crise da habitação.

- 31 — Planta de uma unidade de 5 fogos (3T1 e 2T2) modelo "Governo Noruegues"
- 32 — Planta de uma unidade de 5 fogos T2 modelo "Governo Holandes"
- 33 e 34 — Plantas esquemáticas de dois fogos modelo "C. Igrejas da Noruega" aumentados, com as paredes originais a cheio e acrescentadas com dois traços.
- 35 — vista de um painel sandwich com uma enorme rachadura a toda a altura (Bragança)



Como se pode constatar, as áreas destas habitações são exíguas, tendo pouco mais de metade das áreas regulamentares para o tipo respectivo, tanto mais que vão estar sobreocupadas, pois por exemplo em relação às das Igrejas da Noruega nem sequer existem T2, e apenas a famílias com mais de 5 elementos é fornecida outra, assim como nas outras só acima de 5 pessoas é fornecido o T2. Não existe espaço reservado para cozinha (razão porque no quadro das áreas somámos a da sala comum com a da cozinha), devendo os alimentos ser confeccionados na sala comum, quanto a nós comum a coisas demais, pois aí também terão de dormir o casal ou os filhos. As instalações sanitárias são fora da casa, à excepção das holandesas, resumindo-se a uma sanita, um lavatório e um chuveiro, mas que não tendo sido fornecidos de origem têm de ser adquiridos pelos próprios moradores, para além de em nenhum dos casos que vimos o terreno estar infraestruturado, resultando que os moradores se vêm obrigados a fazer as suas necessidades no exterior.

De notar a tendência que já se evidencia em Bragança para, mal dispõem de alguns meios, os moradores acrescentarem a sua habitação com paredes de tijolo, de modo a conferir-lhes uma área adequada às suas necessidades, conseguindo alguns, de um modo engenhoso, transformar um pardeiro numa habitação razoável.

Quanto à durabilidade destas barracas, dizem os técnicos noruegueses que acompanharam a montagem das enviadas pelas Igrejas da Noruega, que lá na terra deles duravam 150 anos (talvez com a ajuda do Espírito Santo!), afirmação que se não fosse as graves consequências que acarreta para os seus moradores nos fariam rir às gargalhadas, pois ao fim de 2 meses são já visíveis rachadelas na face exterior dos painéis, para além da fragilidade das ligações entre estes, fazendo prever desde já o que se passará daqui a pouco tempo. Claro que nada está previsto quanto ao alojamento definitivo das famílias que nestas barracas vão habitar, exceptuando Vila Real onde está prevista a inscrição numa cooperativa de habitação a formar, para uma vez terminado o período de duração das habitações, que é de 20 anos (sempre são mais modestos), já terem alojamento definitivo. Já para não falar no que até agora tem sido a actividade das cooperativas já formadas, que praticamente se resume a aprovar os respectivos estatutos, existem alguns bons exemplos de como na realidade a burguesia encara estas questões nomeadamente em Lisboa, na Quinta da Calçada, onde em 1938 foi inaugurado um bairro de barracas pré-fabricadas como "solução provisória para cerca de 10 anos" e hoje ao fim de quase 40 ainda lá continuam a viver 1200 pessoas, apesar de aí estar em curso à cerca de 2 anos uma operação SAAL. Num documento enviado pela Comissão de Moradores após o 25 de Abril ao Secretário de Estado de Habitação e Urbanismo, podia ler-se: "a estrutura de madeira está toda totalmente podre tornando-se um grave perigo; as chapas de lusalite que formam as paredes e os telhados estão partidas, cheias de buracos e quase todas a cair obrigando algumas

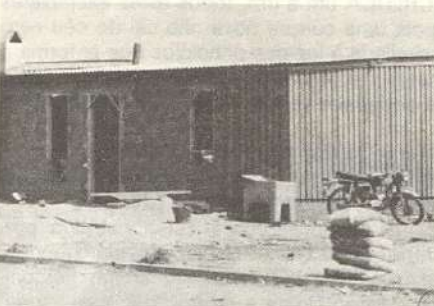
peças no Inverno, a colocar sobre as suas camas recipientes para apurar as águas da chuva; a humidade própria deste tipo de habitação leva pessoas de tenra idade a contraírem doenças nos ossos já-mais curáveis; as portas, as janelas e soalhos estão a cair, não oferecendo o mínimo de segurança, pois a estrutura de madeira podre não aguenta; as retretes são impróprias". E refere-se esta descrição a casas em parte construídas em lusalite, material mais resistente à chuva que a madeira, que mesmo que tratada tem uma resistência muito limitada, sobretudo quando sujeita a grandes variações de temperatura obrigando-a a grandes variações de volume, como é o caso de Trás-os-Montes. Não é por acaso que estas barracas pré-fabricadas são utilizadas para realojamento de vítimas de calamidades naturais, o que referido à trágica situação dos retornados pobres, se pode ser verdade quanto ao primeiro termo não o é de certeza quanto ao segundo...



36



37



38



39

- 36 e 37 — aspectos do interior de duas habitações já ocupadas por retornados (Bragança e V. Real): áreas exíguas, casas sobreocupadas, salas comuns a coisas demais.
- 38 e 39 — exterior e interior de uma barraca "aumentada", de modo a auferir a área mínima necessária (ver plantas correspondentes)

1 — Não é por acaso que as diversas entidades governamentais põem toda a espécie de dificuldades no fornecimento de dados concretos sobre este assunto, como por exemplo a C.A.R. (comissão para o alojamento de refugiados), onde depois de inúmeras tentativas lá conseguimos ser recebidos por um dos responsáveis, eng. Macara, que nos disse que de momento não estava interessado em responder às nossas perguntas sobretudo no tocante a terrenos e à distribuição de casas, pois quanto à primeira isso poderia agravar ainda mais as dificuldades(?) e quanto à segunda "se eles (retornados — N.R.) já lá andavam sempre metidos, o que não seria depois". Isto ao mesmo tempo que não se cansava de dizer que não tinha nada a esconder, e que oportunamente tudo seria revelado oficialmente... Ficamos à espera.

2 — ver "O problema da habitação", MHUC, Março de 1976

3 — Expresso, 16/7/76

4 — "Luta Popular", 4/5/76

5 — não obstante, segundo "O Retornado", assistentes sociais do IARN têm tentado obrigar retornados menos avisados a aceitarem uma quantia de 15 a 20 contos para reiniciarem a sua vida sem mais apoio do IARN ou perante recusa, "ameaça de internamento em quartéis ou alojamentos colectivos"...

6 — existe um acordo com a Noruega para o financiamento de 2000 casas, que não incluímos aqui por ainda não ter sido assinado e não estar portanto em vigor.

7 — vejase por exemplo o recente comunicado dum tal Conselho de Moradores de Queluz, publicado no "Diário" da manhã de 10/8/76 intitulado "2 mil habitantes de barracas novo bairro ignora" onde a pretexto da construção naquele concelho de 150 fogos para retornados se vem levantar o problema de lá existirem 3000 pessoas em más condições habitacionais, cuja justa aspiração a uma habitação decente os socialistas de tal CM procuram cavalgar para os virarem contra os retornados pobres, em vez de os unirem — eles que tanto falam em unidade — na sua luta comum pela habitação, já para não pôr a questão de saber porque é que quando estavam no poder nos tempos áureos do "companheiro" Vasco não mostraram a mesma solicitude em resolver os problemas do povo que mostram agora...

8 — comunicado da IOR, "Luta Popular" de 30/8/76

9 — entre estas figura a prisão de Tires, onde vivem cerca de 200 retornados pobres que para ali foram enviados pelo IARN, que para o efeito a baptizou de "Pensão" Tires.

10 — "O Século" de 20/3/76

11 — refira-se apenas a título de exemplo o caso de uma vasta rede descoberta recentemente por um semanário lisboeta ("O País" de 20/8/76) que se dedica à "distribuição de retornados por pensões e casas particulares de que são ou não proprietários, recebendo elevadas percentagens em dinheiro dos subsídios que o IARN atribui aos retornados" com inteira cobertura do IARN.

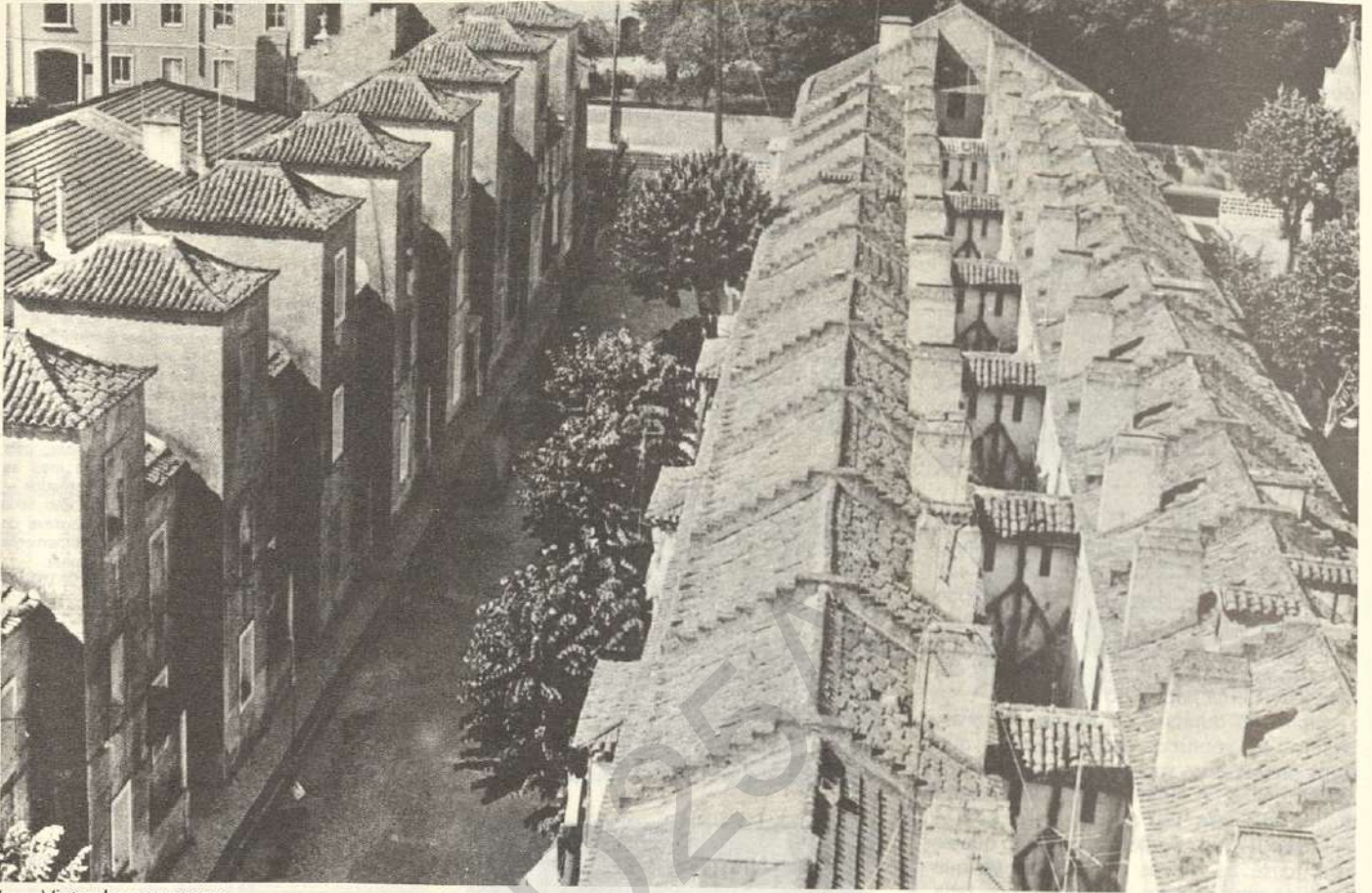
12 — "Luta Popular" de 4/5/76

13 — empréstimo de 1 milhão e cem contos, 440 mil para financiamento da construção de 2000 casas para refugiados, o resto para a construção de 2 escolas de medicina dentária, havendo já perspectivas de "ajuda" noutros sectores como a pesca, turismo, planeamento, florestas, etc. ("O País" 20/8/76).

14 — de referir, que conforme nos informou um retornado pobre de Vila Real encarregue de guardar o aglomerado que aí visitámos, parece ter sido enviada também uma verba para a montagem das barracas, que não lhes foi distribuída, tendo muito provavelmente "desaparecido" nos bolsos de algum misterioso funcionário do IARN...

15 — a este respeito as informações por nós recolhidas entre as diversas famílias com quem falamos nem sempre eram coincidentes, reflectindo certas contradições no seio do povo provenientes da própria miséria em que estes elementos são obrigados a viver, e das arbitrariedades cometidas pela burguesia na intenção de os dividir.

# BAIRRO GRANDELLA: UMA "COLÓNIA FLORESCENTE"



1 Vista de pormenor

Com este artigo pretendemos dar início ao estudo sistemático de conjuntos habitacionais construídos especialmente para operários a partir dos fins do séc. XIX, princípios do séc. XX.

Correspondendo sempre a uma tentativa por parte da classe dominante do enquadramento político, económico, social e mesmo ideológico e cultural da classe operária, com vista a criar condições para intensificar a sua exploração e opressão por mais bonitas cores com que os pintem, estes conjuntos possuem, no entanto, certas diferenças entre si, conforme o sector da classe dominante que os promoveu e consequentemente as ideias que presidiram à sua elaboração:

Pensamos que não se pode falar numa arquitectura que sirva de facto os mais legítimos interesses do povo, sem submeter ao FOGO DA CRÍTICA um a um, todos estes exemplares de casas para operários e outros trabalhadores, pois uma cultura nova não cai do céu nem nasce do nada, mas da cultura que a precedeu, assimilada à luz dos princípios que enformam a nova. Pelo nosso lado vamos arregaçar as mangas e lançarmo-nos ao trabalho com a esperança que o leitor nos acompanhe, de modo a podermos vencer todas as dificuldades de um trabalho desta envergadura.

*"É evidente que a solução burguesa da questão da habitação foi-se a pique ao chocar com a oposição entre a cidade e o campo. E chegamos ao nervo do problema. A questão da habitação não poderá resolver-se sem que a sociedade se transforme suficientemente para emprender a supressão da oposição entre a cidade e o campo, oposição que chegou ao extremo na sociedade capitalista de hoje."*

*F. Engels in "Contribuição para a questão da habitação"*

## 1. "SEMPRE POR BOM CAMINHO E SEGUE"

O bairro Grandella, inicialmente com 86 fogos dispostos ao longo de três ruas perpendiculares à estrada de Benfica (Sta.

Matilde, Dr. Gregório Fernandes e Av. dos empregados dos Armazéns Grandella — ver planta de localização), foi construído por iniciativa de Francisco de Almeida Grandella, republicano "de cepa", amigo pessoal de Afonso Costa a quem "ofereceu" uma casa junto deste bairro, tendo ainda baptizado com o seu nome a creche e a escola que dele fazem parte.

Situado no que era ao tempo a periferia do núcleo habitacional de Benfica, e envolvido por diversas fábricas hoje substituídas por enormes blocos de rendimento, o Bairro Grandella destinava-se a alojar os operários da "Sociedade Algodoeira de Fomento Colonial"(1), situada junto ao bairro (fig. 2 ), e os empregados dos "Armazéns Grandella", ao Chiado, ambos pertencentes ao mesmo

Francisco Grandella, que foi de resto o seu fundador.

O bairro estava organizado em ordem a estes dois tipos de moradores da seguinte maneira:

— um sector em banda contínua, de dois pisos, destinado aos operários da fábrica, constituído pelos conjuntos 2 e 3/4 (fig. 3 ), com 20 fogos T3 (área bruta: 44 m<sup>2</sup>) e 56 fogos T2 (área bruta: 37 m<sup>2</sup>) respectivamente, sendo o acesso ao piso superior feito por escada exterior no primeiro caso e por caixa de escadas interior no segundo.

— um sector de 10 vivendas de um piso (2), separadas por uma passagem de acesso ao respectivo logradouro, destinadas aos empregados dos armazéns, ladeando a avenida do mesmo nome, com 5 divisões assoalhadas de boa dimensão, e duas mais pequenas, cozinha e casa de banho (área bruta: 140 m<sup>2</sup> — cerca do triplo das habitações operárias).

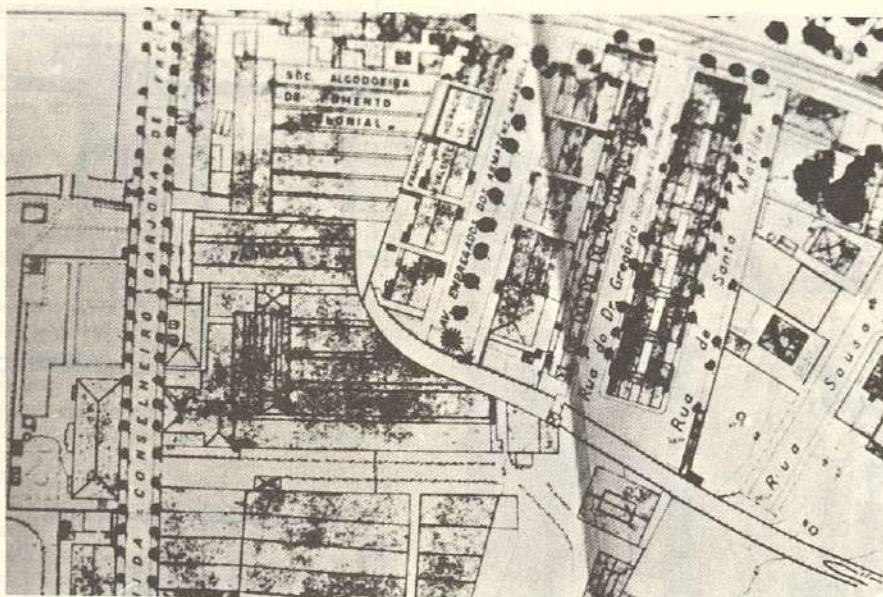
Em relação à organização do espaço interior, e por força das áreas exíguas que possuem, as casas dos operários não dispõem de qualquer espaço destinado à circulação entre as diversas divisões que as compõem, a qual é feita directamente através da sala, o que já não acontece em relação às casas dos empregados, que além de sala de entrada possuem um corredor ao longo de toda a habitação.

Também em relação ao aspecto exterior se notam diferenças, quer entre os

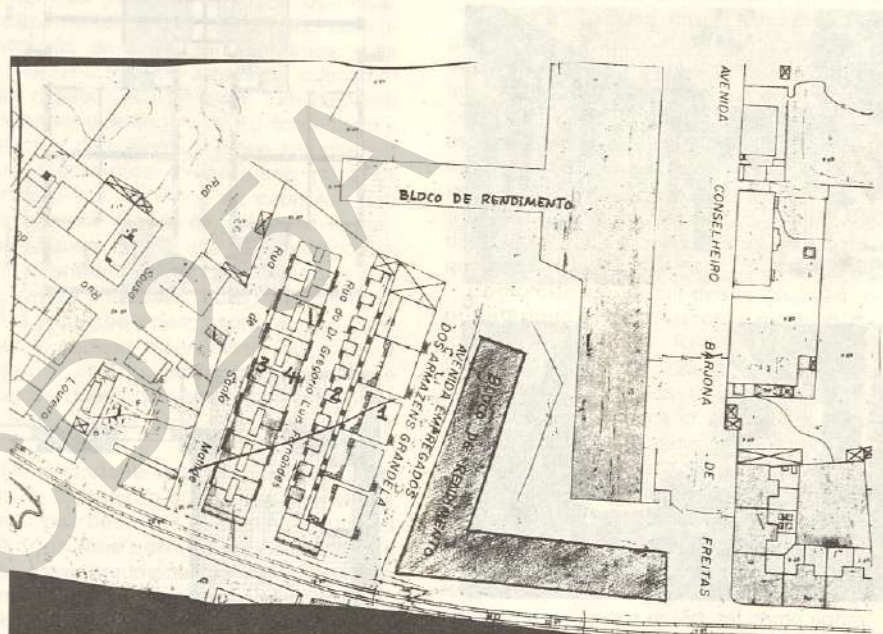
conjuntos 2 e 3/4, com o primeiro muito mais cuidado que o segundo, como o leitor, poderá constatar através das fotografias, quer entre as vivendas, onde duas existem com as paredes revestidas de azulejos e diversos elementos escultóricos a ornamentar a fachada (uma das quais com dois pisos), resultado de obras de melhoramentos, quer e principalmente entre os dois sectores entre si. Estas diferenças têm de resto um objectivo preciso: semear a divisão entre trabalhadores à mesma explorados, neste caso inclusive pelo mesmo padrão, para no momento oportuno virar uns contra os outros, tirando daí os respectivos dividendos.

No topo de cada um destes dois conjuntos, existia um edificio público com fachada neo-clássica, de frontão e colunas qual templo grego, em flagrante contraste com a arquitectura relativamente simples do resto do bairro, estando um a funcionar como infantário (a antiga escola) e o outro abandonado (a creche), funcionando a antiga Academia Grandella num andar de um dos prédios de rendimento que substituem o conjunto de vivendas demolido (ver nota (2)).

Concebido como um sistema acabado, que dentro dos portões de ferro que outrora fechavam o bairro para si mesmo pretendia recriar o mundo tal como ele era visto pelos capitalistas, com os operários vivendo em "boa ordem" entre a casa e a fábrica, pertencas do mesmo dono, bem separados dos empregados dos armazéns onse escoava a mercadoria produzida, com uma escola e uma creche onde cresceriam novos trabalhadores para explorar, mais diligentes porque mais letrados, não faltando a Academia Cultural "para dar cultura ao povo", que melhor consigna poderia Grandella ter arranjado para completar o seu sonho de pacificação completa entre as classes, que a que figura no frontão da escola do bairro — "sempre por bom caminho e segue"? que "bom caminho" será aquele senão precisamente essa exploração "sem dor" que a burguesia pretende oferecer aos operários como recompensa por se deixarem explorar?

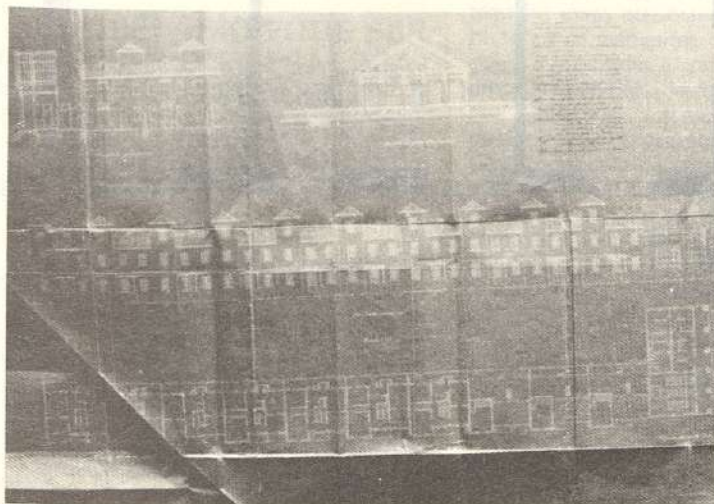


2

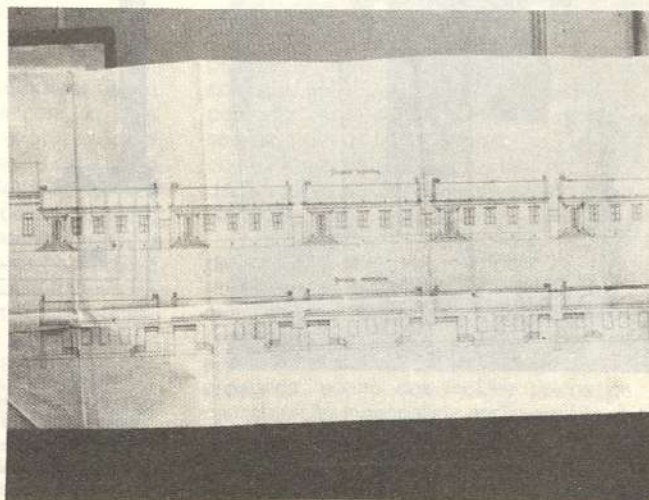


3

- 2 — Planta de localização original
- 3 — Planta de localização actualizada
- 4 — alçado principal, planta e corte do conjunto 2 e Creche (projecto original)
- 5 — alçado principal e posterior do conjunto de vivendas (projecto original)



4



5



6



7



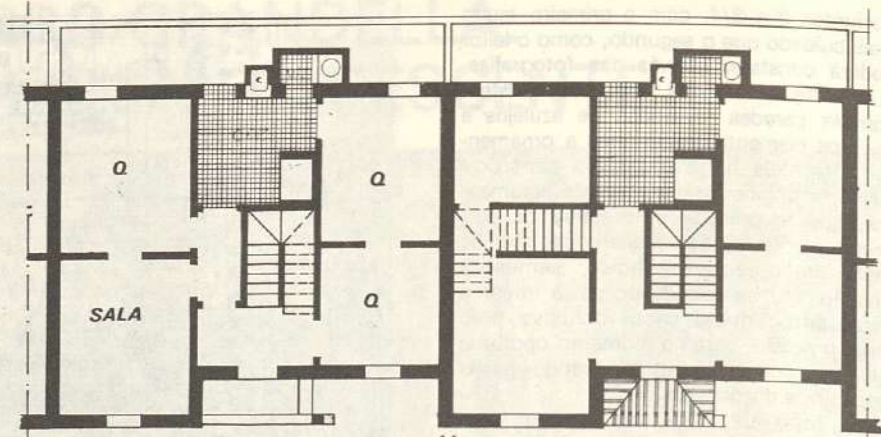
8



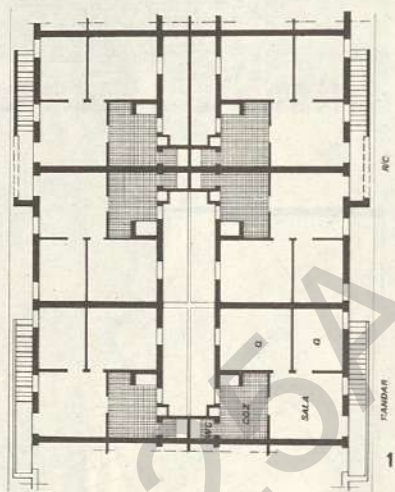
9



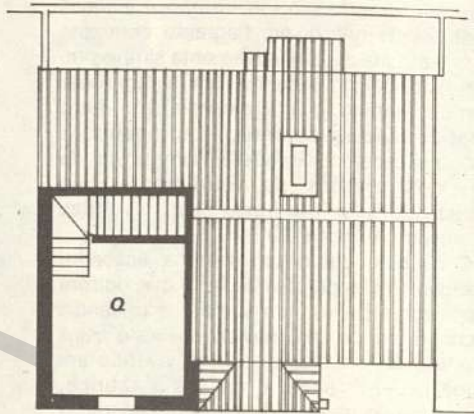
10



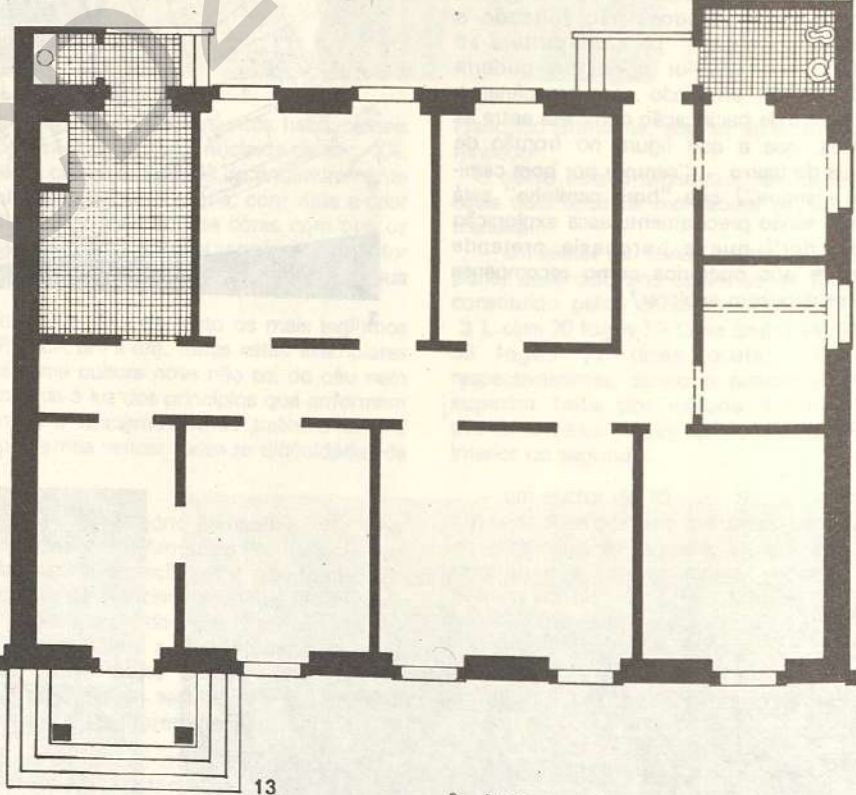
11



12



11



13

- 6 - vista do alçado principal do conjunto 2: dos corpos salientes em relação ao plano da fachada, resulta uma forte marcação vertical
- 7 - vista do alçado principal do conjunto 3/4 (R. Dr. Gregório Fernandes)
- 8 - vista do conjunto de vivendas (Av. dos empregados Armazéns Grandella)

- 9 - interior de um fogo, conjunto 3/4 (cozinha)
- 10 - Pormenor da entrada de uma vivenda
- 11 - Planta tipo do conjunto 2 (rés-do-chão/1.º andar e mansarda)
- 12 - Planta tipo do conjunto 3/4 (rés-do-chão e 1.º andar)
- 13 - Planta tipo do conjunto das vivendas
- 14 - alçado principal da Escola (projecto original)
- 15 - vista da antiga Creche e Escola
- 16 - pormenor da fachada



14



15



16

Armazéns Grandella, originalmente feito por um arquitecto francês de nome Demay, segundo o modelo das Galerias "Au Printemps" mas adaptado pelo mesmo mestre de obras.

Com efeito este tipo de edificações, as "colónias fluorescentes" como ironicamente lhes chamava Engels, estiveram muito em voga nos países capitalistas avançados da Europa, em especial a Inglaterra, sobretudo durante a segunda metade do séc. XIX, constituindo uma das formas privilegiadas de que a burguesia se serviu para tentar resolver, a seu modo, a questão da habitação, surgida com os enormes contingentes de novos operários que o advento e posterior desenvolvimento do capitalismo fazia afluir constantemente às cidades, vindos do campo.

Apresentando-se frequentemente como grandes filantropos sinceramente empenhados em melhorar as miseráveis condições de vida dos operários — ou estas não gerassem constantemente epidemias e outras doenças, que em última análise também os atingiam como a qualquer simples mortal — os capitalistas, com a construção de casas para operários, para além de uma maneira segura de colocarem o seu capital, visavam obter "um aumento da sua (dos operários — N.R.) força física e intelectual de trabalho... o que naturalmente não é menos... vantajoso para os patrões...", e ao fim e ao cabo também uma maneira segura de colocarem o seu capital. Quem o diz é o sr. Sax, tal como o sr. F. Grandella, um burguês filantropo que não tendo mandado construir nenhum bairro para operários, escreveu um livro expondo as suas magnánimas ideias sobre o assunto, as quais são magistralmente rebatidas ponto por ponto por Engels no seu livro "Contribuição para a questão da habitação".

Mais importante que isto, porém, era o facto de a condição dúplice dos capitalistas como patrões das fábricas e como senhorios lhes permitir servirem-se das casas como argumento contra as greves e outras formas de luta desencadeadas pelos operários, ameaçando-os constantemente de despejo).

Em relação ao modelo utilizado nas colónias operárias do tipo do Bairro Grandella, este correspondia a uma recuperação dos modelos de organização da vida colectiva criados pelos socialistas utópicos, em especial Owen e Fourier, modelos esses que eram assim despojados de todos os elementos que tivessem a ver com a sociedade nova que aqueles preconizavam para ficarem reduzidos àquilo que à burguesia interessava para os seus desígnios de exploração e opressão, a saber: o modelo de organização do espaço interior e exterior. Convém notar de passagem, que se estes modelos partiam, como diz Engels, da compreensão de que o que está na base da questão da habitação é a contradição cidade-campo que neles já não existia, assentavam porém na "utopia" de que era possível chegar a uma sociedade organizada segundo um tal sistema por obra e graça das ideias que sobre ela os seus autores espalhariam aos quatro cantos do mundo. Tal devia-se ao facto dos socialistas utópicos não poderem ainda compreender que não são as ideias mas a luta de classes o motor da história, e que só

pelo seu desenvolvimento através de sucessivas etapas, sob a direcção organizada da única classe que pela sua própria condição está empenhada em levar a revolução até ao fim, a classe operária, é possível atingir a sociedade com que sonhavam — o comunismo. Daí que as tentativas para pôr em prática tais organizações modelo redundassem no mais clamoroso fracasso, e as ideias dos seus criadores em vez de servirem para acabar com a exploração do homem pelo homem, nas mãos da burguesia apenas servissem para a intensificar. E aí está o Bairro Grandella para confirmá-lo.

### 3. UM FILANTROPO À FORÇA

O aparecimento tardio deste tipo de edificações no nosso país — "se em 89 se adaptara o palácio Loulé, à Graça, em habitação popular (Vila "Costa", hoje "Sousa") com boas obras que outros palácios-"ilhas" não conheceram, em 90 a "Bagatela" às Amoreiras, foi a primeira unidade habitacional, já pensada para operários, iniciativa dum proprietário "brasileiro"(4) — não acontece por acaso. Pelo contrário, ele reflecte as condições específicas de desenvolvimento do capitalismo português, em extrema dependência do imperialismo inglês, o nosso maior "aliado", o que por sua vez se reflectia na debilidade da nossa economia, pelo controlo asfixiante que sobre ela exercia o capital estrangeiro.

Como consequência desta situação, o proletariado industrial era, quando da instauração da 1ª República, pouco numeroso (cerca de 120.000 operários) e disperso por pequenas unidades fabris, o que no entanto nunca o impediu de lutar corajosamente e desde cedo, contra a exploração desenfreada de que era vítima. Foi assim que durante os últimos 10 anos de monarquia, já em pleno séc. XX, se desenvolveu um poderoso movimento grevista, que se prolongou pela 1ª República fora, tendo por base a profunda crise económica que então, tal como agora, abalava os alicerces do sistema capitalista mundial, e muito particularmente no nosso país, crise essa que vai culminar na 1ª guerra mundial imperialista de 1914-1918, a que a burguesia portuguesa deu a sua entusiástica adesão.

Ora é neste contexto preciso que o "nosso" filantropo Grandella lança a construção da sua colónia operária nos arredores de Benfica (que data dos primeiros anos da República) o que, somado ao modo como a organiza e concebe, com a divisão que pretende semear entre os trabalhadores que explora, como já atrás referimos, atestam por si só do carácter de uma tal generosidade e filantropia.

Fazendo parte do sector mais esclarecido da burguesia portuguesa — e a comprová-lo estão não só as suas opções políticas, como também e sobretudo o modo como organizou a sua empresa, desde a fábrica aos armazéns de venda da mercadoria nela produzida, dentro dos moldes típicos de concentração monopolista então em franco desenvolvimento em toda a Europa "civilizada" — Grandella procura lançar no nosso país, quase em primeira mão, a "solução" para a questão da habitação que

## 2. UM OPERÁRIO PODE SER DESPEDIDO OU DESALOJADO, É COISA FREQUENTE; É PIOR SE LHE ACONTECEM AS DUAS COISAS AO MESMO TEMPO

O projecto do bairro Grandella foi elaborado por um mestre de obras chamado João Pedro dos Santos, por alcunha o João "Calor", e aprovado entre 1904 e 1906 pelo arquitecto camarário José Luis Monteiro (que foi director da Escola de Belas-Artes de Lisboa), mas teria sido fortemente influenciado pelas ideias trazidas pelo próprio Francisco Grandella das suas viagens a Londres e a Paris, como aliás aconteceu em relação ao projecto dos

a burguesia europeia tinha já testado suficientemente durante o séc. XIX. Mas sem grande sucesso, diga-se em abono da verdade, já que a burguesia portuguesa não chegou a ter possibilidade de lhe conhecer verdadeiramente os resultados, através da aplicação de tal "solução" em grande escala, pois as convulsões da crise que abalava o seu poder não lho permitiram. Daí o pequeno número de exemplares de "colónias fluorescentes" chegadas aos nossos dias, e das quais o Bairro Grandella é, sem dúvida, um dos mais significativos.

1. Esta fábrica funcionou até cerca de 1950, altura em que ardeu e em que foi substituída por uma outra fábrica no Minho, onde provavelmente as diversas condições de laboração, incluindo a mão de obra, seriam mais favoráveis aos actuais proprietários.

2. Actualmente existem apenas 5, tendo as outras 5 sido demolidas para dar lugar a 3 blocos de rendimento.

3. No seu livro já citado "Contribuição para a questão da habitação" Engels cita vários exemplos de despejos ou tentativas de despejos levados a cabo pelos patrões de diversas empresas.

4. in "A arte em Portugal no séc. XX" de J. Augusto França

*Hoje os moradores do Bairro Grandella já nada têm a ver com a empresa Grandella, embora continuem a pagar rendas a um descendente de Francisco de Almeida Grandella e a duas inglesas, actuais proprietários do bairro.*

*Por certo que a sua vida é diferente da que faziam os seus antecessores ou antepassados, o que se nota de algum modo na maneira como se apropriaram do espaço que lhes foi legado, quer em relação às habitações propriamente ditas, quer em relação aos edifícios e espaços públicos do bairro, de modo a melhorarem um pouco as suas condições de vida.*

*Não quisemos por isso deixar de ouvir o testemunho da Comissão de Moradores do Bairro Grandella, através de dois dos seus membros.*

#### História da comissão

"Vocês são o primeiro órgão de informação que nos entrevista e que se interessa de perto pela nossa luta".

"Quando formámos a comissão de moradores da Vila Grandella, depois do 25 de Abril não quisemos confinar-nos só ao bairro e fizemos um plenário de uma zona mais alargada. Queríamos que o bairro pedesse o sentido de ser uma ilha."

"A nossa primeira luta foi pela reabertura da creche, que entretanto o Grandella tinha entregue ao estado para fazer uma escola que nesse momento já não funcionava."

#### A luta pela creche

"Obrigámos a Misericórdia a conceder-nos um subsídio de dez mil escudos, mensal."

"Sempre que pedimos dinheiro à população ela apoiou-nos sem reservas. Não me esqueço que num dia conseguimos arranjar dez mil escudos!"

"Para as obras da creche toda a gente contribuiu e ajudou. Trabalhávamos até às cinco da manhã. Em relação a alguns materiais nós tivemos que os "expropriar" com pudemos. Esses materiais, se de momento estavam na mão de algum construtor civil, eles no fundo pertenciam ao povo e nós pusemo-los ao nosso serviço."

#### A luta das massas pela habitação

"Fizemos treze ocupações aqui no bairro e várias aqui nas ruas limítrofes. Todas as famílias têm já contratos de arrendamento devidamente legalizados".

#### Planos a curto prazo

"Nós aqui no bairro temos para já dois objectivos imediatos: alcaçoar as ruas e pôr contadores de água em cada casa, pois agora só temos 2 contadores para todo o bairro e pagamos a água por cabeça, o que por vezes dá quantias exorbitantes."

## VIVA A LUTA DAS MASSAS PELA HABITAÇÃO!

Inúmeras desocupações ou tentativas de desocupação de casas têm sido levadas a cabo nestes últimos meses pelas forças repressivas da burguesia, sobretudo após o golpe social-fascista de 25 de Novembro, em virtude de a burguesia no seu conjunto e por força do abrandamento relativo da revolução portuguesa desde então verificado, julgar reunidas as condições necessárias à aplicação das numerosas leis anti-populares decretadas pelos sucessivos governos provisórios do famigerado "companheiro" Vasco que na altura não passaram de letra morta pois encontravam pela frente o movimento revolucionário de massas então em fase de grande ascenso.

Com efeito, desde o 25 de Abril que um amplo movimento pela ocupação de casas devolutas se levantou arrastando milhares e milhares de famílias que procuravam assim resolver pelos seus próprios meios a situação de miséria em que eram obrigadas a viver. Este movimento teve o seu início no bairro da Boavista a 30 de Abril de 1974 com a ocupação maciça de cerca de 200

casas vazias há dois anos, pelo povo do bairro.

Cedo porém a burguesia passou ao contra-ataque, petrificada perante a amplitude de um tal movimento em crescimento constante: por um lado prometia que ia fazer casas lançando programas demagógicos, cujo expoente máximo é, sem dúvida, o SAAL; por outro publicava leis como o tristemente célebre decreto contra as chamadas "ocupações selvagens", o 189-A/75 da lavra do IV G.P. que legalizava a repressão feroz sobre toda e qualquer nova tentativa de ocupação e preparava o terreno para a desocupação das casas até então ocupadas.

Ora é agitando com uma mão este decreto e com outra os cassetetes e as G3 das suas polícias, que a burguesia conta agora poder desocupar todas as casas segundo ela ocupadas "inevitavelmente".

Mas como se pode verificar pelos casos até agora conhecidos, de que o nosso quadro, embora bastante incompleto, dá conhecimento, as massas populares têm

sabido erguer-se em defesa de uma das suas conquistas fundamentais, arrancadas à custa de dura luta, e não estão dispostas a recuar. Esse movimento de resistência activa às desocupações, forma que assume neste momento a luta de massas pela habitação, vai certamente desenvolver-se e organizar-se sob uma direcção única e centralizada através de órgãos da vontade popular que o povo saberá erguer e consolidar no decorrer da luta, sendo dever da nossa revista procurar testemunhar e reflectir esse movimento. Este quadro, que será publicado em todos os números da revista, e que irá sendo completado à medida que formos recolhendo novos elementos e informações, é uma das formas de materializarmos o nosso modesto mas caloroso apoio às ocupações, e que não será concertada o único.

Desde já apelamos para a grande massa dos nossos leitores em especial as Comissões de Moradores, para que nos enviem tão rápido quanto possível elementos sobre todos os casos de que tenham conhecimento.



ARQUITECTURA

MÊS	SEMANA	DIA	TIPO DE ACÇÃO	OCUPANTES	LOCALIDADE	MORADA	OBSERVAÇÕES
JANEIRO	1. <sup>a</sup> 2. <sup>a</sup> 3. <sup>a</sup> 4. <sup>a</sup>						
FEVEREIRO	1. <sup>a</sup> 2. <sup>a</sup> 3. <sup>a</sup> 4. <sup>a</sup>	14 21 25	tentativa de desocupação desocupação violenta ameaça de desocupação	casal idoso 2 adultos e 3 crianças 30 elementos do povo	LISBOA PORTO OLHÃO	R. Barão de Sabrosa Bro. Miguel Bombarda Av. Bernardino da Silva	— resistência do povo impede desocupação — o senhorio queria actualizar a renda. A família habitava o prédio há 36 anos. A mobília é levada para o canil.
MARÇO	1. <sup>a</sup> 2. <sup>a</sup> 3. <sup>a</sup> 4. <sup>a</sup>	14 25 26	desocupação violenta desocupação violenta desocupação violenta	1 família 1 família 2 famílias	LISBOA LISBOA	Freguesia de Arroios Picheleira Av. 5 de Outubro	— polícia de choque desaloja família de retornados pobres, que são realojados pela Comissão de Moradores de Paço de Arcos. — a PSP actua às 2 horas da manhã
ABRIL	1. <sup>a</sup> 2. <sup>a</sup> 3. <sup>a</sup> 4. <sup>a</sup>		TRÉGUA ELEITORAL				
MAIO	1. <sup>a</sup> 2. <sup>a</sup> 3. <sup>a</sup> 4. <sup>a</sup>	14 19 21	desocupação violenta ameaça de desocupação ameaça de desocupação	casal com 2 filhos 1 família 1 família	LISBOA LISBOA LISBOA	R. de Entrecampos R. Cons. Arantes Pedroso Av. Defensores de Chaves	— após várias tentativas frustradas pela resistência popular, a PSP logra consumir a desocupação. Violentos recontros entre polícia de choque e populares com recurso a tiros, gases lacrimogéneos e prisões.
JUNHO	1. <sup>a</sup> 2. <sup>a</sup> 3. <sup>a</sup> 4. <sup>a</sup>		TRÉGUA ELEITORAL				
JULHO	1. <sup>a</sup> 2. <sup>a</sup> 3. <sup>a</sup> 4. <sup>a</sup>	19 22 25 30	ameaça de desocupação desocupação violenta tentativa de desocupação ameaça de desocupação	5 famílias 16 famílias 1 família várias famílias	PORTO LISBOA LISBOA LISBOA	R. Ribeiro de Sousa Av. A. Augusto Aguiar R. Saraiva de Carvalho R. da Venezuela	— prédio em acabamento — prédio ocupado em Junho de 75 por 70 elementos do povo — tentativa gorada pela resistência do povo — a companhia de seguros Império (nacionalizada) contra famílias que recusam pagar rendas especulativas por habitações velhas e em más condições.
AGOSTO	1. <sup>a</sup> 2. <sup>a</sup> 3. <sup>a</sup> 4. <sup>a</sup>	5 6 13 23	tentativa de desocupação desocupação violenta ameaça de desocupação	2 famílias 50 elementos do povo um morador 50 elementos do povo	OLHÃO ODIVELAS V.N. FAMALICÃO LISBOA	R. Rainha D. Amélia Patameiras Sto. Amaro R. Artilharia UM	— 50 elementos do povo, incluindo 31 crianças, são violentamente desalojados pela polícia de choque — despejo efectuado pela GNR — não efectuada nenhuma tentativa de desocupação até à data, em virtude da mobilização popular.
SETEMBRO	1. <sup>a</sup> 2. <sup>a</sup> 3. <sup>a</sup> 4. <sup>a</sup>	7 13 15 28	ameaça de desocupação desocupação violenta tentativa de desocupação ameaça de desocupação	casal idoso 5 elementos do povo família de 9 pessoas infantário popular	FARO COIMBRA ALBARRAQUE CUBA	Alto Rodes	— vivam anteriormente debaixo da ponte de Sta. Clara. — resistência do povo impede desocupação — o povo organiza-se para resistir à desocupação.

# O VASCO INVENTA... SOARES INTENTA.

## SOBRE O PROGRAMA CONCILIADOR DO GOVERNO DA PEQUENA BURGUESIA

*Junto apresentamos aos nossos leitores a parte do programa do 1º Governo Constitucional do Partido Socialista respeitante à Habitação e Urbanismo, que como se pode constatar se encontra dividido em três partes, a saber: "Planeamento Urbanístico", "Planeamento Habitacional" e "Medidas Legislativas como suporte dos programas a executar".*

*Pouco há a dizer por enquanto em relação a um programa que se limita a debitar toda uma série de tiradas gerais conciliando tudo e todos, numa tentativa desesperada para abafar a aguda luta de classes que se trava no nosso país, temporariamente esbatida por um equilíbrio momentâneo entre a revolução e a contra-revolução, que é de resto o que torna possível a aprovação de um tal programa, noutras circunstâncias inviável. É fundamentalmente pelas medidas concretas que à sua sombra forem tomadas que se poderá avaliar dos objectivos e interesses de classe que em última análise prossegue. Mas sempre poderemos adiantar que pelo pouco que nos foi dado ver até agora com as medidas recentemente promulgadas em Conselho de Ministros, em particular as respeitantes à política de solos e às construções "clandestinas", não são de modo nenhum os interesses do povo que aí são defendidos. Mas tal como já está a fazer em relação às desocupações — questão que não tendo sido contemplada neste programa tem sido desde a sua tomada de posse um dos cavalos de batalha deste governo como o foi do anterior — o povo saberá por certo, sem aprovar ou rejeitar o seu programa à priori, responder a cada uma das medidas tomadas pelo governo de acordo com os seus interesses. Quanto a nós, cá ficaremos à espera das medidas que em nome do programa foram tomadas para as podermos analisar despidas de qualquer ambiguidade, isto sem prejuízo de avançarmos para já alguns comentários que o dito programa nos sugere.*

### 1. PLANEAMENTO URBANÍSTICO: A OBCESSÃO DAS REFORMAS ADMINISTRATIVAS

Depois de uma série de considerações de carácter geral sobre as razões que estariam na base da gravíssima situação a que se chegou no tocante ao ordenamento do território, em que se procura alijar toda a carga para os ombros dos fascistas de antes do 25 de Abril, contemplando com um esquecimento cúmplice autênticos crimes cometidos pelos social-fascistas pós-25 de Abril neste sector em que fundamentalmente se pretende escamotear as razões de fundo de tal situação, isto é, a existência do sistema de exploração capitalista assente exclusivamente no lucro e não nos interesses do povo, propõe-se como "programa de acção" a orientação do planeamento urbanístico "para o interesse do país e projectando no tempo os meios de acção sobre o território com vista à orientação de determinados efeitos de conteúdo predominantemente sócio-político"! Mas afinal que quer isto dizer? O que se entende por "interesse do país", quais "os meios de acção sobre o território" e que "determinados defeitos de conteúdo predominantemente sócio-político" se pretende atingir? Para explicar toda a ambiguidade que ressalta deste fraseado aparentemente sem nexos, o programa contempla-nos com o mais completo silêncio, perdendo-se em divagações sobre o que parece ser o assunto preferido dos seus autores, uma autêntica obsessão: as reformas administrativas.

No seu esforço inglório por manter de pé o sistema de exploração capitalista à custa dos "necessárias reformas" que permitam o impossível, isto é, por de acordo os interesses de explorados e exploradores, a pequena burguesia democrática actualmente no poder, aterrorizada perante a crise

crescente que abala toda a nossa sociedade, resolve afinal que é tudo um problema de má administração, sem querer ver que é precisamente essa crise profunda do sistema capitalista que impede a burguesia no seu conjunto de governar e que leva a que cada vez mais a classe operária e o povo se preparem para o fazer, e não apenas um problema de desadequação do aparelho de estado burguês em relação às funções que a burguesia lhe atribui, embora tal desadequação exista. Apenas o vencer da crise poderá permitir quer à burguesia quer ao proletariado governar, conforme a crise for vencida a favor de uma ou de outra dessas classes.

E já que a conciliação de interesses entre o proletariado e o povo por um lado e a grande burguesia por outro, e dentro desta entre os seus dois centros, é uma autêntica quimera de loucos sonhadores, e portanto imaterializável em medidas concretas, as quais a serem tomadas apenas podem servir ou uma ou outra daquelas classes, o "nosso" programa prefere refugiar-se no campo "exclusivamente urbanístico" das suas "áreas-problema", deixando essas questões da infra-estrutura económica lá para as calendas gregas, preconizando para aquelas uma intervenção devidamente planeada e programada" (pois então!) a qual seria "o objectivo da administração urbanística a reestruturar". Para completar o quadro não poderia faltar "a população" "...manifestando carências, desejos e preferências e na crítica aos resultados do sistema", o qual passará "...a zelar pela (sua) eficiência, garantindo o seu funcionamento em tempo útil". E pronto, eis como se resolve tudo em duas penas. O pior será quando a população "manifestar carências" de habitação, "desejos" de se manter nas casas que justamente ocupou, "preferindo" tais casas a dormir na rua, e "criticando os resultados do sistema" correndo com os polícias que os forem desocupar. Aí é que vão ser elas!

### 2. PLANEAMENTO HABITACIONAL: PROGRAMAR PARA TODOS OS PALADARES

Mantendo no essencial a mesma perspectiva que na anterior rúbrica quer quanto às causas da situação, onde mais uma vez a actuação dos social-fascistas pós-25 de Abril é carinhosamente "esquecida", quer quanto ao tipo de medidas propostas, este capítulo merece no entanto um comentário especial, pois mercê do seu conteúdo obriga o governo PS a espriar-se um pouco mais quanto às medidas que propõe.

Assim, apresentando um programa habitacional que a ser alguma vez realizado, o que sinceramente duvidamos, contemplaria particularmente a pequena burguesia, base social do actual governo, não deixa de preservar, mantendo dentro de certos limites os interesses da grande burguesia, quer no que diz respeito aos monopólios privados, quer quanto aos monopólios burocráticos estatizados. A par do apoio às cooperativas de habitação e à compra de habitação própria, medidas que para serem levadas à prática exigem da parte dos seus possíveis interessados um mínimo de meios financeiros, interessando portanto sobretudo à pequena burguesia e à aristocracia operária, assim como "a melhoria dos alojamentos degradados do actual parque", preconiza-se um papel assaz relevante para iniciativa privada, da qual "se espera um volume de construção da ordem dos 35000 fogos (anuais)". Quanto aos monopólios estatizados ou para-estatizados, terão nos contratos de desenvolvimento a sua forma privilegiada de actuação, aos quais cabem 15000 fogos anuais, já que tais contratos se têm feito prioritariamente com as grandes empresas imobiliárias e de construção com intervenção estatal, na quase totalidade controlados pelos social-fascistas.

Os proprietários fundiários serão também contemplados com diversas medidas relativas às expropriações de que forem objecto, assim como em relação a formas de associação com a Administração para conjuntamente efectuarem os respectivos negócios especulativos, nas "áreas a utilizar em operações de expansão e renovação urbana ou de criação de novos aglomerados populacionais de real interesse público".

No meio disto tudo, para as camadas mais exploradas do povo, particularmente a classe operária, obrigada a viver em péssimas condições na periferia das cidades, preconiza-se uma vagas "acções nos bairros de lata" e nas "ilhas" das zonas urbanas (provavelmente dentro da boa tradição da SAAL - N.R.), a "construção de habitações sociais" — que correspondem aos 10000 fogos de promoção directa pelo estado — e "o apoio às cooperativas de habitação económica", que existindo fundamentalmente criadas por iniciativa do SAAL nos bairros de lata, acabam por se

inserir no primeiro tipo de intervenção referido: as "acções nos "bairros de lata".

### 3. MEDIDAS LEGISLATIVAS COMO SUPORTE DOS PROGRAMAS A EXECUTAR: VELHAS RECEITAS COM NOVA ROUPAGEM

Para finalizar, e em referência às "Medidas legislativas como suporte dos programas a executar", 3ª e última rúbrica desta parte do Programa do Governo PS, será interessante notar que a quase totalidade das medidas preconizadas são conhecidas de há muito, pois fazem parte das conclusões do trabalho de uma comissão que funcionou durante a vigência do IV Governo Provisório, com representantes da Secretaria de Estado da Habitação e Urbanismo (de que era na altura titular o actual Ministro Eng. Eduardo Pereira) e dos quatro partidos da coligação governamental de então (PS, PCP, PPD e MDP/CDE), como se pode ver no livro do MHUC "O problema da habitação" datado de Março deste ano. Aliás a última parte do livro intitulada "BASES PARA O ESTABELECIMENTO DE UMA POLÍTICA HABITACIONAL" (pág. 81), não é mais que o desenvolvimento das medidas que constam neste programa, chegando a haver excertos que coincidem integralmente.

Embora possa parecer à primeira vista que tal se deve a algum poder de antecipação oculto do sr. ministro Pereira em relação ao que pensa o Partido Socialista (a que nem sequer pertence) sobre a governação deste campo específico, ou atribuir-se o fenómeno à sua megalómana persistência guardando na manga durante mais de um ano a solução genial, se reflectirmos um pouco sobre o que atrás se disse, não será difícil perceber o que realmente se passa: se o programa do governo PS, para além de pretender conciliar explorados e exploradores e dentro destes os seus diferentes sectores, de fascistas a social-fascistas, nada melhor do que ir buscar para tal uma plataforma já anteriormente entre todos acordada, que não tendo podido ser aplicada na altura pela situação de ascenso impetuoso da revolução que então se vivia (lembre-se que tal comissão cessou os seus trabalhos com o abandono do IV G.P. por parte do PPD e do PS), o poderá ser agora sem levantar grandes ondas, pensa o governo da pequena burguesia: pobres tontos!

## PROGRAMA DO GOVERNO

### 6. HABITAÇÃO E URBANISMO

#### 6.1. PLANEAMENTO URBANÍSTICO

##### a. SITUACÃO

A política urbanística portuguesa anterior ao 25 de Abril traduzindo as orientações do poder político do regime anterior, é passível de críticas e enferma de males desse mesmo poder.

A administração urbanística que executava essa política tem sido objecto das mais justificadas críticas, antes e depois daquela data.

O anárquico crescimento urbano, tendo por objecto, exclusivamente, o lucro fácil e rápido, conseguido através do baixo valor do solo de uso agrícola, e no preço elevado do mesmo solo, como urbano, atingiu formas que ultrapassaram tudo quanto seria imaginável.

Urbanizar, em Portugal, devia ter consistido em planear no interesse público a expansão ou a criação de aglomerados urbanos, de acordo com as necessidades do homem português, de acordo com um ordenamento do

território suportado por um poder político ao serviço do povo.

Como as razões primárias de uma equilibrada e correcta urbanização não foram respeitadas, nem pelo poder central, nem pelos poderes locais — ambos participando no sistema especulativo como seus principais agentes, intervindo apenas como aparelho cobrador de impostos — pode concluir-se que está por definir uma verdadeira política de ordenamento do território.

#### b. PROGRAMAS DE ACÇÃO

b.1. O planeamento urbanístico passará a ser orientado para o interesse do país e projectará no tempo os meios de acção sobre o território, com vista à orientação de determinados efeitos de conteúdo predominantemente sócio-político.

b.2. A complexidade de cada fase do ciclo urbanístico conduz, logicamente, à instituição de órgãos especializados, responsáveis pelas operações inerentes. Actualmente, a preparação urbanística é preferencialmente dirigida para as funções da fase do planeamento, mas não para a programação e gestão, e muito menos para a realização ou intervenção final no ambiente físico do território.

b.3. No ciclo urbanístico — de natureza eminentemente social, competirá ao Estado, através de uma administração apropriada, zelar pela eficiência do sistema, garantindo o seu funcionamento em tempo útil, mas muitas das respectivas operações deverão ser da competência de outros níveis de administração pública e, em certos casos, confiadas à iniciativa privada. O objectivo da administração urbanística a reestruturar, embora não alcançável a curto prazo por deficiências conjunturais, será o de proporcionar a cada «área-problema», uma intervenção devidamente planeada e programada, com clara definição das actuações coordenadas de todos os intervenientes.

b.4. As populações participarão na elaboração do programa, manifestando carências, desejos e preferências e na crítica aos resultados do sistema: planos estratégicos, programas de intervenção e resultados finais das intervenções. Deverá ser institucionalizada, de acordo com a Constituição, a forma desta participação popular em relação às fases iniciais e finais do processo.

b.5. Em relação ao planeamento urbanístico torna-se pois, prioritário que a Administração assumia, desde já, a sua função de comando e orientação de todas as acções, começando por impedir a continuação da degradação que hoje se verifica, que regularmente a prática urbanística e crie os órgãos executivos necessários no sentido da descentralização e regionalização.

#### 6.2. PLANEAMENTO HABITACIONAL

##### a. SITUACÃO

O défice de alojamento no nosso país tem vindo a aumentar nos últimos anos, agravando-se à situação das famílias que vivem em fogos degradados, alojadas em regime de sublocação, em fogos considerados superlotados ou em fogos sem as necessárias condições de habitabilidade.

O ritmo de construção necessário ao debelamento desta situação não tem sido atingido, pelo que a formação de novas famílias, os movimentos migratórios internos e o envelhecimento dos alojamentos existentes, continuam a agravar a situação.

A produção habitacional anterior a 25 de Abril de 1974 destinava-se a satisfazer as necessidades de uma reduzida parcela da população portuguesa, dotada de elevada capacidade económica, enquanto que seis milhões de portugueses continuavam, por todo o país, a viver em precárias condições de alojamento.

Só nos centros urbanos, 84000 fogos não tinham rede de água, 54000 não possuíam rede eléctrica, em 43000 não existiam redes de esgotos e 221000 não se encontravam equipados com casas de banho.

Nas zonas rurais o panorama era ainda muito mais grave: 1480000 fogos não tinham rede de água, 1256000 não possuíam rede eléctrica, em 1315000 não existiam redes de esgotos e 1572000 não se encontravam equipados com casas de banho.

Por outro lado, a construção dos equipamentos sociais não acompanhava sequer a construção dos alojamentos que se iam lançando, criando-se, junto dos grandes aglomerados urbanos, os chamados dormitórios, para onde iam sendo empurrados os agregados familiares, desalojados da cidade por uma vaga de demolições de base especulativa e, desenvolvendo-se os bairros de lata, construídos para alojar aqueles que, do meio rural, procuravam nos meios urbanos melhores condições de subsistência.

#### b. DETERMINANTES DA ACÇÃO DO GOVERNO

b.1. Considerando que:

a — Uma completa solução do problema habitacional português acarreta dificuldades que a maioria dos países que a essa tarefa se têm devotado, ainda não conseguiram vencer;

b — No nosso país a grandeza das carências e o nível dos rendimentos familiares constituem factores que dificultam ainda mais a solução, em tempo e em meios, deste problema, só podendo ser resolvidos a longo prazo;

c — A política habitacional que o Governo pretende

lançar tem de ser, à partida, compreendida e aceite pelo povo português;

d — O Estado não possui capacidade de investimento e de organização que permita dispensar a colaboração da iniciativa privada;

e — Deve ser reconhecido e protegido o direito à propriedade privada de imóveis, quer para habitação quer para rendimento, e a transmissibilidade dessa propriedade aos herdeiros dos proprietários;

f — Uma política favorável de financiamento ao comprador é condição indispensável a proporcionar a muitos agregados familiares a possibilidade de adquirirem a sua própria casa;

b.2. O Governo tomará as seguintes atitudes e medidas:  
a — O Governo apoiará a formação de novas cooperativas e a reestruturação das existentes, colaborará activamente na realização dos seus programas e dispensar-lhes-á um conjunto de ajudas e incentivos estimulantes do movimento cooperativista habitacional.

b — Elaborará programas de iniciativa e apoio estatal que deverão ter, fundamentalmente, os seguintes objectivos:

— Acções nos «bairros de lata» e nas «ilhas» das zonas urbanas;  
— Melhoria dos alojamentos degradados do actual parque;

— Construção de habitações sociais;  
— Apoio às cooperativas de habitação económica.

c — Tendo em atenção a actual carência de habitações, os programas habitacionais de 1976 a 1989 devem apontar para o lançamento anual médio de 65000 fogos, dos quais 10000 utilizando as verbas a prever nos Orçamentos Gerais do Estado, as quais deverão ser aplicadas apenas nos diversos programas sociais destinados aos agregados familiares de menores recursos.

d — Através dos Institutos de Crédito, o Governo financiará outros programas de habitação social, dos quais, se destaca, pela sua importância, e dos contratos de desenvolvimento para habitações em regime de renda limitada, cujo lançamento anual deverá ser da ordem de 15000 fogos. O lançamento de fogos por cooperativas de habitação económica deve ser, progressivamente, incrementado, devendo atingir, no referido período, números da ordem dos 5000 fogos por ano, em média.

Da iniciativa privada espera-se um volume de construção da ordem dos 35000 fogos.

e — A criação de órgãos regionais que venham a ser os directos executores dos programas estabelecidos no planeamento regional e, simultaneamente, os transmissores para a administração central necessidades das populações, constitui preocupação do Governo.

f — A política habitacional do Governo passará a ter uma acentuada participação dos cidadãos encarados estes, nas suas várias inserções sócio-profissionais: como população local activa colaborando no planeamento; como trabalhadores, no acompanhamento das acções desenhadas ao nível de cada empresa; como moradores, participando pela forma orgânica que vier a ser definida, na distribuição dos fogos de habitação social.

#### 6.3. MEDIDAS LEGISLATIVAS COMO SUPORTE DOS PROGRAMAS A EXECUTAR

Para a realização dos programas de acção referidos, e sem prejuízos de medidas de orgânica administrativa, torna-se urgente a promoção ou adopção das seguintes medidas legislativas:

a. Uma lei de solos que aponte para uma municipalização gradual do solo integrado em aglomerados urbanos, confiando à Administração o comando do processo urbanístico, em termos de clara obediência a um futuro planeamento regional;

b. A revisão do código das expropriações que passará também a conter normas sobre indemnizações;

c. Um diploma que permita intervir na situação das construções clandestinas;

d. Um diploma que institua formas de associação da Administração com os particulares, em ordem à obtenção das áreas a utilizar em operações de expansão ou renovação urbana ou de criação de novos aglomerados populacionais de real interesse público;

e. Um diploma que regule o direito de preferência da Administração nas transmissões a título oneroso entre particulares com vista à contenção dos preços dessas transacções;

f. Um diploma de revisão do regime da tributação das mais-valias fundiárias;

g. Um diploma destinado à fixação das condições a que devem obedecer as «categorias — tipos» da habitação social;

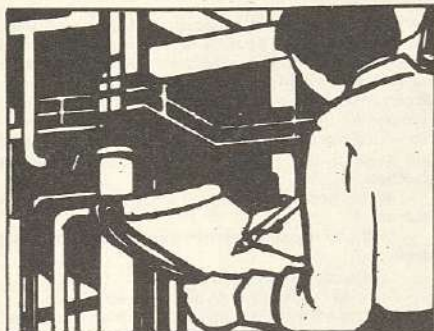
h. A revisão do regime do arrendamento urbano;

i. Um diploma regulador dos critérios de avaliação e do regime de constituição e funcionamento das comissões de avaliação;

j. Um diploma que regule o regime jurídico da cedência das habitações produzidas pelo sector público (arrendamento e propriedade resolúvel) e reveja o actual regime de rendas limitadas;

k. A revisão do Regulamento Geral das Edificações Urbanas.

# ESCOLA ABERTA DE DESENHO



Um grupo de artistas e estudantes de artes plásticas tomou em mãos a tarefa de organizar uma escola de desenho capaz de formar uma consciência artística ligada à vida do povo. Uma escola anti-acadêmica, que rejeita ficar fechada entre quatro paredes. Ela vai procurar investigar nas fábricas, nos campos, as verdadeiras fontes da vida, vai colher a matéria-prima, através do desenho ou da fotografia juntos dos operários e camponeses para que depois disso se transforme numa arte verdadeiramente ao serviço do Povo e da Revolução.

Esta escola que conta com o apoio dos "velhos" e jovens artistas pretende fundir num só caudal as duas gerações, assimilar as experiências do passado à luz de novos princípios e combater o espírito elitista, pelo que nela participarão todos os elementos do povo ligados ao trabalho manual ou intelectual que queiram estar com o povo em luta contra a exploração e a miséria, exprimindo os seus anseios, conhecendo os seus costumes e a sua forma de pensar e agir.

Este magnífico exemplo de união entre o trabalho intelectual e manual, entre a ideologia e a realidade é um bom sintoma de que os artistas e estudantes de artes plásticas começam a abandonar o diletantismo da "pedagogia" burguesa, no sentido de se unirem à volta de realidades estreitando cada vez mais a sua unidade com as forças produtivas da nossa sociedade, procurar na vida prática as raízes do seu trabalho. Ajudar a erguer esta escola é tarefa de todos os artistas democratas e patriotas de cujas experiências os jovens têm de aprender. Com o sangue novo que irrompe no seio das artes através destas iniciativas de enorme valor e com a energia e vivacidade que a juventude lhes imprime devem os "velhos" artistas plásticos aprender, mas deverão, sobretudo, estas duas gerações colher do seio do povo as grandes lições que este tem para lhes oferecer e armar-se desses ensinamentos para iniciar a tarefa urgente de erguer na nossa Pátria uma arte que tenha que ver com a realidade, que os artistas devem estudar dia-a-dia, contra o estereótipo avulso importado dos países que querem pôr o nosso povo e a nossa cultura a seu reboque.

Esta escola aberta tem contado com o

enorme carinho das massas operárias, que nas fábricas visitadas têm dado a sua grande contribuição na discussão de todas as questões relacionadas com a arte, sobre a qual mostram grande interesse em conhecer melhor, revelando uma excelente sensibilidade e carinho.

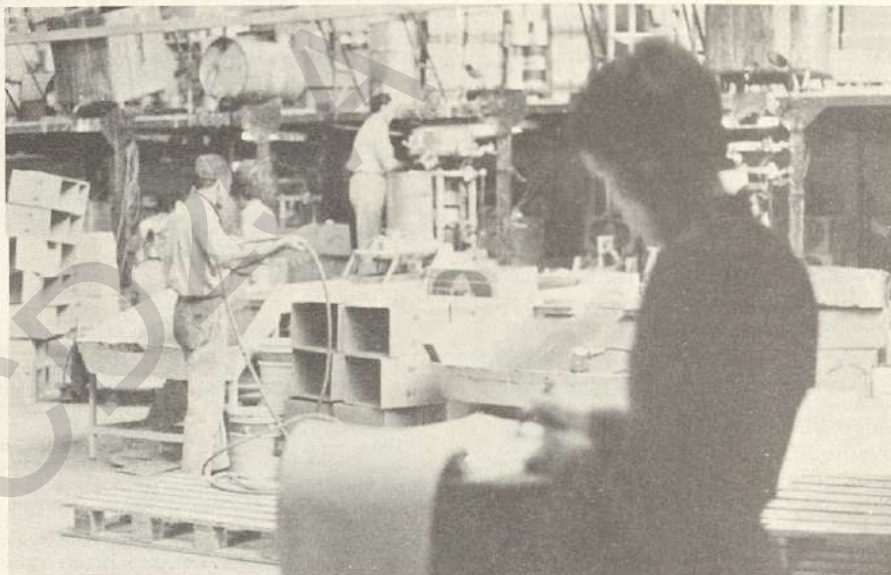
Esta revista apoia vivamente a **Escola Aberta de Desenho** e faz seu o apelo a todos os democratas e patriotas para que participem activamente na consolidação desta experiência única e pela primeira vez em Portugal o que decerto virá contribuir para criar novas gerações de artistas ligados intimamente à vida do povo.

Por razões de ordem prática, actualmente as reuniões de preparação e discussão têm lugar na ESBAL em datas aí afixadas.

Que estas iniciativas se multipliquem por todo o lado!



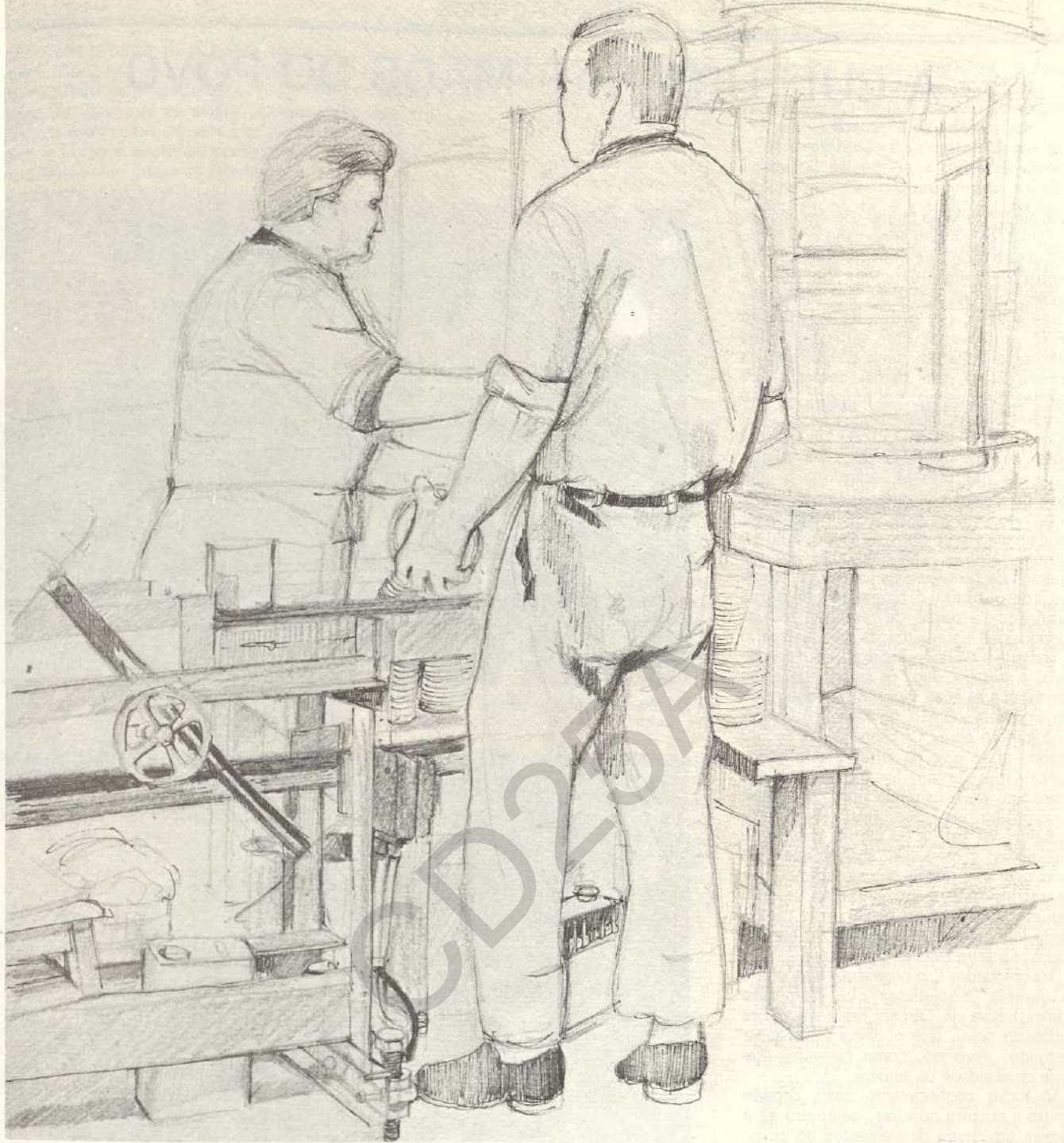
1



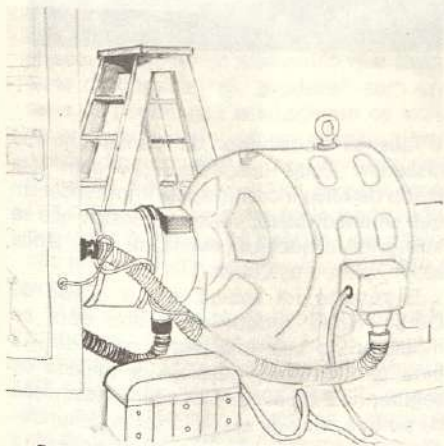
2



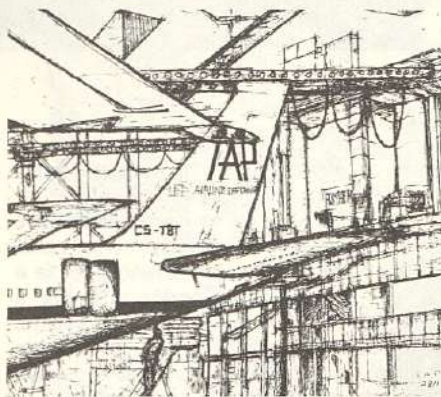
3 Os operários comentam vivamente os desenhos.



4



5



6



7

- 1 - CNN - SETEMBRO
- 2 - ROBBIALAC - OUTUBRO
- 3 - ROBBIALAC - OUTUBRO

- 4 - ROBBIALAC - OUTUBRO
- 5 - TLP - OUTUBRO
- 6 - TAP - NOVEMBRO
- 7 - CNN - SETEMBRO

# A CULTURA NAS MAOS DO POVO

No dia 23 de Maio último comemorou-se, em Olhão, o primeiro aniversário do Centro de Cultura Popular Martins Soares. No âmbito das manifestações de cultura popular, que aí ocorreram em celebração daquela data, um grupo de artistas do MRPP juntamente com outros artistas democratas pintaram, numa das paredes da Câmara local, um painel colorido, de grandes dimensões, em homenagem ao povo trabalhador olhanense.

Com o título VIVA O POVO DE OLHÃO aquela pintura retratava cerca de oitenta elementos das massas, assistindo a uma festa de cultura popular e tendo como cenário os centros mais vivos e significativos daquela vila: o porto de pesca, a lota e algumas fábricas, integrado tudo isto em aspectos da paisagem de Olhão. Os temas que compunham o painel foram todos elaborados a partir de recolhas locais, cuidadosas e sistematizadas com o espírito da verdade e do rigor, sobre a vida diária do povo: o seu trabalho, os seus hábitos, as suas lutas e as suas aspirações. Sobre tudo o que poderia, ou não, figurar na pintura foi consultado o povo. Os esboços que se iam fazendo eram alvo da crítica fraternal das massas que davam toda a espécie de sugestões, demonstrando enorme carinho pelos trabalhos, que eram vivamente discutidos. A feitura do painel, que durou doze horas, contou com enorme apoio do povo que se prestou entusiasticamente a ser retratado e a participar na própria pintura. Como era de prever, este mural, desde logo, passou a ser alvo do mesmo ódio que a burguesia tem pelo povo.

"Incomodados", o presidente fantoche e os demais "socialistas" da Comissão Administrativa da Câmara resolveram, nas costas do povo, que o painel deveria ser destruído, alegando, como pretexto, que havia necessidade de limpeza.

Ao tomar conhecimento desta decisão contra a cultura popular, deslocou-se à Câmara um grupo de elementos do povo, que ao inteirarem-se das negras ideias que passavam na cabeça do presidente, tentaram chamá-lo à razão e fazer-lhe ver que seria melhor desistir dessa difícil tarefa porque o povo estava disposto a defender a pintura que considerava sua e a mais bela do Algarve. Ao mesmo tempo sempre lhe foram dizendo que, se estava tão "preocupado com as limpezas da vila", melhor seria resolver aquilo que na verdade afligia o povo. Que havia imenso lixo amontoado pelas ruas, que era necessário criar condições de habitabilidade no bairro das Barraquinhas, onde uma pia serve para os despejos de centenas de famílias, que os arredores da escola estavam transformados num foco de doenças, pelo lixo que aí se concentrava, etc...

Apesar de todos os esforços feitos no sentido de fazer baixar a "febre do asseio" de que o presidente estava, subitamente, acometido, este acabou por encerrar o diálogo, atropelando os conselhos que lhe tinham sido dados e afirmando: "aquilo é



Durante a feitura do mural



para apagar, a bem ou a mal!"

Mas a conversa não tinha acabado, antes iria intensificar-se de outro modo.

Tirando as conclusões evidentes daquele diálogo, o povo de Olhão decidiu, a partir daí, montar brigadas de segurança, de dia e de noite, de modo a poder proteger a pintura da sanha reaccionária do presidente. O povo ia-se organizando e acumulando energias, enquanto o presidente mostrava os dentes e redobrava as ameaças.

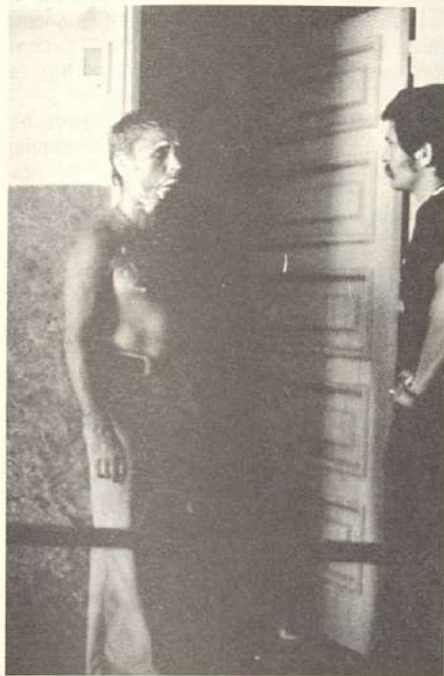
Ao meio-dia de 11 de Agosto deu-se a primeira tentativa de pôr em prática o sinistro plano dos dirigentes camarários. Saindo à rua, o presidente, sentindo que a brigada de segurança e o povo presente lhe ofereceriam toda a resistência, gritou para um elemento integrado na segurança: "Já

vi que és trabalhador da Câmara, já mo disseram. Estás despedido!", e com esta tirada de raiva incontida pela impotência em que se encontrava, voltou as costas não se atrevendo a qualquer aventura, mas, ainda assim, piorou as coisas.

Entretanto foi sabido que a polícia de Olhão tinha recebido ordens para se mobilizar na sua totalidade, para, das 13 para as 14 horas, desalojar a brigada de segurança e o povo e proceder à destruição da pintura. Rápida e amplamente denunciada aquela manobra, os 40 agentes da polícia ao chegarem ao largo da Câmara viram-se cercados por uma massa compacta de gente que os desencorajava de mexer no que fosse.

O presidente, em completo desespero,

pegou ele próprio num balde de tinta branca e dirigindo-se a um trabalhador que estava junto da brigada disse-lhe: "Tu. Apaga-me isso que aí está!". Como lhe respondessem com uma ameaça, pegou no balde e atirou-o sobre as pessoas que se encontravam em frente da pintura, que não foi atingida; mas logo teve uma surpresa. Um elemento do povo, pegando no balde, encaixou-lho na cabeça deixando-o em tal estado que teve de se refugiar dentro da Câmara.



O presidente depois do balde...

Como aquele número de polícias não fosse suficiente, e o povo crescesse por todos os lados, a Comissão Administrativa mandou chamar mais das esquadras de Tavira, Vila Real de Santo António e Faro, de modo a reforçarem o piquete de Olhão.

Por volta das 17 horas, chegaram ao largo da Câmara várias carrinhas entulhadas de polícias, enquanto 3 jeeps da GNR com um total de 24 homens guardavam as entradas da vila. Também uma viatura de polícias-de-choque, armados até aos dentes, desembarcou no largo 14 assassinos. Eram ao todo cerca de 150 polícias e GNR. Entretanto o povo crescia em número e em indignação.

A primeira carga policial, que tinha por objectivo prender os elementos que faziam parte da brigada, foi "saudada" com uma salva de pedras que estilhaçaram os vidros de uma das carrinhas, enquanto alguns polícias ficavam com a cara marcada pelas mãos do povo que lutou corpo-a-corpo. Dos prédios circundantes foi lançado tudo o que vinha à mão, e os polícias, em pânico, não tiveram outro remédio que encolher as unhas.

Mais 10 assassinos-de-choque, com lança granadas, granadas de fumo e gases lacrimogéneos, além dos bastões, viseiras, G3 e Mausers, vieram reforçar a "orquestra" policial. Enquanto isto, os trabalhadores da Câmara, que às 18 horas largaram o serviço, vieram juntar-se aos demais elementos do povo.

A ordem do presidente dá-se nova carga policial. Com uma ferocidade própria de assassinos, os polícias atiraram-se contra o

povo à coronhada, disparando rajadas, gases lacrimogéneos e granadas de fumo, ferindo várias pessoas que tiveram de ir de imediato para o hospital, algumas em estado grave.

Ao princípio o povo entrincheirou-se onde pôde, o que permitiu que o presidente e um outro seu lacaio da Comissão Administrativa pudessem borrar a pintura de alto a baixo. Ao dar conta deste facto, a ira do povo aumentou e organizando-se passou ao ataque de uma forma verdadeiramente heróica, dando-se início a uma enorme batalha campal. De todos os lados choviam pedras, ferros, paus, tijolos e tudo o que servisse para fazer recuar a polícia, que entretanto respondia a tiro. Uma granada lançada contra o povo foi devolvida à procedência, tendo causado tamanha confusão quando rebentou no meio dos polícias que os deixou no mais histórico pânico, obrigando-os a recuar, enquanto o povo avançava cada vez mais organizado e decidido.

Como os tiros não servissem para conter o povo, os polícias num verdadeiro acto de "coragem", enfiaram-se dentro das carrinhas e fugiram com tal pânico que deixaram pelo caminho alguns dos seus capangas.

O povo não desistiu. Perseguindo as carrinhas, atirando-lhes com tudo o que encontrava ao longo do caminho, deixou-as todas completamente escavacadas, enquanto os "infelizes" que tiveram de fugir a pé, chegaram à esquadra local sob uma verdadeira tempestade de pedras. Como também aí não sentissem o refúgio seguro, fugiram do posto, tendo sido escovados e enxotados até cerca de 2 quilómetros da vila. Fugiram para os lados de Faro, sempre aos tiros, contando à saída com a companhia da GNR que, mais folgada, à frente marcou o ritmo.

Este magnífico exemplo, de heroísmo e de carinho pela arte, é o significado que o povo atribui à frente da cultura, como parte integrante da frente mais vasta de luta que, diariamente, trava pela sua emancipação. Mostra como a arte, nas mãos do povo, é uma arma inestimável, que suscita o ódio

de todos os reaccionários, o que é formidável, e que a libertação dos trabalhadores se fará também, seguramente, com a libertação da arte popular.

A exploração do capital, sobre quem trabalha, estende-se a todos os planos e também, do mesmo modo feroz, à superestrutura. É a partir da "cultura", decrépita, que a burguesia exploradora vai tentando iludir alguns sectores menos avançados das massas. É contando, sobretudo, na ideologia revisionista, na mais inimiga e traiçoeira do povo, que todos os parasitas alimentam esperanças em prosseguir, por mais tempo, a opressão que todos os dias praticam sobre quem trabalha.

Os artistas democratas devem estudar este formidável acontecimento e tirar dele todos os ensinamentos úteis às suas tarefas. Devem comparar, o que ocorreu em Olhão, com o desprezo de que foram alvo as campanhas do MFA, os painéis colectivos dos sucessivos 10 de Junho em Belém e o isolamento destas e todas as provocações, em que a burguesia exploradora tentou atrelar os artistas à sua ideologia, corrupta como tropa de choque da "cultura" contra o povo, para oprimir o povo. Devem perguntar-se sobre a apatia votada às diversas tentativas de levar a arte dominante junto do povo e do ódio especial que este tem demonstrado pelas manifestações "culturais" do PCP, ponta de lança no nosso país, do programa da cultura-de-rapina forjado no conluio permanente entre as duas superpotências, o imperialismo ianque e o social-imperialismo revisionista soviético, que aspiram à redivisão da nossa Pátria, a esmagar o nosso povo e a nossa cultura, rica em tradições.

Os artistas democratas e patriotas devem, sem perda de tempo, escorraçar do seu seio todos os oportunistas e vendidos ao grande capital, os fascistas e os social-fascistas; e forjar entre si e o povo uma unidade de aço, feita de confiança nas massas, porque só elas são consequentes defensoras de uma cultura de democracia, de liberdade e de independência nacional.

Não devem temer a crítica do povo, devem estimulá-la, de modo a rectificar os seus trabalhos e obter todos os dias pequenas vitórias e depois grandes vitórias para a nossa cultura.



# OLHAR A REALIDADE E CRITICÁ-LA PARA A TRANSFORMAR!

## UMA EXPOSIÇÃO DE LUIS NORONHA DA COSTA

Nas exposições de artes plásticas realizadas nestes últimos dois anos e meio verificou-se o mesmo afastamento, aparente, dos acontecimentos da sociedade, tal como anteriormente, apesar das grandes e rápidas transformações políticas surgidas depois do 25 de Abril de 1974, derivadas do impetuoso fluxo do movimento das massas em luta.

A teoria, por demais estafada, das disciplinas estanques: de que a arte nada tem que ver com a realidade histórica ou que tendo, não é de si um reflexo directo, dominou ainda o espírito da esmagadora maioria das obras entretanto realizadas. A única alteração apontada como "bode espiatório" de certos problemas que "afligem" as artes tem sido a crise de mercado, reflexo da crise da economia. Sendo isso verdade e que, em alguns casos, tenha determinado a quantidade da produção dos trabalhos de arte, o aspecto principal, do ponto de vista da ideologia, é que a maioria dos artistas não soube ainda tomar posição face à luta de classes que é o motor da história, portanto da cultura, e prosseguem supondo que a arte pode marchar em paralelo aos fenómenos que, afinal, a determinam.

Embora dentro destes conceitos a exposição "1974-1975 UMA REFLEXÃO DE LUIS NORONHA COSTA", que esteve no AR-CO em Junho passado, evidenciou-se das restantes porque, de algum modo, o seu conteúdo está ligado à situação política decorrente na nossa sociedade.

O conjunto de cerca de 50 pinturas, inteiramente dedicado a denunciar o PCP social-fascista, colocou pela primeira vez, no panorama das artes em Portugal, um possível exemplo daquilo que poderá ser uma das tarefas que cabe aos artistas democratas assumir, no actual quadro da luta de classes: olhar a realidade e tomar uma posição sobre ela, no sentido de contribuir para a sua transformação.

### A IMPORTÂNCIA DA DENÚNCIA

Esta exposição e outros trabalhos expostos o ano passado sob o título "À PROCURA DO ESPAÇO-PÁTRIA PERDIDO", são o resultado da atenção que Luis Noronha da Costa tem dado às questões do desenvolvimento da política no nosso país, recusando, a seu modo, a concepção intemporal da arte e procurando ajustar o seu trabalho à realidade que vai observando.

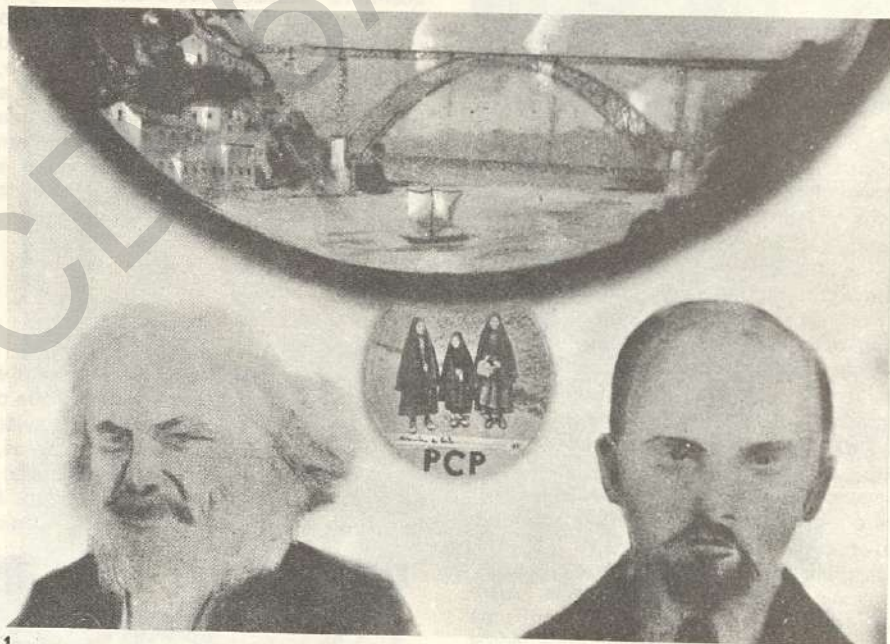
A par da qualidade das pinturas que revelam um excelente domínio da técnica, neste caso a pintura a pastel, esta exposição trás uma outra novidade e que é o facto de as próprias circunstâncias políticas, em que o movimento popular determina o curso da história na nossa sociedade, terem determinado que Noronha da Costa se exprimisse através do realismo quanto à forma. A unidade obtida entre o conteúdo e a forma permitiu-lhe também

provar que não são os cânones importados pela ingerência dos países estrangeiros na nossa cultura, que ajudarão a edificar uma arte que sirva os interesses dos intelectuais democratas portugueses. Se a exposição de Outubro do ano passado, na galeria Buchholz, reflectia já a necessidade de criar um tipo de arte que tivesse como eixo os acontecimentos da nossa sociedade, esta, mais ajustada às novas consequências, distingue de entre a política um assunto mais urgente de ser abordado, isola-o para melhor o criticar e com esse método mais maduro constitui em relação à anterior um passo em frente.

O conjunto das obras expostas, realizado em 1975, durante o período (antes e depois) próximo a 25 de Novembro, refere-se ao desenrolar dos acontecimentos que caracterizaram a política social-fascista dos IV e V governos provisórios e que culminaram com a tentativa de golpe de estado naquela data. Refere-se, sobretudo, a três pontos essenciais da política inteiramente fascista do PCP, não apenas durante os governos

figurados de costas voltadas para cenários que representam características da realidade portuguesa, evidenciando assim o papel que o PCP sempre assumiu de deturpar e impedir a fusão da ciência do proletariado internacional, o marxismo-leninismo, com as experiências das lutas do povo português (1).

Quanto à propaganda, dois aspectos ressaltam. Na figura 2 representa-se aquilo que todos nós já pudemos verificar nos cartazes do PCP, nomeadamente nos períodos eleitorais, e que são os apelos à mentalidade pequeno-burguesa, e as promessas de uma "vida melhor" feita de decadência e quinquilhas, pretendendo assim desviar a atenção dos problemas centrais que devem ocupar o espírito do povo em luta pela sua emancipação e, efectivamente, por uma vida melhor. A 3ª figura refere-se, por um lado, ao método que consiste em utilizar os mesmos instrumentos da publicidade dos detergentes para fazer a "propaganda política comunista" (para já não falar das enormes



em que deteve hegemonia política e militar, mas desde que existe e principalmente após a entrada em vigor da "democracia" abrista: o anti-marxismo congénito, os métodos de propaganda insidiosa e a actividade terrorista no seio do povo. Pontos estes indissociáveis e dependentes de um só que os engloba, o aviltamento constante do marxismo.

Sobre o anti-marxismo a preocupação de Noronha da Costa foi a de denunciar o facto de Marx e Lenine, através do PCP, se encontrarem completamente desligados do movimento popular em Portugal. Como forma de representar essa verdade, as figuras dos grandes mestres do proletariado internacional, que pinta com respeito, estão

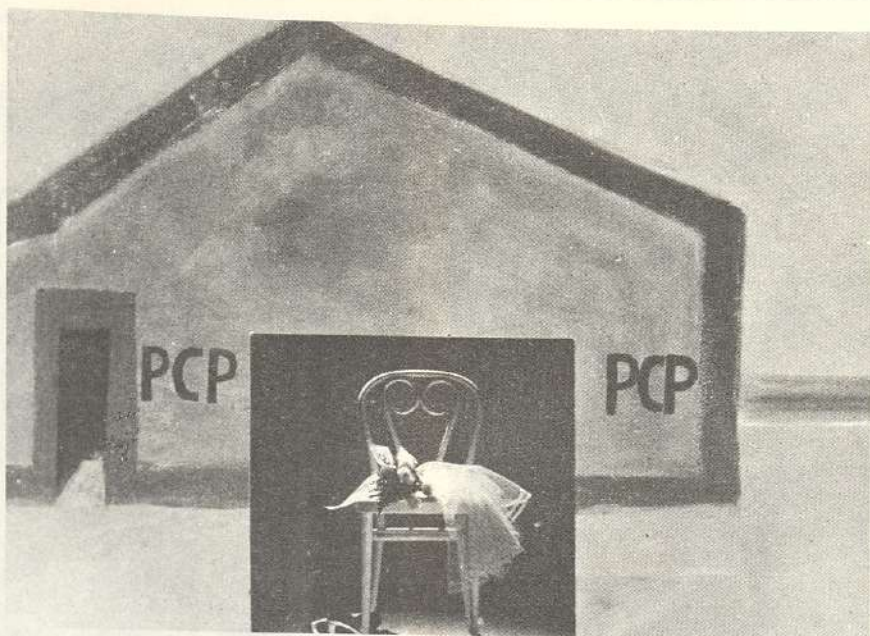
despesas e de quem as sustenta, o KGB) e por outro lado aquilo que foi a cristalização da ideologia social-fascista, caracterizada pelo populismo desbragado, na figura do hiper-filisteu "companheiro" Vasco. Propaganda essencialmente dirigida em dois sentidos: para os sentimentos recuados das massas e para a alienação e corrupção.

Referindo-se à tão apregoada "reforma agrária" social-fascista, Luis Noronha da Costa, na figura 4, denuncia os propósitos de tal "reforma" que consistem em promover uma nova burguesia rural. Uma nova casta que, promovida na relação directa à subserviência ao PCP, viria desempenhar o papel dos latifundiários, embora dentro de uma nova estrutura e





2



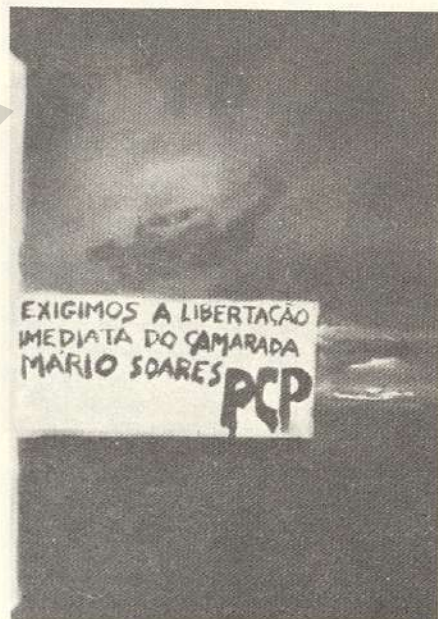
4



3



5



6 PORMENOR. "A MAIORIA DE ESQUERDA"

com outra linguagem adaptada à circunstância de o movimento camponês estar em marcha contra a exploração, de modo a desviar essa marcha para outros objectivos que lhe permitissem prosseguir o mesmo roubo desenfreado.

Sobre a "democracia", embora erradamente confundindo aquilo que são ataques ao povo com ataques a partidos que o povo também odeia, a figura 5 realça a política terrorista do PCP na tentativa de impôr a sua ditadura, completamente idêntica à que o povo português já conheceu, ou ainda o pior porque mais subreptícia, ainda que falando em "socialismo".

Um dos últimos trabalhos desta exposição, que foi sendo feita regularmente ao longo do referido período, é a conclusão que Noronha da Costa extrai de um dos resultados da tentativa de golpe de estado de 25 de Novembro. Apesar de enfiado até às orelhas no golpe, o PCP viria a contar com a porfiada ajuda dos outros partidos burgueses, desde o CDS à UDP, de quem

exigiu e conseguiu todos os certificados de bom comportamento. Particularmente do PS, de quem se esforça por obter a chamada maioria de esquerda, a minoria silenciosa da direita, que lhe permita lançar-se no novo golpe cuja preparação iniciou no dia 26.

### OS ERROS DA DENÚNCIA

O facto de Noronha da Costa ter partido de princípios que nada ajudam a ter uma visão correcta, completa e coerente para analisar a situação política, levou-o a cometer uma série de erros na análise e na denúncia. A filosofia de que se serviu, o existencialismo dos pessimistas alemães Nietzsche e Heidegger, filosofia inteiramente decadente, sem perspectivas quanto ao futuro e em que uma das principais bases de apoio é o individualismo, permitiu que tivesse reduzido o problema, o social-fascis-

mo, a uma questão pessoal quando se trata de um assunto de todo o povo contra o PCP.

A figura 7, que representa o sinistro Barreirinhas Cunhal junto à "boca do inferno", é bem o reflexo de até que ponto foi essa pessoalização, que está na base dos principais erros nesta exposição. Um dos erros mais evidentes, reportando-nos às imagens já referidas, para dar alguns exemplos, está em associar as figuras de Marx e Leniné ao partido social-fascista ainda que para o denunciar, quando a principal tarefa do PCP, durante todo o tempo em que pode difundir impunemente a sua mistela teórica reaccionária, foi a de deturpar a obra daqueles dois grandes mestres e dos seus continuadores por forma a impedir o desenvolvimento político-ideológico do nosso povo e substituir a ciência do proletariado revolucionário por toda a espécie de teorias fascistas revisionistas trotskistas, anarquistas, etc. Por outro lado aquela pintura não



7

refere os prodigiosos êxitos alcançados pelas massas populares na assimilação da política e de como a têm aplicado, no que se mostram cada vez menos incapazes de estabelecer aquela confusão. Também em matéria de teoria o PCP está completamente isolado como partido exageradamente revisionista.

A propaganda revisionista que é um manancial de aberrações, o espelho da sua política e um assunto que tem mais directamente a ver com as questões da cultura é abordado pouco mais para além de constatar a anarquia das inscrições murais (8) e a estupidez dos slogans e do "companheiro" Vasco como fenómeno dos órgãos da comunicação que eles dirigiam. O conteúdo anti-materialista e economicista que ele reveste, as tentativas de lumpenizar todo o povo com a imoralidade dos ataques à sua inteligência, ponto de honra dos discursos de V. G., e dos dias de trabalho para a nação ou das festarolas "culturais" em Belém ou na FIL, não aparecem referidos com a precisão necessária. A propaganda revolucionária que se opõe diametralmente aquela e que é a linguagem do povo em luta é ignorada.

A imagem que denuncia a "reforma agrária" e pretende que os objectivos últimos dessa nova burguesia rural seriam os prazeres do luxo, não aponta o significado fundamental de tal "reforma" que consiste em, uma vez acabadas as relações de produção pré-capitalistas, burocratizar e modernizar o sistema de exploração das terras, cujos lucros seriam monopolizados pelo estado da ditadura social-fascista, enquanto o povo via intensificada a sua opressão e miséria. Aquela pintura também não diz que contra essas medidas o povo camponês leva por diante a aplicação de uma reforma agrária camponesa e sob a qual se concentra o ódio do conjunto da burguesia exploradora, como mais nitidamente temos verificado nestes últimos tempos.

A maioria das obras, pela filosofia que as dirigiu, refugiam-se no intelectualismo laborioso em que o humor substitui a verdade, ainda que não a negue, e o papel das massas, únicas capazes de resolver do



8

esmagamento do social-fascismo na nossa Pátria, não é referido. Onde deveria haver um ataque certo e completamente demolidor como o assunto merece, a denúncia dilui-se na falta de confiança em derrubar o inimigo; o espectro da morte, o fatalismo face à opressão em causa, mistura-se repetidas vezes no tratamento das diversas obras e a denúncia criticando a realidade não visa transformá-la.

Apesar dos erros...

## DEPOIMENTO

Sobre esta exposição, no sentido de esclarecer alguns aspectos que a motivaram, recolhemos de Noronha da Costa o seguinte depoimento:

**A exposição na AR-CO esteve apenas uma semana. A crítica não se referiu a ela. Que significado atribues a este silêncio?**

É evidente que no momento que se atravessa, quer os marginais, como eu quero continuar a considerar-me, quer as instituições também marginais (como a AR-CO) tendem a ser esquecidos por todos, ou quase todos, os órgãos de informação, vista a necessidade do poder actual em transformar Portugal numa espécie de "tecnocracia da miséria". Dizia eu num outro dia que estávamos a assistir à "Asterixização" de Portugal. Portanto é possível que parte da crítica, — e a que poderia entender a exposição — não tenha sido informada da sua existência, ou que então — e por culpa minha — uma vez que a exposição esteve patente ao público durante apenas oito dias, não tenha tido portanto tempo de a ver.

Este fenómeno das "marginalizações" estende-se a todo o campo cultural actual, desde a Televisão até ao Cinema. O programa imbecil da Televisão dos tempos mais próximos, (uma televisão "portuguesa", para os "portugueses") bem ilustra o tal fenómeno de "Asterixização" de Portugal, a que há pouco me referia. É evidente que os tais "portugueses" mais

não são do que a vontade de permanência dos fantasmas da pequena-burguesia, que agora, alegando causas económicas, pretende criar uma tecnocracia ditatorial mascarada de "democracia", ao abrigo da Constituição.

**Qual foi a principal determinante do conjunto dos trabalhos expostos na AR-CO?**

Quando da penúltima exposição na Quadrum, mas em que se discutiam também estes trabalhos expostos na AR-CO, discussão essa longa, com alguns amigos, entre os quais João Bénard da Costa, este dizia: "Aquilo que me é bastante sensível nestes dois anos de trabalho — e eu acho que a ironia possível que tu quiseste dar ao título se acaba por dissolver completamente porque, de facto, são dois anos de trabalho — aquilo que, portanto, me surpreendeu fortemente no termo, na atitude e no "estar à escuta" é que não conheço muitos casos — é possível que eles existam, mas se existem eu não os conheço — de um "estar à escuta" tão atentamente de uma determinada realidade, como todo este trabalho traduz. Ou seja, e era aquilo que outro dia dizia o Luís, através de dois anos em que ele várias vezes se referiu à impossibilidade de trabalhar, à dificuldade de trabalhar, até à pergunta "para quê trabalhar?", resulta qualquer coisa que, a quem ignore todas essas dificuldades, aparece não só como um trabalho enorme mas como uma resposta quase pontual aos acontecimentos destes dois anos, ou seja, aparece como uma meditação fundamental para este momento a este País. Há um momento, nestes dois anos, significado no título de toda a exposição, "A Procura do Espaço-Pátria Perdido". Ora, se qualquer coisa existe que sintetize exactamente estes dois anos é, mais ou menos, uma expressão desta ordem, é o perguntar por um país numa série de encruzilhadas, numa série de momentos de verdade, de que resultará nós não sabemos muito bem o quê..."

Achas que esta exposição é uma expressão (e a melhor) da via patriótica para a arte de que já falavas em 1967?

Não sei. É certo que nada mais difícil há do que um autor falar do seu trabalho, ou se quiserem, fazer a sua auto-crítica, mas contudo parece-me que os trabalhos expostos na AR-CO mais não são do que uma fase de um determinado "estar à escuta" da realidade que nos rodeia. Como dizia o João Bénard é dessa atenção — ou desse "reflexo" — que uma obra pode nascer.

Neste sentido, quando a partir de uma situação "abstracta", ou "ambígua" eu pretendo, há já longos anos, reencontrar algo que tenha a ver com a "simplicidade" do esquecido, naquilo que nos rodeia, mais não pretendo do que o reencontro com um "Espaço-Pátria Perdido": "O homem esconde-nos as coisas", dizia Nietzsche. "Para encontrar a essência do Homem é preciso afastarmo-nos dele", dizia Heidegger. Não estará neste vazio, ou neste "espaço" perdido a alienação de que falava Marx?

O que é essa via, face à crise geral dos sistemas de arte que entram em falência nos anos 60?

O Godard dizia há tempos que aguardava com optimismo o fim do Cinema. Os anos 60 definiam a crise dos dois blocos imperialistas, o americano e o soviético, e a libertação da Vontade, estendida agora a nível revolucionário, de todos os povos oprimidos do Mundo. De 60 para cá os "desastres de la guerra" não têm senão aumentado, desde a derrota americana no Vietname até à evidente humilhação do "exército" português em África.

"O Deserto cresce, ai de quem protege o Deserto", dizia Nietzsche. A retirada dos deuses, o obscurecimento do contacto com o Mundo, do qual a arte representava em relação ao artesanato o modelo supremo, tinham desaparecido há muito com a revolução industrial. O artista teria que passar necessariamente a ser um "intelectual burguês", afastado de todos os processos produtivos e auto-construtivos das diversas sociedades e das diversas nações em vias de formação.

Se o artista tem uma função essa será então a de "desocultar" o que o "Homem unidimensional" tem de esconder. Se é neste sentido que vocês falam numa via patriótica para a arte, e que é preciso encontrá-la, estamos de acordo.

Está claro que essa via nada tem que ver com uma Televisão "nacional", dos "portugueses" e para os "portugueses", com a Heidi a falar português e toda uma série de disparates por aí adiante! Coitado do seu programador!

Ontem pelo menos para despedida tivemos o genial "So Red the Rose" de King Vidor; o que talvez seja mais importante para Portugal com P grande do que os "nus artísticos" "nacionais", do futuro segundo canal.

PENSAR — (—EM—PORTUGUÊS) terá provavelmente mais a ver com o que segue: "...a meia altura, um pesado portal românico convidou-nos a entrar. A fachada, também ela, era antiga; o edifício

devia ser daqueles que o tremor de terra havia poupado. Era a catedral de São Francisco da Sé. O aspecto das muralhas e dos arcos maciços tornava a sua sobrevivência incompreensível; o estilo românico é o único sólido que terá construído o Ocidente — a supor que se construa, como os Egípcios, não para séculos, mas para milénios. Este "para" não deve ser entendido no sentido de um designio; a substância, é aqui a vontade de absoluto que produz o edifício — a sua duração segue-se-lhe, como um dos seus atributos."

O sublinhado do último período é meu. O texto é de Ernst Junger. Alemão. Terá sido escrito na Floresta Negra...

## CONCLUSÃO

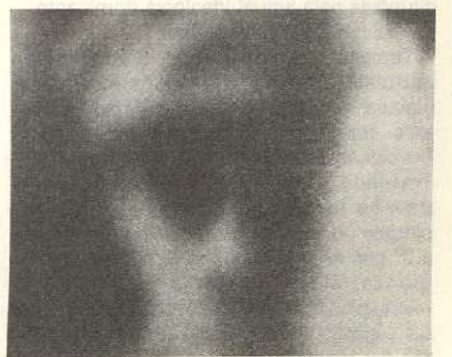
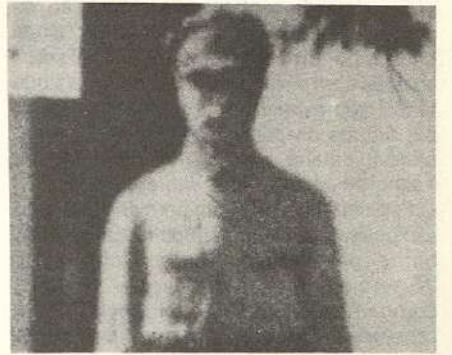
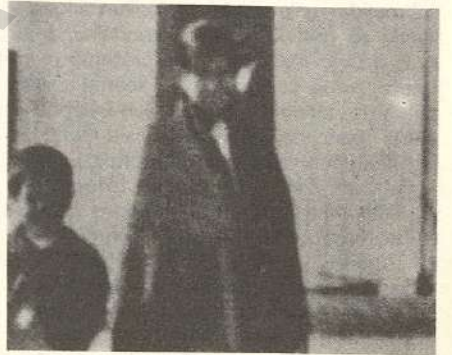
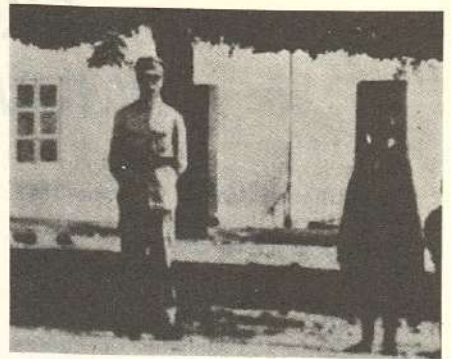
Destas quatro respostas queremos destacar um aspecto que está ligado a todo o trabalho que desenvolveu sob o título "A Procura do Espaço-Pátria Perdido" e que se estende a esta exposição. A concepção de Pátria que defende, derivada da consciência que tem da falência irreversível da burguesia, advém das concepções pessimistas de quem não consegue localizar o motor da história, a luta de classes, e atribuir-lhe a responsabilidade da derrocada da classe dominante. Ignorando o que seguirá àquela queda, supondo que daí advirá o vazio, o deserto, porque também não percebe quem está ao leme do motor da história, o proletariado, Luís Noronha da Costa limita-se a "sonhar" com uma espécie de "paraliso-perdido", numa situação indefinida que não sendo o passado, que conhece e rejeita é um futuro que desconhece e teme, ainda que pense que ele deva ser novo e melhor. É neste contexto que define a noção de pátria como uma terra imaterial, com liberdade e cultura acima das classes, onde não hajam guerras, etc... etc..., onde o "homem unidimensional" se sinta feliz.

Não defendemos o conceito de "homem unidimensional" porque os homens se dividem em classes e é como prova disso a uma luta de classes feroz a que assistimos na nossa sociedade e que vai determinar a queda de uma delas, a burguesia exploradora. O que se lhe seguirá será decerto um mundo novo, uma dada Pátria de uma classe, o proletariado, em que se assistirá ao reabilitar das ricas tradições culturais com vista a uma efectiva independência nacional.

A História foi sempre feita pelo povo apesar de nas sociedades divididas em classes ela se apresentar com o selo da classe dominante. O conceito de Pátria deve ser entendido como o conjunto de todo o Povo, numa situação de independência de todos os inimigos exteriores e os seus lacaios internos e não como um qualquer espaço onde aparentemente não haja contradições.

Em Nietzsche o deserto que cresce é a morte da burguesia e acaba por ser a falência da sua própria filosofia.

Viva o deserto!



Da exposição "A procura do Espaço-Pátria perdido", em Outubro, na galeria Buchholz.

# EXPOSIÇÃO SOBRE A "JUVENTUDE SOVIÉTICA"

A exposição "sobre a juventude" soviética que esteve recentemente em Portugal, percorrendo diversos pontos do País, merece que façamos sobre ela algumas considerações, ainda que tenha sido votada ao ostracismo pelo povo, apesar dos largos milhares de contos dispendidos em propaganda, nos transportes e nas montagens.

Dirigida à juventude, por se saber que é a força fundamental das transformações da sociedade e a quem pertence o futuro, contando com o entusiasmo que normalmente a juventude dedica a tudo, esta exposição encerrava duas intenções fundamentais: a de fazer-se passar por uma exposição, verdadeira, da situação da juventude na URSS e a partir das imagens aliciatórias e corruptas que mostrava, átrelar, a essas ideias e vícios, a juventude portuguesa.

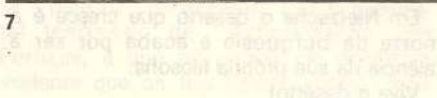
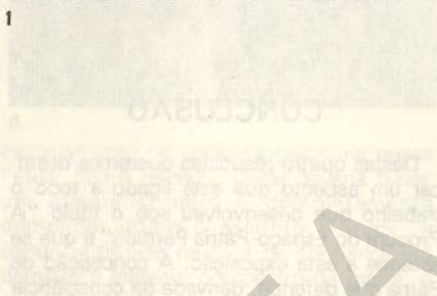
A situação da juventude na URSS que é a situação de exploração a que é submetida, pela actual camarilha dirigente ligada ao grande capital burocrático, e as suas aspirações quanto ao presente e ao futuro, entre as quais a de libertar a sua pátria do domínio da clique que usurpou o poder do estado socialista, após a morte de Estaline, é completamente escondida.

Feita na base de grandes fotografias panfletárias e alguns breves textos que se esforçavam por fazer passar o conteúdo, da corrupção nítida que as imagens nos davam, por reflexos de uma verdadeira sociedade socialista e de felicidade, esta exposição que poderia ter sido feita com imagens colhidas em Nova Iorque, é a prova clara da tentativa de submissão de um povo aos designios da burguesia. Onde o fascismo, disfarçando-se em "socialismo" aparece com a real dimensão, num país que tendo sido pioneiro do socialismo é agora, por virtude da política da clique dirigente, pioneiro do anti-comunismo mais elementar e simultaneamente mais subreptício.

Partindo de apenas um pormenor de toda a exposição, que é um grupo de cerca de 60 obras de jovens pintores chamados "futurologistas", passemos a ver, por comparação com a verdadeira arte socialista do período de Lenine e Estaline, até que ponto se estende a corrupção difundida pela actual ideologia dominante.

As ilustrações falam por si:

Tomemos como exemplo a pintura (1) intitulada "Uma Fábrica Cósmica" e a gravura do cartaz sobre o "1º de Maio", esta feita sob o espírito da Grande Revolução Socialista de Outubro de 1917. Tratando "ambas" do tema sobre o trabalho (ainda que a primeira tenha sido pintada por quem decerto nunca fez nada), a 2ª das duas imagens é, para além de um grande elogio à força dirigente da revolução, que é a classe operária, e ao seu dia sagrado, elaborada de forma materialista, de forma realista como é próprio da ideologia das sociedades que estão a construir o socialismo, enquanto a pintura futurologista nega a força dirigente do



proletariado, utiliza a linguagem metafísica de quem está contra a verdade e em favor do obscurantismo e de quem nutre o maior desprezo pelos operários, o seu trabalho, esforço e sacrifícios. E a posição de quem explora os operários e o povo.

Um outro exemplo acerca do modo como estes "artistas" nos querem fazer ver o mundo às avessas, está na imagem (3) intitulada "A Superior Civilização" e comparemo-la com uma outra obra de arte (4) da época da Rússia Socialista em alusão aos "Sábados Comunistas", em que todo o povo russo, sob a direcção do partido bolchevique dava um esforço suplementar no sentido de engrandecerem o seu país e melhorar as suas condições de vida. Enquanto na segunda destas duas imagens, o povo tem a sua verdadeira dimensão de força lutadora, consciente de que quer um mundo novo feito ao seu modo e que sabe organizar-se para vencer todos os obstáculos, na primeira imagem, não apenas não figura nenhum elemento do povo, como se não tivesse qualquer significado, como também é escamoteada a força motriz da história, a luta de classes. A "Superior Civilização" que não passa de um amontoado de riscos sem sentido, pretende entre outras coisas convencer de que a civilização superior, que efectivamente o povo um dia atingirá mas com um método e com muita luta, é uma coisa que cai do céu e portanto basta esperar. É claro que a camarilha Brejnev teme que o povo se levante e vai mandando os seus arautos "anunciar a paz" antes que desabe o telhado.

Outro tema de entre os mais curiosos, é o do "amor", que na perspectiva dos rapazes da burguesia soviética é expresso pela imagem (5), com o título "A Cidade do Amor", ou "Emmanuelle Soviética", como lhe dá vontade chamar, em que este assunto é tratado na perspectiva reaccionária-pornográfica que ultrapassa em imaginação o muito que se conhece do bas-fond dos restantes países capitalistas. Em que se pretende subverter a moral proletária reduzindo a questão do amor à escala do sexo da sociedade de consumo. Se compararmos esta imagem com uma outra (6) de ideologia proletária, também de origem soviética, onde tratando o mesmo assunto, mas dentro do conceito materialista, científico, de que não há amor sem causa como não há ódio sem causa. Em que o amor que existe entre os dois elementos do povo, camponeses, tem uma base real justificada, que assenta numa unidade forjada no dia-a-dia, no trabalho, na luta e nos sacrifícios, e que é também o amor entre dois elementos da mesma classe. Se compararmos estas duas imagens, vemos bem como marcha a toda a velocidade para a decomposição, para a alienação e para a corrupção moral, a ideologia da classe dominante na URSS, que também nesta matéria pretende alcançar a hegemonia no Mundo.

Mais um assunto e que completa uma série de características, que por agora nos pareceu importante abordar, é a questão de como na URSS se tratam os avanços da técnica, das relações que há entre a ciência e o povo, e a quem serve a ciência, dentro do espírito de melhorar as condições de vida. Na figura (7), reprodução de mais uma

pintura futurologista, com o título "Uma Digressão para o Passado", para além de se fazer a apologia da metafísica mais desbragada, a ciência é considerada como um privilégio dos ociosos, dos burgueses exploradores, dos parasitas do povo, a quem deve satisfazer todos os desejos até ao impossível.

Se a compararmos com a reprodução (8) de uma pintura da República Popular da China que se chama "A nossa Comuna popular criou a sua própria perfuradora" que relata como numa comuna rural, os camponeses, decididos em ultrapassar as suas dificuldades criaram uma máquina perfuradora, com que melhoraram as suas condições e os resultados do seu trabalho, é fácil verificar como é que num estado verdadeiramente socialista se aborda este assunto que é o desenvolvimento da técnica.

Enquanto na pintura futurologista se apregoa que a técnica deve ser propriedade da burguesia, na pintura socialista mostra-se quem é o verdadeiro criador da história, as potencialidades do povo e de como ele resolve as suas dificuldades à medida das necessidades da sua organização, negando o individualismo, o egoísmo e todas as ideias que venham contra a realidade e contra a vida em colectivo. E ainda aqui bastará referir que a pintura na República Popular da China é um instrumento de cultura que está nas mãos do povo, como no caso da pintura referida que foi executada por um camponês de uma comuna rural de Houshien, e não é privilégio de uma escassa minoria de parasitas que vivem à custa do povo e à custa de se expressarem contra o povo.

Por estes exemplos, por todos os outros que aqui não valeu a pena referir e por tudo o que se sabe nos domínios da política e da economia, ficamos com uma ideia do "socialismo" soviético de Brejnev e do chauvinismo de grande potência, que envia por esse mundo fora tudo o que contribua para alargar a sua influência e submeter os povos que pretende oprimir.

E também ficamos com uma ideia precisa daqueles que lhe dão cobertura cá dentro do nosso País.

1. Uma fábrica cósmica
2. 1920. 1.º de Maio
3. A superior civilização. G. Pocrovsky
4. 1919. Sábados comunistas
5. A cidade do amor. S. Gravich
6. O filho. L. Chtchiptchev
7. Uma digressão para o passado. G. Golovocov
8. A nossa comuna criou a sua própria perfuradora

# O BRINQUINHO OU BAILINHO

A Arte Popular, sector muito vasto no campo da cultura popular é uma forma de expressão artística espontânea dos operários, dos camponeses e de todos os trabalhadores que sendo muitas vezes utilizada como meio de subsistência, ensina-nos como o povo, de uma maneira simples mas laboriosa e sempre nova, demonstra o seu espírito criador. Transformando os materiais que recolhe dos locais onde habita, constrói peças que adapta às suas necessidades, compõe formas artísticas e retrata o seu meio ambiente, os seus costumes e tradições, dedica um grande carinho e rigor na elaboração das peças, enriquecendo o país e a história com trabalhos de grande valor cultural, na base dos quais tudo há a aprender sobre o passado, sobre o presente e sobre o futuro da sua vida e luta, merecendo por isso um estudo cuidadoso e preciso.

É com essa preocupação que nos debruçamos sobre o instrumento musical de origem popular, conhecido por Brinquinho ou Bailinho.

O Brinquinho é usado pelos grupos ou ranchos folclóricos da Ilha da Madeira, serve para marcar os ritmos das danças do povo e aparece também nos arraiais e romarias não fazendo contudo parte dos instrumentos que antigamente os romeiros(1) madeirenses usavam.

Um Brinquinho é o retrato em miniatura dum grupo folclórico da Ilha. Na Madeira a um grupo de elementos do povo que formam um rancho folclórico, também se chama Bailinho, bem como a certas danças executadas por estes. Os bonecos que retratam os elementos do grupo, estão vestidos como estes, com os trajos típicos da Ilha da Madeira ou seja de vilão ou vilão.

"...não é de origem madeirense e foi introduzido na ilha há menos de um século, sendo instrumento do folclore continental e um dos mais típicos das romarias do Minho e Douro, onde se chama Charola ou Cana de Bonecos. Estes figurantes fazem parte do grupo musical Festada, composto de sete tocadores que executam música e dança de dois até quatro pares em festas agrícolas e dos mestres de Guimarães... Transportada por foliões ou romeiros e colocada no couce da Festa em pano de fundo, ergue-se a Cana dos Bonecos - os (seculares) monecos de Guimarães - tão pitorescos e bailadores... que dão a sensação de uma parte do movimento coreográfico das danças".(2).

## TIPOS DE BRINQUINHOS

No desenho de L. Teixeira que ilustra o livro "Ilhas de Zargo" aparece um casal de vilões com uma espécie de Brinquinho de tamanho grande sem que o autor faça qualquer referência ao instrumento. Elementos do povo contactados recentemente lembram-se de que há poucos anos (oito ou dez) na freguesia da Camacha existiam uns bonecos de pano, dispostos numa vara ou cana, com fitas mais ou menos como retrata o desenho.

Na fotografia de um grupo folclórico da Madeira aparece um Brinquinho antigo composto por uma cana grossa e comprida,

dois círculos dispostos na extremidade da cana de diâmetros diferentes e forrados com carros de linhas onde estão colocados seis bonecos, quatro em baixo e dois em cima, e uma boneca na extremidade superior da cana. No interior da cana existe um ferro, ao qual estão presos os círculos, através duma ranhura na cana, que accionado pela mão do tocador com movimentos verticais e compassados, faz tocar as castanholas que os bonecos portam nas costas, marcando o ritmo das danças.

Em Setembro passado no arraial da Ponta Delgada (freguesia nortenha da Ilha da Madeira), apareceu um Brinquinho integrado num grupo de elementos do povo que dançavam e cantavam. De tamanho idêntico aos realizados actualmente era feito de uma forma muito simples. Um eixo central, onde estavam agarradas quatro bonecas de pano, retratando vilões, cada qual com uma castanhola nas costas e ao cimo um fato branco enfiado no eixo representando um vilão. Era accionado por um fio no exterior e ao longo do eixo, preso às castanholas.

Noutro grupo existia um marcador de ritmo de características muito diferentes dos até agora vistos, sendo mais ao menos igual ao Brinquinho nas proporções e estrutura. Quase todo feito em madeira, tem três ou quatro bonecos dispostos à volta do eixo, mas ao contrário de todos os outros Brinquinhos, estão colocados de costas para o centro. Os bonecos são pequenas esculturas bem talhadas em madeira escura e apresentam-se sem roupas. As castanholas são as bocas dos bonecos que tomam uma forma alongada sendo apenas o maxilar inferior móvel. Há duas bonecas, pequenas em relação aos bonecos, também sem os fatos típicos e que parece servirem só de ornamentação.

Existe ainda um pequeno sino que toca simultaneamente com as bocas dos bonecos (castanholas) accionados por um cordel.

Existiu ainda na Madeira até há poucos anos, outro tipo de Brinquinho que era feito pelo Sr. Neves do Caniço, já falecido e que tudo indica ser o Bailinho que ilustra as "Ilhas de Zargo" e o primeiro a ser comercializado.

## O BRINQUINHO HOJE

Tal como toda a Arte Popular, o Brinquinho reflecte as transformações sociais, económicas e políticas, e hoje em dia além de ser usado nos grupos folclóricos e nos arraiais, é feito e vendido para o turismo como objecto de recordação da Ilha da Madeira.

Existem actualmente à venda ao público, dois estilos de Brinquinho. Os do Sr. Cardoso, com que não foi possível contactar, e os do Sr. José Crisóstomo que acedeu a que fizéssemos a reportagem que ilustra o texto.

Há anos atrás e devido a rivalidades entre eles, nascidas a partir do Brinquinho, levou a que o sr. José Crisóstomo, por imposição das leis do regime fascista de então, fosse obrigado a alterar, investigando vários tipos

do estilo do Brinquinho. Devido à imposição da lei burguesa e demonstrando grande capacidade criativa, alterou alguns pormenores nas formas e introduziu dois novos estilos na história deste instrumento de origem popular. Inventou um tipo de

Comercializou o sr. José Crisóstomo um tipo de Brinquinho, mais parecido com os modelos antigos, que podem ter 3, 4 ou 5 bonecos dispostos à volta da cana e um vilão ou casal de vilões no cimo desta. Os bonecos estão agarrados por uma só mão, tendo na outra as castanholas que nos Bailinhos mais antigos (como podemos observar na fotografia do rancho folclórico) bem como nos Brinquinhos do sr. Neves e sr. Cardoso, estão presos com as duas mãos ao círculo superior e as castanholas figuram nas costas de cada boneco. No desenho de L.T. parece existir no topo da cana, uma só castanhola grande.

No Brinquinho do sr. Cardoso o vilão colocado na extremidade superior da cana, bate simultaneamente com um ferrinho que sustém na mão, numa espécie de campainha presa à outra e com o pé no chão. O sr. José Crisóstomo retrata-o com um tipo de viola que poderá representar uma braguinha ou um rajão, instrumentos tocados pelo povo nas festas ou arraiais ou nos grupos folclóricos.

## A CONSTRUÇÃO DO BRINQUINHO HOJE

A construção do Brinquinho é feita de uma forma simples, mas trabalhosa, como podemos observar nas gravuras, transformando e adaptando o material recolhido. Canas (cana vieira; de roca ou simplesmente cana de foguete), verga grossa (arame), canelo de lenha (tronco de pinheiro ainda novo e delgado, depois de retirada a casca e cortado aos pedaços), madeira, fita plástica colorida, vimes, barbante grosso (tipo de cordel) firmando assim peça a peça a obra a realizar.

Também na construção de cada boneco podemos observar a capacidade criativa ou de como com um pedaço de vime (pescoço) três pedaços de verga fina (braços, pernas e suporte do pescoço), se forma o esqueleto do boneco que depois de vestido com as roupas tradicionais dos vilões e vilões se apresentam no boneco propriamente dito.

Há anos atrás, quase todo o material utilizado na confecção dos bonecos eram mais fortes e resistentes podendo ser mais duradouros, como na qualidade da madeira, em especial das castanholas, ou no material das botas dos bonecos, que eram de cabedal e agora dão de papel de embrulho castanho e na qualidade dos tecidos que vestem os bonecos. Eis o reflexo, nestes três exemplares, da política económica desta país, onde mostra como a exploração atinge o povo em todos os aspectos da sua actividade, reflectindo-se evidentemente na sua cultura.

Enquanto a Arte Popular é asfixiada por todos os modos, a arte burguesa dispõe de todos os meios.



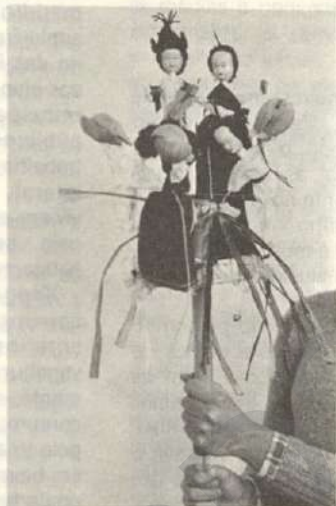
BRINQUINHO DO SR. CARDOSO



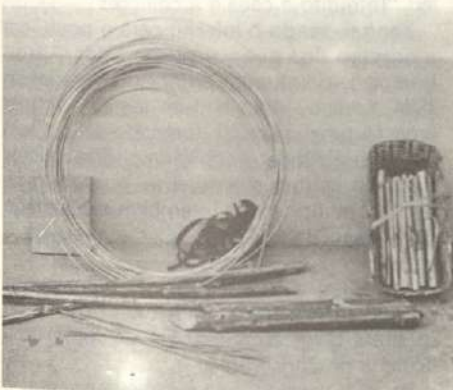
BRINQUINHO DO SR. JOSÉ CRISÓSTOMO não comercializado



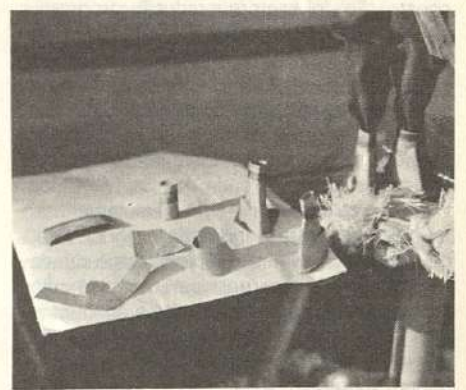
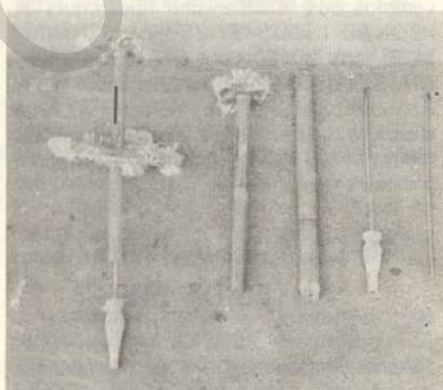
Brinquinho do Sr. José Crisóstomo em miniatura



Desenho de L. Teixeira



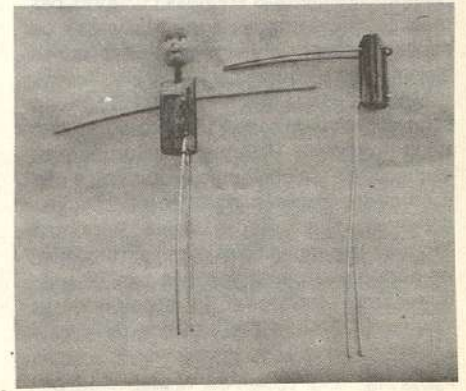
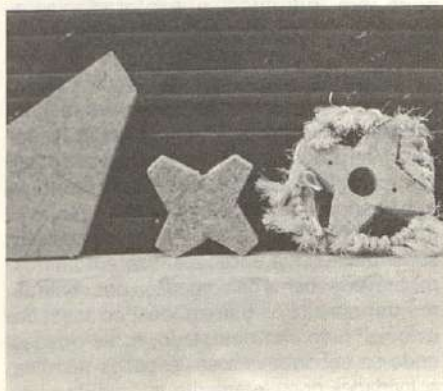
Material recolhido. Canas, canelos de lenha, vimes, verga grossa e madeira.



① ROMEIROS

Elementos do povo, agrupados em famílias e amigos, que atingiam as largas dezenas, e que antigamente deslocavam-se de umas para outras freguesias para irem aos arraiais na Ilha da Madeira.

Nas longas caminhadas que por vezes duravam dias, iam cantando e dançando à medida que caminhavam e ao som dos instrumentos musicais que traziam. Dormiam nas igrejas ou "casas dosromeiros".



② "Ilhas de Zargo" do Padre Eduardo C. N. Pereira

# A ARQUITECTURA E O URBANISMO NA CHINA SOCIALISTA .1

*O texto que apresentamos é a tradução de uma exposição feita em Maio de 1973 pelo "Comité 14ème Arr. des Amitiés Franco-Chinoises".*

*Julgamos importante a sua difusão porque, através dele, constatamos como, ao nível da Arquitectura e do Urbanismo, foram e estão a ser resolvidos na China todos os problemas que enfermam a nossa sociedade: a contradição cidade-campo, a falta de habitações, os bairros de lata, os transportes, etc.*

*Mas a lição mais importante a tirar é a de que tal só é possível com a participação das massas dirigidas pela classe operária e em estreita ligação com o seu partido, o P.C. da China.*

*Como se diz a certa altura: "...as palavras de ordem de Mao Tsé Tung não são impostas de cima, são antes a síntese e a generalização das experiências mais avançadas das massas populares."*

## INTRODUÇÃO

Na China não há arquitectura "moderna", "formas" novas, etc., tais como são geralmente entendidas no Ocidente. Mas a China é um país socialista, e o importante não são algumas realizações experimentais e audaciosas que dissimulam a pobreza arquitectónica da massa dos edifícios, mas, pelo contrário, o próprio nível da produção em massa. Deste modo, não se acentua a investigação arquitectónica visando soluções experimentais que, materialmente, seriam irrealizáveis em grande série, mas visando soluções práticas, de fácil construção e económicas. Portanto, enquanto as forças produtivas permaneceram relativamente sub-desenvolvidas, como ainda acontece na China, será inútil esperar uma arquitectura de alto nível técnico.

A primeira preocupação em matéria de construção, foi sempre a redução progressiva da crise da habitação legada pela anterior sociedade. Que todos tivessem um tecto, foi o objectivo primordial, hoje totalmente alcançado. Entretanto há que fazer um enorme esforço no sentido de melhorar o habitat existente, de renovar e dar mais espaço a cada família. A China venceu o atraso em matéria de alojamentos, tal como fez para a indústria e agricultura, de modo incrivelmente rápido, como nunca foi conseguido em nenhum país. Já não existem bairros de lata, casebres ou guetos reservados a minorias, facto de que, nem os países ocidentais mais industrializados se podem vangloriar. Tudo isto aconteceu não só porque a economia é planificada, racional e não burocrática, mas também pela mobilização das energias criadoras das massas. De facto são muitas vezes os habitantes quem constrói os seus próprios alojamentos e equipamentos.

Mas, talvez o mais interessante neste salto quantitativo seja o aspecto qualitativo no domínio do Urbanismo. Com efeito esquecemos amiúde que a Arquitectura não é somente questão das "formas" mas, sobretudo, das relações sociais: a mesma "forma" (leia-se edifício) num bairro chinês, ou num bairro parisiense, não tem de todo o mesmo "conteúdo", porque estas "formas" são "sobredeterminadas" pela sociedade na qual se inscrevem. E é neste ponto que a Arquitectura e, particularmen-

te, o Urbanismo nos interessam. Claro que no nosso país tudo é diferente: a relação entre a cidade e o campo, o modo de vida, o planeamento territorial, as relações sociais que se estabelecem, tanto nos bairros como nos locais de trabalho, o ensino da Arquitectura, tudo isto é muito "original" e, ao fim e ao cabo, bem elucidativo do que é um PAIS SOCIALISTA.

Para melhor medir o caminho percorrido desde a revolução de 1949, precisamos de saber, em primeiro lugar, como eram as cidades. Depois, exporemos os princípios gerais do PLANEAMENTO TERRITORIAL que é o quadro geral no qual se inscreve o urbanismo local; em seguida falaremos das cidades actuais, mostrando as transformações sofridas. Depois analisaremos o ensino da Arquitectura e do Urbanismo; por fim veremos qual o urbanismo que regula as "ZONAS INDUSTRIAIS" e os "BAIROS", ou melhor as "RELAÇÕES SOCIAIS" que aí se estabelecem... A Arquitectura e o Urbanismo na China socialista, apesar do relativo sub-desenvolvimento do país, já nos fornecem ensinamentos notáveis.

## AS CIDADES CHINESAS ANTES DE 1949

Apesar de todas as suas particularidades (económicas, físicas, geográficas, etc.) as cidades chinesas antes de 1949 eram fundamentalmente iguais: cidades onde o povo era oprimido e explorado pelo feudalismo e colonialismo. Na China semi-feudal-semi colonial de então, tudo era feito para oprimir o povo. Este facto estava profundamente marcado na estrutura das próprias cidades que eram um amontoado de construções e de homens. O êxodo rural obrigava os camponeses pobres, e os trabalhadores rurais e os artesãos arruinados a fugirem para as cidades já superlotadas, e a encaixarem-se em bairros miseráveis, bem demarcados dos bairros residenciais, dos bairros de "concessão colonial", etc. Por outro lado, estas cidades onde se encontravam em espaços restritos actividades completamente improdutivas e,

evidentemente, reservadas às classes dirigentes (restaurantes, cabarets, comércio, casas de jogo, prostíbulos, edifícios de escritórios), sobrevivem à custa do campo. É por isto que os chineses lhes chamam "cidades de consumo". As poucas indústrias existentes permitiam a obtenção de lucros chorudos aos colonialistas ocidentais ou aos reaccionários do Kuomintang, além de poluírem gravemente os bairros circundantes. Para concretização de tudo o que dissemos, apontamos, resumidamente, certos aspectos de algumas cidades.

Cantão, grande metrópole da China meridional, foi invadida pelo exército anglo-francês em 1857. A ilha Shanar, no rio das Pérolas, era a sua concessão onde aos chineses era proibido percorrerem a rua principal ou sentarem-se nos bancos públicos... Os operários chineses que aí trabalhavam deviam passar por uma porta lateral, inclinando-se. Onze mil famílias viviam em sampans atracados ao longo do cais, sendo-lhes negado o direito de habitarem em terra firme.

Xangai era a capital do vício, da corrupção e dos "prazeres": nos anos anteriores à libertação existiam 90000 vagabundos, 30000 prostitutas e, anualmente, cometiam-se 13000 crimes de delito comum; 25% da população desta megalópole (mais de 10 milhões de habitantes) viva em bairros de lata, em barracas de madeira ou de terra batida. A segregação entre ricos e pobres era completa: à entrada do Parque Honangpon havia uma placa onde se podia ler: "Interdito a cães e a chineses".

Xangai, sendo o inferno para o povo, era o paraíso dos aventureiros: Silas Aaron Hardoon, aventureiro britânico chegado em 1874, traficou ópio e num instante reuniu uma fortuna colossal tornando-se o "rei" das propriedades imobiliárias. Ellia Victor Sassoon, outro aventureiro, possuía mais de 1900 edifícios. Era também proprietário de 7 das 28 construções com mais de 9 andares.

Nanquim: a Rua Konghuan com menos de 500 m de comprimento, contava 84 cabarets e restaurantes. Era de facto uma "cidade de consumo".

Pequim também não escapava à regra: a Ocidente e a Oriente situavam-se os bairros dos ricos. Os trabalhadores amontoavam-se a Sul e a Norte em ruelas porcas, onde a água "potável" dos poços era amarga. O lixo acumulava-se por toda a parte. Na zona W da cidade havia antigamente uma vala com alguns metros de profundidade, chamada Fosso dos Dois Dragões; como aí despejassem lixo continuamente, depressa se transformou na Passagem dos Dois Dragões e depois na Colina dos Dois Dragões. Havia várias colinas semelhantes a esta na cidade. Poderíamos multiplicar os exemplos, mas o que foi dito basta para se concluir que todas estas cidades estavam estigmatizadas por uma sociedade de classes, onde o povo era cruelmente explorado e oprimido.



## AS TRANSFORMAÇÕES REVOLUCIONÁRIAS

Em 1949, após uma longa luta conduzida pelo P.C. Chinês, durante mais de 15 anos, o povo tomou o poder e estabeleceu um regime socialista. A reacção do Kuomintang, altos dignatários, mandarins, senhores feudais, latifundiários, burguesia compradora, todos estes exploradores do povo, foram derrubados, e os colonialistas estrangeiros foram expulsos e expropriados. Inaugurava-se uma época nova. Mas não foi por tal que as dificuldades diminuíram ou acabaram: era necessário edificar o socialismo num país muito atrasado, com uma enorme população agrícola, com todo um passado de obscurantismo e de hábitos ancestrais que se impunha extirpar. Tarefa gigantesca tendo em conta os 700 milhões de habitantes dispersos por uma área imensa, com enormes diferenças entre regiões, e, as amiúde, profundas incompreensões entre as diferentes nacionalidades. E, contudo, em apenas 24 anos que enormes modificações se verificaram! A China tornou-se uma potência independente cuja audiência no concerto das nações se reforça cada vez mais; edificou uma agricultura e indústrias novas que já permitem que todos comam, se vistam e habitem condignamente. E sobretudo transformou os homens: modificando-se as relações de produção, alterou-se a sua maneira de pensar; a velha ideologia feudal e burguesa, os velhos costumes atrasados, o individualismo, o egoísmo, frutos do modo de produção anteriores, deram lugar a uma nova ideologia, a uma nova moral proletária, que consiste em colocar o interesse colectivo acima do interesse individual. Todas estas modificações implicaram uma luta intensa, entre os partidários de uma via socialista e os da restauração capitalista. Se esta luta se desenrola por vezes abertamente (como aconteceu durante a Revolução Cultural) é, contudo, omnipresente. Evidentemente que tanto a Arquitectura como o Urbanismo são condicionados por estas transformações, e são o próprio reflexo destas lutas. São, portanto, coisas importantes que convém não descurar.

Vejamos que modificações trouxe esta revolução e a construção do Socialismo no domínio da Arquitectura e do Urbanismo.

### O PLANEAMENTO TERRITORIAL

O urbanismo de cada cidade inscreve-se no planeamento do território. Qual era a situação na véspera da revolução? Por razões tanto naturais (geográficas, climáticas, etc.), como sociais, quase toda a população estava concentrada a Oriente, ao longo da costa, enquanto os imensos territórios do Ocidente eram deixados desocupados. O mesmo acontecia com as cidades, concentradas nas planícies levantinas. Existiam, portanto, regiões relativamente desenvolvidas e outras atrasadas. Dissemos que este era o resultado, não somente das condições naturais, mas também de causas sociais. Assim, numa sociedade socialista, impunha-se que se organizasse uma melhor distribuição dos homens e das actividades por todo o

território, permitindo que as províncias mais atrasadas, recuperassem parcialmente esse atraso. Milhares de pessoas das regiões mais povoadas vieram instalar-se nas regiões menos desenvolvidas. Importantes facilidades (investimentos do Estado, etc.) foram concedidas tendo em vista a industrialização.

O desenvolvimento industrial não se baseia na criação de enormes parques industriais, privilegiando a indústria pesada excessivamente. Pelo contrário, a tónica foi posta na difusão industrial: assim desenvolvem-se as bases industriais que permitem uma luta mais fácil contra a poluição. Procura-se desenvolver não somente a indústria pesada, mas também a indústria ligeira; não somente as grandes empresas, mas também as pequenas e as médias. Estas últimas actualmente representam cerca de 65% do valor industrial global. Deste facto resultam inúmeras vantagens: as médias e pequenas empresas permitem industrializar o campo com um pequeno investimento inicial, e, geralmente, podem arrancar com os meios locais. Por outro lado ocasionam uma melhor mobilização das energias criadoras das massas e, por fim, dão azo a que as próprias massas se ocupem da sua concepção, execução, funcionamento e gestão.

A antiga divisão do trabalho, fruto de todos os modos de produção anteriores, devia, no Socialismo, ser transformada numa divisão socialista do trabalho. Quais eram então as características da antiga divisão do trabalho? Essencialmente três: entre operários e camponeses, cidade e campo, trabalho manual e trabalho intelectual. A separação entre cidade e campo é a primeira divisão do trabalho. Como tal, condiciona de algum modo todas as outras. É por isto que o planeamento industrial, agrícola e urbano do território tem uma grande importância para o futuro socialismo. O traço mais característico do Urbanismo chinês é justamente esta fusão entre cidade e campo: vimos como uma política de bases industriais dispersas permite industrializar e equipar os campos, como as pequenas e médias favorecem as combinações entre agricultura e indústria. Por outro lado, encoraja-se a construção de pequenas cidades, mais que as cidades tentaculares, visando sempre o mesmo objectivo.

A China é, portanto, um dos poucos países do mundo onde as cidades não crescem em prejuízo do campo. Acabou-se o êxodo rural. Melhor ainda, está a dar-se um processo de DESURBANIZAÇÃO: a população urbana representava 18% da população total em 1960 (a mais alta taxa de urbanização jamais atingida), em 1969 esta taxa reduziu-se para 14%.

O planeamento territorial está incluído no plano quinquenal. Este plano, válido para toda a China, é completado e precisado pelos planos provinciais, municipais, das comunas populares e dos municípios, e, ainda mais detalhadamente, ao nível da brigada e da equipa de produção, da fábrica e do atelier de produção. Processam-se sem paragem, vai-e-véns entre a planificação central e os planos locais, o que permite o ajustamento progressivo entre os diferentes planos, tendo em conta os interesses nacionais, locais e individuais.

Estando definido o quadro geral, vejamos agora, mais em detalhe, as modificações que se deram nas cidades chinesas.

### AS CIDADES ACTUAIS

O primeiro objectivo foi o de dar um tecto a todos: após 1949 procedeu-se a uma melhor distribuição do património imobiliário existente. Depois foi necessário construir e renovar. No lugar dos pardiões elevaram-se edifícios de 4/5 andares. Desde então já se construíram em Pequim 20 000 m<sup>2</sup> de alojamentos, e 24 000 000 m<sup>2</sup> em Xangai. Hoje em dia, em Pequim, a superfície média de alojamento/pessoa é de 4 m<sup>2</sup> (o que é pouco e resulta em habitações superlotadas), esperam conseguir-se proximamente os 6 m<sup>2</sup>, e num futuro mais distante os 9 m<sup>2</sup>. A construção do alojamento está planificada. Cada plano quinquenal reserva um capítulo à construção urbana. Todas as despesas de investimento estão a cargo do Estado. Estão-no igualmente, por intermédio dos municípios, os encargos de gestão e conservação dos imóveis. O Estado fixa as rendas em 3% a 5% do salário médio dos operários ou empregados. Há várias categorias de habitações, cujos preços variam de 20 feus mensais/m<sup>2</sup> para as melhores, a 10 feus mensais/m<sup>2</sup> para as piores (1 yuan = 100 feus; salário médio de um operário = 60 yuans).

Para além deste grande esforço de construção, as cidades modificaram-se muito; em Pequim, após a libertação, removeram-se 200 000 t de lixo. No local onde existiam pântanos construíram-se parques culturais.

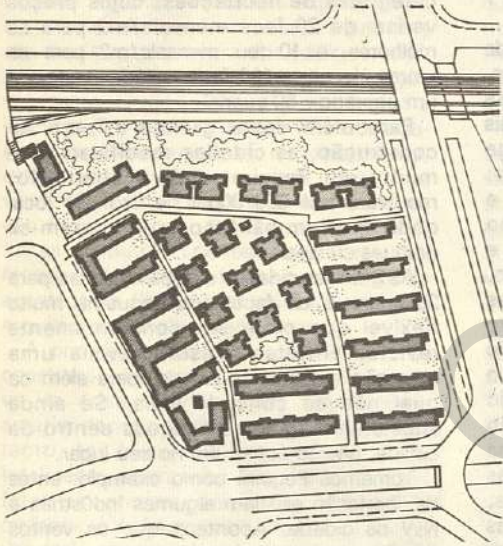
As grandes cidades são planificadas para 20 anos; é de facto um esquema muito flexível que pode ser constantemente revisto. Entretanto está prevista uma extensão máxima da cidade, para além da qual não se constrói mais. Se ainda subsistem campos e bosques dentro da cidade, não se construírá no seu lugar.

Tomemos Pequim como exemplo: antes da libertação existiam algumas indústrias a NW da cidade. Acontece que os ventos dominantes sopram dessa direcção e espalhavam os fumos por toda a parte. Depois de 1949 as indústrias foram replantadas em função desta característica: a indústria metalúrgica não poluidora permaneceu a NW, as indústrias poluidoras foram reagrupadas a SE, enfim as pequenas indústrias não poluidoras (relojaria, artesanato, moagem, pequenos ateliers, indústrias alimentares) foram reintegradas na cidade, que assim perdeu o seu carácter de "cidade de consumo". Tornou-se produtiva. As grandes e médias empresas têm geralmente as suas próprias quintas o que permite uma estreita ligação entre indústria e agricultura, entre operário e camponês.

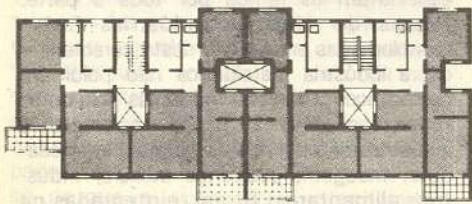
O que nos choca nas cidades chinesas é o seu aspecto campestre. Em 1958, Mao Tsé Tung lançou a seguinte palavra de ordem: "Dar verdura à nossa terra, de modo a que a terra se cubra de jardins". O Socialismo, ao suprimir o valor mercantil dos terrenos e a especulação imobiliária dos solos, suprime também o fundamento económico da concentração e da densidade urbanas. Em Pequim, todos os anos se plantam cerca de 500 000 árvores



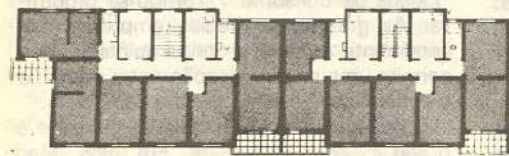
1



2



3A



4A

O Bairro de Melon em Xangai destina-se a realojar as populações que anteriormente à Libertação viviam em bairros de lata:

1 - Vista geral

2 - Planta

3 e 4 - Bloco de apartamentos. Planta do piso tipo.



3



4

fornechas pelo Estado. Na primavera e no outono os funcionários do florestamento e as massas populares plantam árvores em torno das fábricas, dos edifícios públicos, nos bairros, etc. Assim, pouco a pouco, o aspecto urbano esfuma-se e dá lugar a uma imagem verdejante. De tal modo que se chega a pôr a questão: o que é a cidade, o que é o campo? Começam a difundir-se tanto, que se torna difícil diferenciá-los, sobretudo nos bairros recentes, onde se pode fundir cidade e campo. Nos bairros de algumas cidades mais antigas, este processo é muito mais lento.

Quais são as vantagens da fusão entre cidade e campo, entre indústria e agricultura? Para já é a proximidade entre o habitat e o trabalho, pela redução da distância e dos tempos de transporte. Com efeito não se constrói uma fábrica sem os alojamentos correspondentes. Embora trabalho e habitat estejam distanciados (geralmente vai-se a pé para o trabalho) encorajam-se os transportes colectivos. A viatura individual não está à venda, o que corresponde não só a uma opção económica, mas também a uma opção política. Os autocarros são muitos e alguns percursos funcionam durante toda a noite. A bicicleta, muito maneável e não poluidora, é o meio de transporte mais vulgar. Os chineses não são capazes de imaginar que alguns países se permaneça horas dentro dos automóveis, quase imóveis, no meio de qualquer engarrafamento. Numa outra perspectiva de desenvolvimento dos transportes colectivos procede-se actualmente à construção do metropolitano de Pequim, que tem igualmente a vantagem de poder servir de abrigo em caso de guerra. E o urbanismo subterrâneo talvez seja uma das características mais originais de urbanismo chinês: grandes armazéns, fábricas, hospitais, são desde já construídos subterraneamente. O governo chinês aprendeu a lição do Vietnam e não quer expôr inutilmente a vida do povo.

A segunda vantagem da fusão cidade-campo é a luta contra a poluição: sabemos que as árvores absorvem muitas poeiras, daí o interesse em proceder a plantações maciças nas cidades. Neste domínio, tal como nos outros, defrontaram-se os partidários da via da restauração do capitalismo, e os da via socialista. Os primeiros diziam: "Como quereis que a China se ocupe dos problemas da poluição, quando os países mais industrializados ainda não se dedicaram a ele, e nós estamos tão atrasados", tal atitude teria como consequência a falta de atenção pela saúde do povo; enquanto Mao disse: "Partir em tudo do interesse do povo". É por isto, embora a China não seja ainda um país muito industrializado, que há uma grande preocupação com a poluição. Sempre que se constrói uma fábrica, prevê-se o modo de tratar e recuperar os dejectos, sem o que não será concedida autorização para a construção. Um bom exemplo da cooperação entre a cidade e o campo é-nos dado pelo tratamento do lixo em Pequim: diariamente produzem-se 2700 t de lixo doméstico, que é recolhido e centralizado em depósitos especiais na periferia da cidade. Aí, os membros das Comunas Populares separam as matérias

orgânicas dos outros detritos. Aquelas são empilhadas e cobertas com terra delida, para evitar os maus-cheiros; algum tempo depois este lixo transformou-se em rico fertilizante negro. As duas dezenas de depósitos de lixo produzem anualmente 1,5 milhões t de fertilizante que é distribuído por mais de trinta Comunas Populares, e algumas dezenas de explorações agrícolas e florestais do Estado. Deste modo o que é lixo para alguns não o é para outros. Somente a cooperação (e não a concorrência) entre os diferentes sectores industriais e as explorações agrícolas, permite que se utilizem sem desperdício todas as riquezas produzidas pelo povo.

Quem quer que vá à China fica admirado com a limpeza das cidades. Não se trata de um caso. A limpeza das cidades é tarefa de todos: sete ou oito vezes por ano toda a gente (quadros, soldados, operários, estudantes, simples habitantes) participa em grandes movimentos de limpeza à escala da

cidade. Equipas de Trabalho são organizadas pelo Comité Revolucionário Municipal. Entretanto há, também, pessoal especializado que se dedica à recolha de lixos, e à limpeza das ruas. Na China não há trabalhos degradantes e, varrer as ruas, contribui tanto para a edificação do Socialismo como qualquer outra tarefa. Os "Almeidas" são objecto de carinha da população, que lhes oferece alimentos e bebidas. Estes pequenos "nadas" são bem reveladores das relações sociais.

Quais são os resultados práticos, para a produção, de todas estas medidas? Acabou-se com a acumulação das pessoas, o ar não é viciado (os americanos ficaram muito surpreendidos quando constataram que só a cidade de Los Angeles polui tanto como toda a China!), não há engarrafamentos. A rua torna-se de facto um lugar social, a julgar pelo número de pessoas que diariamente fazem os seus exercícios de ginástica ao ar livre.



5 - Blocos de apartamentos em Shuitui, Pequim



6 - Blocos de apartamentos em Chungshan Road 3, Chungking

# "PORTUGAL, AN II"

## SOBRE O N.º 158 DA REVISTA "ARCHITECTURE D'AUJOURD'HUI"

O número 185 da revista francesa "L'architecture d'aujourd'hui", é dedicado a Portugal, ano II (para eles).

A capa, como se pode ver pela gravura junta, é um desenho de João Abel Manta que à semelhança das dezenas de gravuras que as suas "famosas" mãos têm dado à luz, representa o povo tal como ele gostaria que o povo estivesse. Desta vez o seu inegável virtuosismo formal pretende convencer-nos de que o povo, em Portugal ano II, se encontra vencido e encurralado a dar a maminha ao filho. Que após dois anos de governos vendidos, a miséria e a opressão sobre o povo aumentaram, é tão certo quão fecunda é a tresloucada mente do artista. Mas cuidado, pois quando o povo em massa procedia ao enterro do nado morto MFA este "artista" apresentava-o vivo e abraçado ao povo, e quando o não menos tresloucado Vasco era corrido em osso, ele apresentava o "companheiro" com os filhos debaixo dos braços: dum lado o supracitado MFA e do outro o "Zé Povinho".

Esta capa, portanto na metafórica linguagem do seu autor é para nós a demonstração clara de que também ele percebeu que o povo se está a levantar, e que com o aumento da exploração um novo auge do movimento de massas se aproxima e de que os encurralados serão dentro em breve aqueles cuja política é o golpe e a artimanha contra o povo.

Não podemos deixar de nos referir, desde já, embora no próximo número façamos a resposta crítica a este número da A.A., à mesa redonda sobre o S.A.A.L. que encerra a parte dedicada a Portugal.

Eis alguns excertos:

Nuno Portas (secretário de estado da habitação e urbanismo do 2.º e 3.º G.P. Inventor do SAAL):

"...Nos dois ou três meses que se seguiram ao 25 de Abril, durante o 1.º governo Spínola, as camadas populares, vítimas das condições de vida mais dramáticas organizaram-se de forma muito agressiva face às instituições."

Filipe Lopes (vice-presidente (25 abril a Outubro 75) é actual responsável de um dos sectores da C.M.L. "...O SAAL teve a grande vantagem de não vir responder a uma solicitação da população mas de a ter provocado. Ele foi o catalisador para uma organização popular face a uma administração herdada do fascismo...

...Conseguiu-se atrasar o projecto de iluminação das grandes estradas de acesso a Lisboa que era prioritário e passar as verbas para a iluminação, o abastecimento de água, a higienização e os esgotos de todos os bairros de barracas com vista a uma melhoria imediata das condições de vida destes bairros deserdados. Isso foi possível enquanto à frente do município de Lisboa estavam pessoas que davam um apoio efectivo a estas operações." (entre elas, ele próprio, "modéstia à parte")

Teotónio Pereira (dirigente do MES e administrador da Empec):

"...Os arquitectos tinham uma tradição de esquerda muito forte nos anos 50 se bem que em Lisboa tenham sido enrolados pouco a pouco nos projectos ligados ao neo-capitalismo. O Porto é uma grande cidade mas ela tem sido sempre marginalizada.

A profissão estava um pouco corrompida e os arquitectos objectivamente ligados ao regime fascista.

O projecto SAAL reflecte perfeitamente essa situação."

R. Hestnes Ferreira (Master em arquitectura pela universidade da Pensilvania, U.S.A., responsável duma equipa SAAL):

"O SAAL... levou ao exercício dum poder realmente popular do qual as equipas técnicas se tornaram o verdadeiro instrumento." (só falta chamar-lhes vanguarda!)

G. Byrne (arquitecto):

"...o Portas acabou de dizer que pensava que o SAAL tinha sido um elemento catalisador da mobilização das populações, o que nos levaria a pensar que antes da criação do SAAL as populações nada tinham feito. Ora eu penso que ele foi também um instrumento de controlo dos movimentos de massas. O SAAL foi criado logo depois das ocupações selvagens em Lisboa, na altura em que todas as habitações livres construídas pelo estado já estavam ocupadas pelas populações. Temeu-se que o movimento se ampliasse e extravasasse. O SAAL serviu para fixar as populações nos lugares e nos bairros em que elas residiam antes do 25 de Abril: os bairros de barracas."

Manuel Vicente (Master em arquitectura, Pensilvania, U.S.A. responsável de uma equipa SAAL):

"...Um perigo nos ameaça realmente pois nenhuma das cooperativas é proprietária do terreno onde quer construir."

G. Byrne:

"Neste momento, é indispensável dizê-lo, o SAAL é a única possibilidade de exercício (da profissão) liberal, o que permite aos pequenos ateliers sobreviver."

Resta-nos dizer que esta entrevista é ilustrada com gravuras do "artista" de que falámos no início desta nota, eloquentes também elas sobre o teor da entrevista e do SAAL:

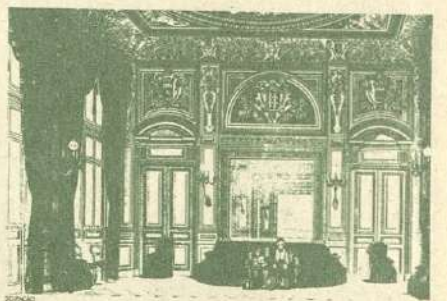
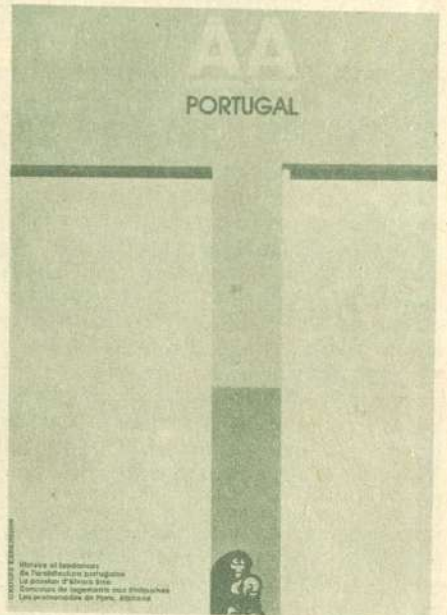
Numa delas vê-se uma família dentro de um palácio que acabou de ocupar, esmagada pela grandiosidade e encolhida a um canto. É de quebrar o ânimo a quem pense em ocupações, ver a maneira aterrorizada como Abel Manta quer pintar o povo. Outra das gravuras mostra a maneira como Abel Manta gostaria que as campanhas de dinamização "cultural" do MFA se tivessem passado: o povo, sob a mão paternalista de um militar graduado a apertar a mão ao Einstein ao qual se segue uma bicha de intelectuais, expressão máxima da cultura burguesa, entre os quais ele mistura Karl Marx, entre a multidão, isto é, não como um grande mestre cuja memória é cada vez mais

querida do nosso povo, mas como o sujeito que está atrás do revisionista Picasso!

Eis como, com ligeiras dissonâncias, alguns dos mais entusiásticos promotores do processo SAAL tentando mascarar-lo o desmascaram. O país desnaturados!

Tal como Gonçalo Byrne timidamente quase chegou a dizer, a realidade é mais simples do que as tortuosas mentes destes "militantes SAAL" querem pintá-la:

No momento em que as massas, após o golpe de estado do 25 de Abril, se levantaram para, de vez, resolverem a questão da habitação à sua maneira, eis senão quando, com amor, o governo da burguesia inventou o SAAL!



## "PORTUGAL, AN II"

### SOBRE O N.º 158 DA REVISTA "ARCHITECTURE D'AUJOURD'HUI"

O número 185 da revista francesa "L'architecture d'aujourd'hui", é dedicado a Portugal, ano II (para eles).

A capa, como se pode ver pela gravura junta, é um desenho de João Abel Manta que à semelhança das dezenas de gravuras que as suas "famosas" mãos têm dado à luz, representa o povo tal como ele gostaria que o povo estivesse. Desta vez o seu inegável virtuosismo formal pretende convencer-nos de que o povo, em Portugal ano II, se encontra vencido e encurralado a dar a maminha ao filho. Que após dois anos de governos vendidos, a miséria e a opressão sobre o povo aumentaram, é tão certo quão fecunda é a tresloucada mente do artista. Mas cuidado, pois quando o povo em massa procedia ao enterro do nado morto MFA este "artista" apresentava-o vivo e abraçado ao povo, e quando o não menos tresloucado Vasco era corrido em osso, ele apresentava o "companheiro" com os filhos debaixo dos braços: dum lado o supracitado MFA e do outro o "Zé Povinho".

Esta capa, portanto na metafórica linguagem do seu autor é para nós a demonstração clara de que também ele percebeu que o povo se está a levantar, e que com o aumento da exploração um novo auge do movimento de massas se aproxima e de que os encurralados serão dentro em breve aqueles cuja política é o golpe e a artimanha contra o povo.

Não podemos deixar de nos referir, desde já, embora no próximo número façamos a resposta crítica a este número da A.A., à mesa redonda sobre o S.A.A.L. que encerra a parte dedicada a Portugal.

Eis alguns excertos:

Nuno Portas (secretário de estado da habitação e urbanismo do 2.º e 3.º G.P. Inventor do SAAL):

"...Nos dois ou três meses que se seguiram ao 25 de Abril, durante o 1.º governo Spínola, as camadas populares, vítimas das condições de vida mais dramáticas organizaram-se de forma muito agressiva face às instituições."

Filipe Lopes (vice-presidente (25 abril a Outubro 75) é actual responsável de um dos sectores da C.M.L. "...O SAAL teve a grande vantagem de não vir responder a uma solicitação da população mas de a ter provocado. Ele foi o catalisador para uma organização popular face a uma administração herdada do fascismo..."

"...Conseguiu-se atrasar o projecto de iluminação das grandes estradas de acesso a Lisboa que era prioritário e passar as verbas para a iluminação, o abastecimento de água, a higienização e os esgotos de todos os bairros de barracas com vista a uma melhoria imediata das condições de vida destes bairros deserdados. Isso foi possível enquanto à frente do município de Lisboa estavam pessoas que davam um apoio efectivo a estas operações." (entre elas, ele próprio, "modéstia à parte!")

Teotónio Pereira (dirigente do MES e administrador da Empec):

"...Os arquitectos tinham uma tradição de esquerda muito forte nos anos 50 se bem que em Lisboa tenham sido enrolados pouco a pouco nos projectos ligados ao neo-capitalismo. O Porto é uma grande cidade mas ela tem sido sempre marginalizada.

A profissão estava um pouco corrompida e os arquitectos objectivamente ligados ao regime fascista.

O projecto SAAL reflecte perfeitamente essa situação."

R. Hestnes Ferreira (Master em arquitectura pela universidade da Pensilvania, U.S.A., responsável dum equipa SAAL):

"O SAAL... levou ao exercício dum poder realmente popular do qual as equipas técnicas se tornaram o verdadeiro instrumento." (só falta chamar-lhes vanguarda!)

G. Byrne (arquitecto):

"...o Portas acabou de dizer que pensava que o SAAL tinha sido um elemento catalisador da mobilização das populações, o que nos levaria a pensar que antes da criação do SAAL as populações nada tinham feito. Ora eu penso que ele foi também um instrumento de controlo dos movimentos de massas. O SAAL foi criado logo depois das ocupações selvagens em Lisboa, na altura em que todas as habitações livres construídas pelo estado já estavam ocupadas pelas populações. Temeu-se que o movimento se ampliasse e extravasasse. O SAAL serviu para fixar as populações nos lugares e nos bairros em que elas residiam antes do 25 de Abril: os bairros de barracas."

Manuel Vicente (Master em arquitectura, Pensilvania, U.S.A. responsável de uma equipa SAAL):

"...Um perigo nos ameaça realmente pois nenhuma das cooperativas é proprietária do terreno onde quer construir."

G. Byrne:

"Neste momento, é indispensável dizê-lo, o SAAL é a única possibilidade de exercício (da profissão) liberal, o que permite aos pequenos ateliers sobreviver."

Resta-nos dizer que esta entrevista é ilustrada com gravuras do "artista" de que falámos no início desta nota, eloquentes também elas sobre o teor da entrevista e do SAAL:

Numa delas vê-se uma família dentro de um palácio que acabou de ocupar, esmagada pela grandiosidade e encolhida a um canto. É de quebrar o ânimo a quem pense em ocupações, ver a maneira aterrorizada como Abel Manta quer pintar o povo. Outra das gravuras mostra a maneira como Abel Manta gostaria que as campanhas de dinamização "cultural" do MFA se tivessem passado: o povo, sob a mão paternalista de um militar graduado a apertar a mão ao Einstein ao qual se segue uma bicha de intelectuais, expressão máxima da cultura burguesa, entre os quais ele mistura Karl Marx, entre a multidão, isto é, não como um grande mestre cuja memória é cada vez mais

querida do nosso povo, mas como o sujeito que está atrás do revisionista Picasso!

Eis como, com ligeiras dissonâncias, alguns dos mais entusiásticos promotores do processo SAAL tentando mascarar-lo o desmascaram. O país desnaturados!

Tal como Gonçalo Byrne timidamente quase chegou a dizer, a realidade é mais simples do que as tortuosas mentes destes "militantes SAAL" querem pintá-la:

No momento em que as massas, após o golpe de estado do 25 de Abril, se levantaram para, de vez, resolverem a questão da habitação à sua maneira, eis senão quando, com amor, o governo da burguesia inventou o SAAL!

